

UASSYR DE SIQUEIRA

Entre Sindicatos, Clubes e Botequins

Identities, associations and leisure of paulistans (1890-1920)

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob
a orientação do Prof. Dr. Claudio H. M.
Batalha.

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 22 de fevereiro de 2008

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (orientador)



Profa. Dra. Edilene Toledo



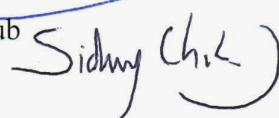
Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva



Prof. Dr. Jefferson Cano



Prof. Dr. Sidney Chalhoub



Suplentes:

Profa. Dra. Ângela Araújo

Profa. Dra. Elciene Azevedo

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara

FEVEREIRO/2008

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Si75e **Siqueira, Uassyr de**
Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e
lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920) / Uassyr de
Siqueira. - Campinas, SP : [s. n.], 2008.

Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalhadores. 2. Sindicatos. 3. Lazer. 4. Identidade.
5. São Paulo (SP) – Usos e costumes. I. Batalha, Cláudio
Henrique de Moraes. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

mh/ifch

**Título em inglês: Between trade unions, clubs and bars: identities, associations
and leisure among workers in São Paulo City (1890-1920)**

Palavras chaves em inglês (keywords):

Workers
Trade unions
Leisure
Identity
São Paulo (SP) – Manners and
customs

Área de Concentração: História Social

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora: Cláudio Henrique de Moraes Batalha, Fernando Teixeira
da Silva, Sidney Chalhoub, Edilene Toledo, Jefferson
Cano.

Data da defesa: 22/02/2008

Programa de Pós-Graduação: Doutorado em História

Para Anita e Antônio

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de doutorado concedida por quatro anos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Claudio Batalha, que, desde minha graduação, vem contribuindo com seriedade e dedicação para o desenvolvimento de minhas pesquisas e para minha formação como historiador.

Ao Prof. Dr. Michael Hall, que sempre contribuiu com boas indicações bibliográficas e pelas sugestões feitas em meu exame de qualificação.

A Luigi Biondi, pelas preciosas indicações de leitura.

Aos professores e colegas das linhas de pesquisa História Social do Trabalho, História Social da Cultura e ao Prof. Dr. Leonardo Pereira, pelas críticas e sugestões.

À Ana Gomes Porto, amiga de longa data, que, com bastante rigor, leu, comentou e fez importantes sugestões aos capítulos dessa tese.

A Luciano Felipe dos Santos, “mano véio”, e a Cleyton Boson, “cumpadi”, pelos comentários e sugestões.

Aos membros da banca examinadora: Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva, que também fez boas observações no meu exame de qualificação, Prof. Dr. Sidney Chalhoub, Prof. Dr. Jefferson Cano e Profa. Dra. Edilene Toledo, pela aceitação ao convite, pelas críticas e sugestões.

A Samuel, Gláucia, Letícia, e Endrica, companheiros de ofício e amigos, que compartilharam minhas incertezas, angústias e alegrias nos últimos cinco anos.

Aos meus sogros, João e Gilda, pela boa acolhida.

A Tiliano, “manito”, que ajudou na construção de nossa casa, onde escrevi a maior parte dessa tese.

Aos meus pais, Alceu e Inês, que sempre me incentivaram a seguir adiante em meus estudos.

Aos pequenos, Anita e Antônio, pelos sorrisos e alegrias.

À Simone, querida, companheira, meu amor.

Campinas, Janeiro de 2008
Uassyr de Siqueira

Resumo

O objetivo dessa tese é estudar algumas das associações fundadas e freqüentadas pelos trabalhadores paulistanos, entre 1890 e 1920, como os sindicatos e os clubes recreativos, e também os espaços de lazer, como os armazéns e os botequins. Dessa maneira, é possível perceber diferentes identidades – sejam as articuladas em torno do trabalho, sejam as articuladas em torno de outras categorias, como italianos e negros – e também os conflitos que marcaram o processo de formação da classe trabalhadora paulistana.

Abstract

This thesis intend to study some associations created and attended by workers of São Paulo City, between 1890 and 1920. Through those associations such as the trade unions and recreational clubs, and also other leisure places such as the bars and grocery stores, is possible to perceive different identities – whether around work or other identities categories, like italians and blacks groups – as well as the conflicts that marked the working class formation process in São Paulo city.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – Sindicatos em Movimento	21
1.1 – <i>Mobilidade geográfica</i>	22
1.2 – <i>Chapeleiros</i>	27
1.3 – <i>Associações Registradas</i>	52
1.3.1 – <i>Objetivos Gerais</i>	54
1.3.2 – <i>Intervenção no processo de trabalho</i>	65
1.3.3 – <i>Mestres e Contramestres</i>	70
1.3.4 – <i>Ofício, categoria profissional e classe</i>	73
CAPÍTULO II – Clubes Recreativos: organização para o lazer	85
2.1 – <i>Divertimentos públicos</i>	87
2.2 – <i>Clubos recreativos: lazer e auxílios para os trabalhadores</i>	91
2.3 – <i>Conflitos étnicos</i>	104
2.4 – <i>Associativismo negro</i>	109
2.5 – <i>Sindicatos e associações recreativas: conflitos e proximidades</i>	125
CAPÍTULO III – “Vítimas da pinga?” O lazer nos armazens e botequins	133
3.1 – <i>Controle policial e regulamentações municipais</i>	134
3.2 – <i>O consumo de bebidas alcoólicas</i>	146
3.3 – <i>Lazer nos locais de moradia</i>	159
3.4 – <i>Bebidas alcoólicas, botequins e o movimento operário</i>	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
ARQUIVOS E FONTES	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185

INTRODUÇÃO

Desde o final do século XIX, a cidade de São Paulo passava por grandes transformações. A atividade cafeeira ganhava fôlego nesse período, estimulando o crescimento econômico da cidade. Com a expansão da malha ferroviária, São Paulo tornava-se gradualmente o centro de escoamento da produção do café, o que contribuía para que se tornasse cada vez mais o principal pólo econômico do país. Em grande medida como resultado dos investimentos de ex-proprietários de escravos, que passaram a redirecionar seus recursos após a Abolição, a capital paulista expandia suas atividades industriais. Entre 1900 e 1904 surgiram 334 novos estabelecimentos industriais na cidade, enquanto que, entre 1915 e 1919, 1.887.¹

O fluxo de ex-escravos e de imigrantes, atraídos pelos empregos oferecidos pelas indústrias em expansão e também pelas possibilidades de trabalho informal – como vendedores ambulantes, cujo trabalho era essencial para o abastecimento urbano² – dava à cidade de São Paulo um novo perfil demográfico e social. Dessa maneira, a expansão

¹ ROLNICK, Raquel, *Cada Um no seu Lugar!*, Dissertação de Mestrado, FAU/USP, 1981, p.25.

² MUNHOZ, Sidnei, *A Cidade ao Avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*, Tese de Doutorado em História Econômica, São Paulo: FFLCH/ USP. 1997, p. 54.

econômica da cidade veio acompanhada de um aumento populacional. Se em 1872 possuía 31.385 habitantes, passaria a contar com 239.820 em 1900 e com 579.033 em 1920.³ Entre esses habitantes, é notória a grande presença de imigrantes. Com o fim iminente da escravidão, a imigração resultou na vinda de 32 mil pessoas para o Estado de São Paulo em 1887, quantidade superior aos cinco anos anteriores.⁴ Pouco após a Abolição, em 1892, foram 92 mil os imigrantes que chegaram no Estado, número que, inserido entre os anos de 1880 e 1920, resultou em 1,5 milhões. Como observou Michael Hall, a imigração maciça na Cidade de São Paulo foi, em grande parte, resultado da política de mão-de-obra dos fazendeiros de café, que, por meio de um “amplo programa de imigração subsidiado pelos governos do Estado e da nação”, tiveram êxito em criar um “mercado capitalista no campo.”⁵ Insatisfeitos com as péssimas condições de trabalho nas fazendas, muitos deles partiam para a capital após o término de seus contratos, em busca de melhores oportunidades.

No entanto, a força de trabalho não era suprida unicamente por brancos “quase sempre falando uma língua estrangeira.”⁶ Havia também uma disponibilidade da população nacional e liberta. Entretanto, principalmente durante os últimos anos da escravidão, grandes fazendeiros caracterizavam as constantes fugas dos escravos como sinal de recusa ao trabalho ou preguiça, visão essa que permaneceria após a Abolição: na visão do patronato, brasileiros nascidos livres e antigos escravos não trabalhariam, exceto se fossem

³DERTONIO, Hilário, *O Bairro do Bom Retiro: história dos bairros de São Paulo*, São Paulo: Secretaria da Educação e Cultura, 1971, p. 19.

⁴ ANDREWS, George Reid, *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*, São Paulo: Edusc, 1998, p.98.

⁵ HALL, Michael M., “Imigrantes na cidade de São Paulo”, IN: PORTA, Paula, *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.121.

⁶LARA, Sílvia Hunold, “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil”, *Projeto História*, n.º16, Fevereiro de 1998, p. 32.

obrigados.⁷ Além disso, os patrões relutavam em negociar novas condições de trabalho com os ex-cativos que, após conquistarem sua liberdade, procuravam manter “o máximo de distância possível entre eles próprios e sua antiga posição de escravos, e garantir que suas novas condições de emprego teriam a menor semelhança possível com sua antiga servidão.”⁸ Dessa maneira, o programa de imigração subsidiada viria com um objetivo bastante claro: o de “inundar o mercado de trabalho com trabalhadores, (...) mantendo baixo o custo da mão-de-obra.”⁹ Com isso, diminuía-se o poder de barganha dos trabalhadores afro-brasileiros, recém saídos do regime de escravidão, ao mesmo tempo em que era diminuído o poder de negociação dos imigrantes – que, vindos em grande quantidade, tornavam a força de trabalho mais barata.

A mão-de-obra européia tornou-se a preferida do patronato nas fazendas, o que muitas vezes foi embasado no pensamento científico e racista da época – o qual atribuía uma superioridade racial aos imigrantes em relação à população negra e mestiça brasileira. Em decorrência disso, muitos trabalhadores negros foram dispensados, aderindo ao modo de vida baseado na agricultura de subsistência, ou passando a migrar para os centros urbanos em busca de outras oportunidades de sobrevivência.¹⁰ Em 1890, a população paulistana classificada como “preta”, “cabocla” ou “mestiça” era em número de 11.730, subindo para 15.049 em 1893.¹¹

⁷ ANDREWS, George Reid, op. cit., p. 84.

⁸ Idem, p. 87.

⁹ Idem, p. 98.

¹⁰ WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. “Da Escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível”, in SEVCENKO, Nicolau (Org), *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3, p. 60.

¹¹ SANTOS, Carlos José Ferreira, *Nem Tudo era Italiano. São Paulo e Pobreza (1890-1915)*, São Paulo: Annablume, 1998, p. 39.

De maneira semelhante às fazendas de café, empregadores do ramo da indústria e do comércio na cidade de São Paulo davam preferência aos trabalhadores europeus.¹² Isso porque aos imigrantes eram atribuídas melhores qualidades para lidar com as exigências da indústria e do comércio emergentes já que, oriundos de países “civilizados”, teriam uma experiência relacionada ao capitalismo e ao trabalho fabril.¹³ Dessa maneira, setores mais dinâmicos da economia eram ocupados, em sua grande maioria, pelos imigrantes: em 1893, representavam 72% dos empregados no comércio, 79% dos operários fabris e 86% dos artesãos.¹⁴ Em 1902, 90% da força de trabalho na indústria era composta por imigrantes – quadro esse que seria alterado somente no decorrer dos anos 20.¹⁵

Como foi observado em diversos estudos, os trabalhadores enfrentavam várias dificuldades, como as longas jornadas, os baixos salários e o rígido controle patronal.¹⁶ Diante disso, trabalhadores de diferentes ofícios e categorias profissionais, e também indivíduos de origens étnicas e nacionais distintas, passaram a se organizar para lutar por seus interesses e atender às diversas necessidades de seu cotidiano. Assim, desde finais do século XIX, os trabalhadores paulistanos, de diferentes categorias profissionais, passam a fundar vários tipos de associações – mutualistas, sindicais, recreativas e outras. Esse processo, que se intensifica no início do século XX, é também marcado por um notório conflito entre as lideranças sindicais – que enxergavam o sindicato como o único espaço

¹² WISSEMBACH, “Da Escravidão à Liberdade...”, op. cit., pp. 66-67.

¹³ SANTOS, op. cit., p. 53.

¹⁴ ANDREWS, George Reid, op. cit., p.111.

¹⁵ Idem, p. 146.

¹⁶ HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930). Vol. II – Condições de Vida e de trabalho, relações com os empresários e com o Estado*, São Paulo: Alfa Omega, 1979, pp. 41-42.

MARAM, Sheldon Leslie, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro. (1890-1920)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 119-124.

possível de organização e de expressão política – e as outras formas de associação, como os clubes recreativos.

Se, por um lado, a elite industrial paulistana procurava incutir o hábito do trabalho disciplinado e regular entre os trabalhadores da cidade, buscando estabelecer rígidas fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre – ou, como diria Edward Thompson para o caso inglês, estabelecer “uma clara demarcação entre o ‘trabalho’ e a ‘vida’”¹⁷ – uma parte considerável do discurso das organizações sindicais, por sua vez, fazia uma rígida separação entre as lutas por direitos no âmbito do trabalho e as múltiplas práticas de lazer dos trabalhadores da cidade. No entanto, vistos de perto os objetivos e as práticas de sindicatos e de associações recreativas, notamos que, não obstante as tentativas de setores do movimento operário em definir uma autêntica forma de organização e de expressão política, o campo das lutas sindicais não necessariamente divergia das formas de organização voltadas para o lazer. Da mesma forma, o hábito de frequentar armazéns e botequins, alvos de críticas tanto do patronato quanto dos militantes, não necessariamente significava uma prática apartada do mundo do trabalho.

O objetivo inicial de nosso trabalho era delimitar a pesquisa ao bairro do Bexiga, que, além da grande presença de italianos, também era um dos territórios negros da cidade. Como veremos, obtivemos algum grau de sucesso quando tratamos dos clubes e das associações negras, já que algumas delas mantinham sua sede no bairro. O mesmo pode ser notado em relação aos outros espaços de lazer, como armazéns e *bocce*, que existiam em número considerável no lugar. No entanto, a análise das organizações sindicais centrada no

¹⁷ THOMPSON, Edward P., “Disciplina, tempo de trabalho e capitalismo industrial”, in THOMPSON, Edward P., *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Tradução: Rosaura Eichemberg, p. 300.

Bexiga traz algumas dificuldades. Isso principalmente porque, embora algumas delas tenham se fixado no bairro, e de modo passageiro, não existem relações entre aquelas organizações e o lugar que vão além da simples relação geográfica. Primeiramente, notamos isso ao observar que as agremiações estudadas buscavam congregar trabalhadores de toda a cidade de São Paulo, diferentemente das ligas sindicais de bairro – que passam a se formar, reunindo trabalhadores de diversas profissões, a partir de 1917, sendo que nenhuma delas foi criada no Bexiga.¹⁸

Diante das dificuldades com o recorte geográfico, optamos por voltar a pesquisa para o conjunto mais amplo da cidade de São Paulo. Assim, o objetivo desse trabalho é estudar algumas das associações fundadas e freqüentadas pelos trabalhadores paulistanos, como os sindicatos e os clubes recreativos, e também outros espaços de lazer, como os armazéns e botequins. Dessa maneira, é possível perceber diferentes identidades – seja em torno do trabalho, seja em torno de outras categorias identitárias, como italianos e negros – e também os conflitos que marcaram o processo de formação da classe trabalhadora paulistana.

A periodização de nossa pesquisa se justifica por quatro principais motivos. O primeiro é o crescente aumento da classe trabalhadora paulistana, processo esse que adveio principalmente da imigração, que passou a ser mais acentuada na década de 1890. O segundo diz respeito a um maior controle sobre as associações, o que refletiu na criação de leis mais específicas sobre seu funcionamento – como o Decreto 173 de 10 de Setembro de 1893, que regulava as “associações que se fundarem para fins religiosos, morais,

¹⁸LOPREATO, Christina S.R, *O Espírito da Revolta (A Greve Geral Anarquista de 1917)*, Tese de Doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997, p. 98.

científicos, políticos ou de simples recreio”¹⁹, decreto sobre o qual sindicatos e associações recreativas se baseavam para se constituírem em pessoas jurídicas. Em terceiro lugar, a partir da década de 1890 também houve um aumento do controle sobre os espaços de lazer dos trabalhadores: leis e decretos, estaduais e municipais, passaram a regulamentar, com maior grau de detalhe, os “divertimentos públicos”, como os teatros, e também o funcionamento de armazéns e botequins. Esse controle também se refletiu na ação da polícia, o que resultou na produção de relatórios que nos permitem perceber as características de alguns dos espaços de lazer dos trabalhadores. Enfim, a delimitação do período de pesquisa se justifica devido ao maior número de estatutos disponíveis das organizações sindicais, que se registraram principalmente entre 1918 e 1920, e também dos clubes recreativos registrados oficialmente no cartório competente e aprovados pela polícia.

O trabalho de pesquisa que resultou nessa tese privilegiou diferentes tipos de fontes. A documentação policial sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) consiste em três conjuntos. O primeiro trata-se do fundo Polícia, uma documentação avulsa organizada unicamente por ordem cronológica e que contém estatutos de associações recreativas, relatórios sobre espaços de lazer e algumas informações sobre o movimento operário – com particular atenção para uma greve dos chapeleiros, ocorrida no início de 1897. O segundo é o fundo Processos Policiais, organizado por ordem cronológica e que contém inquéritos diversos, incluindo os resultantes de incidentes ocorridos em botequins freqüentados por trabalhadores – e que, portanto, trazem informações relevantes sobre os usos daqueles lugares. O terceiro conjunto são os relatórios produzidos pelos Chefes de

¹⁹ Decreto 173 de 10 de Setembro de 1893.

http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1893-Legislativo/L1893b_06.pdf

Polícia, ou, partir de 1906, pelo Secretario da Justiça de da Segurança Pública, e que eram dirigidos ao Presidente do Estado de São Paulo. Essa documentação permite percebermos as diretrizes do controle e da repressão policial sobre as organizações sindicais e sobre os espaços de lazer.

Outra documentação importante são os estatutos de associações que foram registradas no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital (PCRICC), cujo acervo documental também está sob a guarda do AESP. Como veremos, esses documentos fornecem informações sobre os objetivos, formas de atuação e sobre os critérios de admissão de sócios em sociedades distintas, o que permite fazermos comparações.

Pesquisamos ainda periódicos da grande imprensa diária, que trazem informações sobre os espaços de lazer, movimentos grevistas e diferentes associações, e também na imprensa operária, que, além de notícias sobre as organizações sindicais, também retratam os conflitos entre militantes e as outras formas de organização e de lazer dos trabalhadores – com particular atenção para os clubes recreativos e os lugares caracterizados pelo consumo de bebidas alcoólicas, como as tavernas e os botequins. Enfim, também foram utilizados livros de memórias sobre o período, com particular atenção para o de Jacob Penteado²⁰, que trata de algumas das práticas de lazer dos trabalhadores e também das condições de trabalho na cidade.

Essa tese ficou dividida em três capítulos. No primeiro, o enfoque é sobre os sindicatos paulistanos. Primeiramente, analisamos a atuação de uma categoria profissional

²⁰ PENTEADO, Jacob, *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*, São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003, (2ª Edição).

que, durante o período, foi uma das mais combativas: os chapeleiros. A pesquisa na documentação policial e em jornais como *O Estado de S. Paulo* permitiu que acompanhássemos uma das primeiras greves da cidade de São Paulo, em 1897, iniciada pelos trabalhadores da Fábrica de Chapéus João Adolfo e generalizada por outros estabelecimentos – momento em que a grande imprensa passou a dar maior atenção ao movimento. Outra parte do primeiro capítulo trata das organizações sindicais que se constituíram em pessoa jurídica, depositando seus estatutos em cartório. A análise desses estatutos permite percebermos as tentativas de se estabelecer identidades entre diversas categorias profissionais, que procuravam superar divergências étnicas, de cor e também de gênero. Percebemos ainda uma forte intenção dos sindicatos em interferir no processo de produção, sendo que um deles, a União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo, buscava estabelecer o *closed shop*, procurando fazer com que os proprietários de pedreiras e de oficinas de cantaria empregassem somente indivíduos sindicalizados.

O segundo capítulo é sobre os clubes recreativos, que são analisados principalmente a partir de seus estatutos. Essas associações possuíam objetivos gerais semelhantes, voltados não somente para o lazer, mas também para atividades que incluíam a instrução e o auxílio dos associados. Quando voltamos a atenção para os critérios de admissão dos sócios, notamos que seu funcionamento também era marcado por conflitos étnicos nos bairros paulistanos: alguns clubes, principalmente os organizados por italianos, não admitiam pessoas “de cor.” Já os clubes negros buscavam fortalecer os vínculos entre os “homens de cor”, exigindo regras de boa conduta e valorizando o trabalho, embora discriminando os “pretos” comuns, termo utilizado pelos membros das associações negras para designar os que não se enquadravam nos padrões desejáveis. Percebemos ainda que,

embora criticassem os clubes recreativos, algumas organizações sindicais realizavam atividades nas sedes daquelas organizações, sendo que militantes também poderiam participar das direções dos clubes.

O terceiro capítulo diz respeito aos outros espaços de lazer freqüentados pelos trabalhadores, como os armazéns de secos e molhados, cafés-cantantes e outros. Como veremos, esses lugares eram vigiados de perto pela polícia Estado, que recomendava a presença de “secretas” nos locais de divertimento público, buscando coibir os desordeiros e os ébrios. Vistos, pela polícia e pela grande imprensa diária, como locais de turbulência, os diversos estabelecimentos comerciais freqüentados pelos trabalhadores ofereciam atividades de lazer bastante acessíveis, como os jogos de bolas (*bocce*) e os bailes. A análise desses espaços permite perceber que tempo de trabalho e tempo de lazer não eram rigidamente demarcados, se misturando no cotidiano dos trabalhadores. Notamos, enfim, que apesar das preocupações de lideranças sindicais com o consumo abusivo do álcool entre os membros da classe, esse era um problema que afetava inclusive os participantes de movimentos grevistas – que também freqüentavam os botequins nos bairros populares.

CAPÍTULO I

Sindicatos em Movimento

As informações sobre os locais de funcionamento dos sindicatos não são muito abundantes e precisas. Em diversas ocasiões, a imprensa operária anuncia a realização de eventos nas sedes das agremiações sem, no entanto, mencionar o endereço. Ou, ainda, mencionam os endereços de realização de assembléias e de outros eventos sem informar se os locais mencionados eram de fato as sedes das organizações. Entretanto, com as informações disponíveis, é possível perceber uma constante mudança de sede das organizações sindicais nos primeiros anos do século XX e, principalmente, entre o final da década de 10 e o início dos anos 20 – período marcado pela fundação de diversos sindicatos, mas também pela intensa repressão policial.¹

¹MARAM, Sheldon Leslie, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro. (1890-1920)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 127-149.

1.1 – Mobilidade geográfica

Desde 1905, a maioria das organizações sindicais paulistanas possuía sede em um sobrado na Travessa da Sé, juntamente com a Federação Operária de São Paulo (FOSP). O lugar, além de oferecer um espaço adequado, também se situava num ponto acessível para os trabalhadores.² No entanto, durante a greve ocorrida em 1907, a FOSP foi desmantelada pela ação policial – resultando na prisão de diversos militantes e no fechamento da sede da entidade.³ Em 1908, passariam a funcionar no Bexiga os seguintes sindicatos: União dos Chapeleiros, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Transportadores de Tijolos, Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilhos, Sindicato dos Trabalhadores em Pedra Granito, Sindicato dos Trabalhadores em Veículos, Liga de Resistência entre Pedreiros e Anexos, Liga dos Trabalhadores em Madeira e União dos Sindicatos, todos com sede no Largo do Riachuelo, 7-A.⁴ A presença de mais de uma entidade sindical na mesma sede era comum durante a Primeira República, o que representava não somente a diminuição de custos para as organizações, que deviam ratear o custo do aluguel do espaço, como também uma forma de melhor articular o conjunto do movimento sindical na cidade, já que possibilitava o contato e a troca de experiências e de informações entre diretores e militantes das diversas agremiações. O Largo do Riachuelo, fora do círculo central da cidade, poderia oferecer salões com preços mais acessíveis de aluguel, ao mesmo tempo em que oferecia uma relativa facilidade de acesso, já que não era tão distante do centro de São Paulo –

² TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário. Trabalhadores e Militantes em São Paulo na Primeira República*, São Paulo: Ed. Perseu Abramo, Coleção História do Povo Brasileiro, p. 76.

³ “O dia de 8 horas – A greve”, *O Estado de S. Paulo*, 17/05/1907, p. 8.

⁴ *La Lotta Proletaria*, 5/09/1908, p. 4.

localizando-se cerca de dois quilômetros do Largo da Sé, lugar que, durante o período estudado, sempre foi palco de manifestações públicas das organizações sindicais.

Entre maio e dezembro de 1919, a Liga Operária da Construção Civil (LOCC), fundada em 13 de abril do mesmo ano⁵, manteve-se funcionando no Salão Itália Fausta, localizado na Rua Florêncio de Abreu, 45, no Distrito de Santa Ifigênia. No entanto, nesse período, também é informada a Rua Joli, 125, no Brás, como lugar de sua sede, além de ter realizado reunião na Rua Clímaco Barbosa, 9, no Cambuci. Em 1920, entre janeiro e julho, manteve novamente sua sede na Rua Florêncio de Abreu, 45. Mas, em agosto do mesmo ano, anuncia o Largo do Riachuelo, 26, no Bexiga, como local de seu estabelecimento, voltando a funcionar novamente na Rua Florêncio de Abreu, 45, em novembro – mantendo-se no local em 1921.

Em 1918, a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) funcionou provisoriamente na Rua Marechal Deodoro, 2, no centro, sede da União dos Artífices em Calçados, até 19 de agosto, quando anunciou que se instalaria definitivamente na Rua Conselheiro Crispiniano, nas imediações do Teatro Municipal. Registrou seu estatuto em setembro de 1919⁶. Em maio do mesmo ano, realizou reuniões no Largo do Riachuelo, no Bexiga. Dois meses depois, em julho, a agremiação realizou uma reunião para “mudar a sede para um local mais apropriado”⁷ e, no mesmo mês, passou a funcionar na Rua da Quitanda, 4, no centro. Há notícias de realização de atividades da UTG nesse local até fevereiro de 1920. Em abril daquele ano, sua sede social estava localizada, novamente, na Rua Marechal Deodoro, 2, onde se manteve ao menos até abril de 1921.

⁵ Estatuto da União dos Chapeleiros. Sociedade Civil nº. 745. 25/08/1920. PCRICC. AESP.

⁶ Estatuto da União dos Trabalhadores Gráficos. Sociedade Civil nº. 657. 2/09/1919. PCRICC. AESP.

⁷ *O Combate*, 1/07/1919.

Entre abril e maio de 1919, a União dos Operários Metalúrgicos (UOM) alternou suas reuniões entre dois locais: a Rua Florêncio de Abreu, 45, e Rua Senador Queiroz, 70, ambas no Distrito de Santa Ifigênia, anunciando esta última como lugar de sua sede somente em dezembro – nas outras ocasiões não foi possível determinar se os endereços citados eram de fato suas sedes ou apenas os locais de reunião. A Rua Senador Queiroz, 70, é anunciada como local de fixação da UOM em julho de 1920. No entanto, em agosto do mesmo ano, decidiu alugar um salão no Largo do Riachuelo, mas continuou realizando reuniões em outros lugares – como na Rua Marechal Deodoro, 2, que também era a sede da União dos Trabalhadores Gráficos. Em 1921, entre janeiro e abril, funcionou na Rua Joli, 125, no Brás, e na Rua Gomes Cardim, 57, no mesmo bairro, em julho e novembro.

A constante mudança de endereço dos sindicatos reflete, em grande medida, as freqüentes interrupções de seu funcionamento e as descontinuidades em sua organização. Como observou Michael Hall, “quase todos os sindicatos revelavam-se bastante frágeis”, fortalecendo-se no decorrer ou após as greves, mas desaparecendo em conjunturas desfavoráveis.⁸ Contribuía ainda para essa constante mudança o direito dos proprietários à denúncia vazia (despejo), com base no direito à propriedade, garantido pela Constituição e pelo Código Civil.⁹ Assim, os locadores poderiam lançar mão desse dispositivo caso os sindicatos, diante das corriqueiras dificuldades financeiras, deixassem de pagar os alugueis em dia, ou ainda diante de uma possível pressão da polícia em épocas de repressão às organizações sindicais.

⁸ HALL, Michael, “O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954”, in PORTA, Paula (org), *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra, 2004, Vol. 3, p. 268.

⁹ BONDUKI, Nabil Georges, *Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*, São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998, p. 44.

Algumas categorias profissionais conseguiram manter um maior grau de continuidade organizativa, como os canteiros, que, em 1907, fundaram a União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo (UCPG), que passaria a se denominar União dos Canteiros e Classes Anexas do Estado de São Paulo em 1920.¹⁰ Entretanto, são poucas as informações sobre o local de seu funcionamento. Como já observamos, em finais de 1907 mantinha sua sede social no Largo do Riachuelo, no Bexiga, juntamente com outras agremiações. Entre 1915 e 1921 também consta que manteve sede no mesmo lugar.

A maior parte das organizações estudadas registrou seus estatutos em 1919 e 1920 – somente a UCPG se registrou em 1909. Entretanto, as categorias e ofícios por elas representados – trabalhadores da construção civil, metalúrgicos, gráficos e chapeleiros – possuíam agremiações que atuaram em período anterior sem que, no entanto, seja possível estabelecer continuidade entre aquelas organizações e as que se registraram nos últimos anos da década de 10. A União dos Chapeleiros, por exemplo, registrada em cartório em 1920, teria sido fundada, segundo seu estatuto, em 1913.¹¹ No entanto, notamos um amplo histórico de atuação da categoria desde os últimos anos do século XIX, como veremos mais adiante. A União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo oficializou seu registro em 1919. Mas, como observou Arthur José Renda Vitorino, os gráficos tiveram uma longa trajetória de organização sindical. Uma associação homônima à registrada em 1919 foi

¹⁰ DE LUCA, Tânia R., *O Sonho do futuro assegurado. O Mutualismo em São Paulo*, São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990 (Série República). p. 94.

¹¹ Estatuto da União dos Chapeleiros, doc. cit.

fundada em 1904, com a fusão de duas agremiações preexistentes: o Centro Tipográfico Paulistano e a Associação de Artes Gráficas e Afins.¹²

Com menor período de atuação, mas com certo grau de continuidade entre 1919 e 1921, aparecem a Liga Operária da Construção Civil e a União dos Operários Metalúrgicos, ambas fundadas em 1919, ano em que também registraram seus estatutos. A primeira referência sobre uma associação de metalúrgicos é de 1901, a Lega di Resistenza fra Metalugici ed Affini.¹³ Há também referências anteriores sobre agremiações de ofícios que eram representados pela União dos Metalúrgicos em 1919, como a Liga di Resisnteza tra Mecanici Affini (1901), representado os trabalhadores mecânicos, e o Sindicato dos Ferreiros e Serralheiros. Os trabalhadores da construção civil, em período anterior à fundação da LOCC, se organizavam somente em torno de alguns ofícios, como, por exemplo, a Liga de Resistência dos Pintores, Decoradores e Envernizadores (1902), o Sindicato dos Estucadores, Pedreiros e Serventes, de 1913, e a União dos Pedreiros e Serventes (1915).¹⁴

Diante das informações disponíveis, nosso estudo sobre as organizações sindicais procura seguir dois caminhos. O primeiro é o enfoque sobre as associações e sobre a trajetória de lutas de uma categoria profissional das mais combativas do período, os chapeleiros. A documentação pesquisada permite perceber essa trajetória desde o final do século XIX até o início da década de 1920, o que possibilita, portanto, abordar as especificidades de distintos momentos de sua organização. O outro caminho a ser

¹² VITORINO, Artur J. R. *Processo de Trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro (1858-1912)*, São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, p. 35.

¹³ SIMÃO, Azis, *Sindicato e Estado*, São Paulo: Dominus Editora, 1966, pp. 209-212.

¹⁴ Idem. Ver também: Banco de Dados Clubes e Sociedades. CECULT/UNICAMP.

percorrido é a análise da organização dos chapeleiros em conjunto com as agremiações de outras categorias profissionais, cujo enfoque será as agremiações sindicais registradas oficialmente – principalmente nos anos de 1919 e 1920.

1.2 – Chapeleiros

Embora enfrentando dificuldades, advindas dos conflitos étnicos entre determinados ofícios e da repressão policial, em diversas circunstâncias os trabalhadores tiveram êxito na formação de organizações sindicais para lutar por seus interesses. Segundo Michael Hall, a primeira organização sindical da cidade de São Paulo foi fundada pelos chapeleiros, em 1888 – embora não haja muitas informações disponíveis sobre qual teria sido a agremiação criada.¹⁵ Em 1890 surgiria a Società Cosmopolita Fra Lavoratori Capellai (Sociedade Cosmopolita entre Oficiais Chapeleiros), composta, sobretudo, por italianos. Entretanto, diante das modificações na profissão, decorrentes da mecanização na produção, parte dos chapeleiros passou a avaliar que a Sociedade Cosmopolita seria inadequada para a defesa dos interesses da categoria, já que era composta somente por trabalhadores qualificados:

Não podeis compreender as formas de associação exigidas pelas necessidades presentes. Não sabeis adaptar-vos às novas formas de luta perante a indústria moderna, armada de poderosas máquinas, quereis conservar-vos no vosso castelo medieval em ruínas. Sereis vencidos.¹⁶

¹⁵ HALL, Michel, “O movimento operário na cidade de São Paulo”, op. cit., p. 270.

HALL, Michael, “Chapeleiros: notas e hipóteses”, mimeo.

¹⁶ *O Chapeleiro*, 5/12/1903. Apud HALL, Michael, “Chapeleiros: notas e hipóteses”, op. cit.

Diante disso, em janeiro de 1901, em reunião com a presença de 120 chapeleiros, foi fundada a Lega di Resistenza fra Lavoranti Capellai e Affini (Liga de Resistência entre Chapeleiros e Anexos), ressaltando que não tinha princípios políticos, tendo como objetivos a melhoria da situação moral e financeira da categoria, assim como a luta contra as injustiças.¹⁷ Propôs a fusão das duas organizações então existentes, intenção que sofreu resistência da Sociedade Cosmopolita entre Oficiais Chapeleiros que, segundo Michael Hall, “não queria abandonar as antigas formas baseadas no poder de barganha de chapeleiros altamente qualificados”.¹⁸ Entretanto, “fazendo desaparecer o antagonismo que existia entre muitos indivíduos das duas associações”, ambas se fundiram em 1904, formando a União dos Chapeleiros, que passaria a representar todos os trabalhadores do ramo de produção. Explicando os motivos da adoção de um “novo modelo de luta”, *O Chapeleiro* explanava sobre o significado do nome da nova agremiação:

União – significa o enlaçamento fraternal de todos nós, sem distinção de nacionalidades quaisquer, desaparecendo, portanto, diante do título, rancores e ódios pessoais, enfim é um incitamento a nós mesmos, dizendo-nos que devemos combater unidos, pela nossa emancipação social.

Chapeleiros – significa a destruição do velho sistema de associação, isto é, digamos que – chapeleiros serão considerados todos os que trabalham neste ofício, quer seja a mão, quer seja à máquina.

Como se vê, recorreremos a um novo meio de luta, mais eficaz e mais concreto.¹⁹

¹⁷ SIMÃO, Azis, op. cit., pp. 209-210.

¹⁸ HALL, Michael, “Chapeleiros: notas e hipóteses”, op. cit., p. 7.

¹⁹ *O Chapeleiro*, 1/05/1908, p. 4.

A fusão entre as duas associações revela a intenção de se estabelecer uma identidade mais ampla entre os chapeleiros, antes representados por associações que refletiam as divisões étnicas e profissionais da categoria. Essas últimas provavelmente têm sua origem no processo de mecanização da produção que, como sugere a notícia acima, pode ter gerado hostilidades entre trabalhadores manuais, possivelmente mais qualificados, e os chapeleiros que lidavam com as máquinas.

Entre a fundação da primeira agremiação da categoria e o surgimento da União dos Chapeleiros, observamos, no entanto, a atuação de outra entidade: o Grêmio Operário Chapeleiro que, em 21 de Janeiro de 1897, lançava um manifesto dirigido à população paulistana, tratando de uma greve na fábrica de chapéus de João Adolfo Schritzmeyer, localizada na ladeira do Piques, no Bexiga – estabelecimento que foi fundado em 1853. Em registro de sua passagem pelo Brasil, no ano de 1883, Carl Von Kozeritz retratou a fábrica como “uma das maiores do país, na qual se ocupam 132 pessoas”, ressaltando ainda que “tem as máquinas da mais recente construção e cuja produção é colossal”.²⁰ E, segundo o Almanaque do Estado de São Paulo para 1890, seria a mais antiga fábrica do Estado de São Paulo, contando com máquinas a vapor e com 150 trabalhadores.²¹ Segundo documento deixado por João Adolfo Schritzmeyer, a fábrica foi vendida para os filhos em 1895, sendo João Adolfo Schritzmeyer Junior o principal proprietário desde então.²²

²⁰ KOZERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*, São Paulo: Martins, Editora da USP, 1972. Tradução: Afonso Arinos de Melo Franco, p. 257.

²¹ *Almanach do Estado de São Paulo para 1890*, por Jorge Seckler, Sétimo Ano, São Paulo: Editores Proprietários Jorge Seckler & Comp, CMU.

²² Documento sem título, doado recentemente ao Museu Paulista por Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, que contém os valores pagos a João Adolfo Schritzmeyer por seus filhos.

Vejamos o manifesto, descoberto nos arquivos policiais e lançado com a data de 21 de Janeiro de 1897:

Manifesto

Grêmio Operário Chapeleiro

AO POVO PAULISTA

Fazem 20 dias que nossos companheiros da fábrica do cidadão João Adolfo Schritzmeyer viram-se forçados a se declarar em greve, cansados de sofrer as grandes opressões que o dito cidadão explorador andava cometendo.

Como os jornais diários não estão de tudo bem informados e o público desconhece os motivos justos que têm nossos companheiros para se colocarem nessa atitude, nos dirigimos, por meio desse manifesto, a todo o povo de São Paulo, para que ele, como juiz imparcial, condene, como nós, a conduta egoísta do cidadão João Adolfo.²³

Desde seu início, o Grêmio Operário Chapeleiro, por meio de seu manifesto, revela sua principal intenção: ser o porta-voz da ação dos grevistas, cujas ações não estariam sendo cobertas pelos jornais diários da cidade. Não se trata de críticas à veiculação de informações distorcidas ou ao posicionamento da grande imprensa ao lado de João Adolfo: é notória a ausência de informações sobre o referido movimento nas páginas de jornais como *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano*, revelando que a principal intenção do manifesto era dar voz aos grevistas, para, dessa maneira, convencer os leitores sobre o caráter justo do movimento. O restante do documento retrata o desenvolvimento do conflito, revelando também alguns traços sobre as condições de trabalho na fábrica de chapéus de João Adolfo:

²³ Manifesto. Grêmio Operário Chapeleiro. Polícia. AESP. Caixa 2856.

No dia 15 de novembro p. passado, disse o Sr. João Adolfo, em presença de seus operários, que se via obrigado a lhes dar um chapéu a menos de tarefa, porém, com a condição de continuarem a entrar e sair da fábrica às mesmas horas habituais.

Uma comissão nomeada pelos operários, foi à sua presença e disse-lhe que nada haviam a objetar em respeito à diminuição da tarefa, mas achavam justo que se fizesse como as demais fábricas da cidade, trabalhando somente cinco dias; e se isto não aceitasse, os deixasse retirar da fábrica quando terminassem a tarefa.

Este modesto e justíssimo pedido foi rechaçado com a mais soberba e orgulhosa atitude pelo Sr. João Adolfo, dizendo-lhes que ele, por coisa nenhuma a revogava.

É bom advertir que o pedido dos operários favorecia os interesses do fabricante, visto que abreviava o gasto de combustível nas máquinas e o gasto delas.

Discutiram nossos companheiros a conduta que haviam a tomar diante da imperiosa negativa do burguês, e resolveram continuar a trabalhar, com a esperança de que seria modificado o despropósito do fabricante.²⁴

O Grêmio Operário Chapeleiro buscava, portanto, fornecer os argumentos iniciais para convencer a população paulistana sobre a justeza de seu movimento. Além de ter diminuído as tarefas diárias de seus empregados, o que ocasionaria na diminuição de seus salários, João Adolfo negou-lhes, mesmo quando finalizassem o serviço exigido, o direito de deixarem a fábrica mais cedo, fazendo com que “continuassem a entrar e sair da fábrica nas mesmas horas habituais” – ao contrário do que ocorreria em outras fábricas da capital. Dessa maneira, demonstram uma aparente resignação diante da intransigência do patrão, argumentando que, embora com dificuldades, permaneceram trabalhando, mas “com a esperança de que seria modificado o despropósito do fabricante”. No entanto, o Grêmio Operário Chapeleiro procura convencer seus interlocutores, buscando evidenciar uma contradição na lógica patronal: João Adolfo estaria agindo contra seus próprios interesses,

²⁴Idem.

já que, mantendo os trabalhadores na fábrica, deixaria de economizar o combustível das máquinas e evitar seu desgaste – provavelmente mantendo ligados equipamentos não necessariamente relacionados à realização direta das tarefas.

O silêncio da grande imprensa sobre a greve dos chapeleiros da fábrica de João Adolfo Schritzmeyer foi justificado pelo *O Estado de S. Paulo* devido ao seu “caráter particular”, e que, por isso, não merecia espaço em suas páginas. No entanto, em 2 de fevereiro, decorridos mais de um mês desde o início do movimento, a greve da categoria se generalizou, atingindo outros estabelecimentos, o que fez com que o periódico passasse a veicular notícias a respeito. Procurando retratar as origens do conflito, *O Estado de S. Paulo* publicou a seguinte notícia, em sua primeira página:

Em meados de novembro do ano pretérito, o Sr. Schritzmeyer, tendo no seu estabelecimento um depósito de chapéus de nº. 51.289, chamou ao seu escritório dois de seus operários, os mais antigos da fábrica, e declarou-lhes que respeitando velhas tradições do estabelecimento de que é hoje proprietário, procurava evitar que ele deixasse de funcionar um só dia durante o ano.

Mas a verdade é que o estoque de chapéus era grande e, para que de forma alguma tivessem que mais tarde de ser suspensos os trabalhos, achava conveniente que fosse reduzida a tarefa aos operários e conseqüentemente os salários que percebiam. De outra maneira, a persistir-se na manutenção da tarefa, a resultante seria a imediata redução do pessoal.²⁵

O motivo da redução das tarefas dos empregados seria uma maneira de promover um reajuste na produção. O estoque de chapéus possivelmente adveio da superexploração da mão-de-obra durante o período de crescimento e de acumulação industrial ocorrido de 1889 até 1896. No entanto, diante de uma crise internacional que já vinha ocorrendo desde

²⁵ “Parede dos Chapeleiros”, *O Estado de S. Paulo*, 2/02/1897, p. 1.

1893, e da baixa do preço do café no mercado mundial, o crescimento industrial, ainda bastante dependente da dinâmica cafeeira, teria diminuído de ritmo a partir de 1897 – sendo retomado somente a partir de 1905.²⁶ Essa crise pode ter afetado a venda de chapéus no mercado, o que também teria contribuído para que a fábrica João Adolfo obtivesse um grande estoque de produtos. Isso teria feito com que proprietário fosse obrigado a diminuir as tarefas e os salários dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que o estoque poderia garantir a manutenção das vendas de chapéus mediante uma greve.

Esse reajuste da produção seria feito de modo a manter a disciplina de trabalho, exigindo-se dos trabalhadores que permanecessem na fábrica mesmo terminada a tarefa, fazendo com que não perdessem o hábito de, em horário estabelecido, dispor seu tempo ao patrão e à fábrica. Observamos ainda que, embora os chapeleiros possuíssem uma organização que os representava, o Grêmio Operário Chapeleiro, João Adolfo não a admitia como interlocutora, preferindo comunicar suas decisões aos dois mais antigos operários de seu estabelecimento, e provavelmente de sua confiança, para que eles as transmitissem aos companheiros. Segundo *O Estado de S. Paulo*, os trabalhadores teriam aceitado a proposta, ficando acordado que passariam a produzir não mais seis chapéus por dia, mas cinco – aceitando ainda a redução de seus salários.²⁷ Dessa forma, nenhum operário teria sido despedido, ao contrário de outros estabelecimentos, onde o trabalho estaria ocorrendo “durante três ou quatro dias por semana”.

²⁶ NETO, José Miguel Arias, “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”, in FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da república à Revolução de 30*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, vol. 1, 2ª ed., p. 212.

²⁷ “Parede dos Chapeleiros”, *O Estado de S. Paulo*, 2/02/1897, p. 1.

No entanto, o acordo estabelecido entre João Adolfo e seus empregados foi por água abaixo no dia 31 de dezembro de 1896, quando os trabalhadores, por intermédio de uma comissão, declararam que não trabalhariam mais sob as condições antes estabelecidas, momento que foi retratado no manifesto do Grêmio Operário Chapeleiro:

Assim continuaram as coisas até o último dia do ano passado, em que, cansados de sofrer as imprudências patronais, elegeram outra Comissão para lhe expor que era impossível continuar a trabalhar nas condições que estavam trabalhando, pois, o minguado salário que recebiam os impedia de dar à sua família o alimento necessário e pagar o despropositado aluguel das casas.

Sabe o povo de S.Paulo que resposta deu à Comissão de operários o cidadão João Adolfo – ei-la:

<É NECESSÁRIO QUE VOCÊS ACOSTUMEM A COMER MENOS: ESTREITEM AS BARRIGAS, SINTO NÃO ESTAR NOS TEMPOS EM QUE MEU PAI DIZIA AOS OPERÁRIOS: DE CHICOTE EM PUNHO, O QUE HAVIAM DE FAZER!>

Na impossibilidade de entrar em concordância com um homem tão sem coração e sem amor à justiça, os companheiros que trabalhavam no mortífero serviço da fula, resolveram abandonar a fábrica enquanto o Sr. João Adolfo não modifique o seu rigor.

Na semana seguinte, o resto dos operários da fábrica imitaram a conduta dos fulistas, e o trabalho ficou totalmente paralisado. (...) ²⁸ (sic)

Notamos, dessa maneira, os efeitos negativos gerados pela diminuição das tarefas e a conseqüente depreciação dos salários, afetando, a reprodução da força de trabalho. No entanto, na notícia publicada no *O Estado de S. Paulo*, João Adolfo negava que os ganhos de seus operários eram insuficientes, alegando que nenhum deles recebia menos do que 120\$000 mensais, valor que poderia chegar até 250\$000 com os serviços extraordinários. O estopim do movimento, segundo os grevistas, foi quando João Adolfo Schritzmeyer Júnior,

²⁸ Manifesto. Grêmio Operário Chapeleiro, doc. cit.

o filho do fundador da fábrica – e proprietário da mesma na ocasião – teria pedido aos operários para que se “acostumem a comer menos”, lamentando ainda não poder estar “de chicote em punho” – uma referência à condição de seu pai enquanto ex-proprietário de escravos.²⁹ O capitalista “sem coração” e “sem amor a justiça” estaria tratando seus operários como “miseráveis e desgraçados escravos”. Embora não seja possível afirmar se João Adolfo proferira realmente tão desrespeitosas palavras, o Grêmio Operário Chapeleiro lança mão de uma impactante analogia entre o burguês fabril e a antiga classe senhorial para, dessa maneira, ressaltar que, embora livres, os trabalhadores estariam sob rígida arbitrariedade – em situação análoga, de acordo com a interpretação dos grevistas, à enfrentada pelos escravos no passado então recente. A greve se inicia entre trabalhadores de um ofício da fábrica, os fulistas – que eram responsáveis pela preparação do feltro – aos quais se somariam o restante dos operários do estabelecimento uma semana depois.

Após ressaltar os atributos negativos de João Adolfo, o capitalista “sem coração” e que, segundo os grevistas, agia de maneira contraditória em relação a seus próprios interesses, o Grêmio Operário Chapeleiro faz críticas a alguns aspectos do processo de produção, enfatizando a qualidade duvidosa dos produtos acabados e o abuso da aplicação de multas:

Para a fabricação de chapéus dá material tão ruim e sujo que é muito difícil que ao terminar a obra ela não tenha algum defeito. Por esta causa os operários fulistas deixam de tirar algumas vezes com perfeição a obra; mas o Sr. João Adolfo nada perde com isto, porque obriga ao pobre operário que lhe pague o chapéu, não por seu justo preço, mas tão caro como se fosse vendido na loja a um freguês! Se o operário nega-se a pagar o chapéu nestas

²⁹ Testamento de João Adolfo Schritzmeyer. 1894. Fundo João Adolfo Schritzmeyer. Museu Paulista.

condições escandalosas, então o dito senhor o manda para a rua, dizendo que se voltar a lhe pedir trabalho e for admitido na fábrica, tem que pagar-lhe a importância em que ficou multado pelo estrago do chapéu.

É necessário dizer que o chapéu imperfeito que o operário é obrigado a pagar, dele não pode dispor, pois o célebre J. Adolfo o vende ao público obtendo assim um duble ganho!

Se um operário fulista, por se achar doente, ou por outro qualquer acidente natural, não pode terminar a tarefa dos seis chapéus por dia, no dia seguinte o patrão não lhe dá serviço, como castigo, vindo com isto a diminuir o salário que recebe por mês. Tem-se dado casos de pagar-se 20 tarefas a operários que realizaram 27, reclamando eles e tendo em resposta a ameaça de serem despedidos no caso de começarem a reclamar.

Recentemente, por causa da grande umidade que há na fula, um operário esteve enfermo alguns dias, quando voltou ao trabalho, o Sr. J. Adolfo consolou-o despedindo-o! (...) ³⁰

Semelhantes condições de trabalho, denunciadas no manifesto acima, eram mencionadas pelo jornal *O Chapeleiro*, em 1903, tratando das multas e dos maus-tratos aos operários por mestres e contramestres na fábrica de chapéus de Abílio Soares e Cia. ³¹ A discussão sobre a aplicação de multas aos operários seria feita no I Congresso Operário (1906), onde foi aconselhado aos trabalhadores a “não se sujeitarem” àquele instrumento de exploração, “usando para isso os recursos coletados para a resistência”. ³² Os grevistas procuram responsabilizar João Adolfo por eventuais falhas na produção dos chapéus, já que o material fornecido para sua fabricação seria de baixa qualidade – eximindo-se da culpa por eventuais defeitos. Assim, buscavam alertar aos eventuais consumidores de chapéus para o risco de comprarem produtos de qualidade inferior, alerta que poderia servir também

³⁰ Manifesto, Grêmio Operário Chapeleiro, doc. cit.

³¹ HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930). Vol. II – Condições de Vida e de trabalho, relações com os empresários e com o Estado*, São Paulo: Alfa Omega, 1979, p. 43.

³² HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930), Vol. I – O Movimento Operário*, São Paulo: Alfa Omega. 1979, p. 52.

para convencer os leitores do manifesto sobre a justeza do movimento, de modo que os grevistas pudessem adquirir maior apoio popular.

Notória ainda no manifesto é a intenção dos grevistas em denunciar as condições às quais eram submetidos os empregados doentes, o que ocorria a despeito da existência da Sociedade Beneficente dos Chapeleiros 2 de Julho, fundada em 1881, e que mantinha sede na própria fábrica de João Adolfo. Segundo o estatuto da agremiação, registrado posteriormente, em julho de 1909, um de seus objetivos era prestar socorros médicos e farmacêuticos aos sócios enfermos.³³ Para Tânia De Luca, a fundação da referida sociedade beneficente deveu-se à iniciativa patronal, ou seja, “o empresário resolvia criar uma beneficente em seu estabelecimento e obrigava os empregados a filiarem-se a ela”.³⁴ No entanto, é pouco provável que os eventuais auxílios oferecidos pela Sociedade Beneficente dos Chapeleiros 2 de Julho fossem suficientes para dar conta da demanda de todos os operários da fábrica, ou, ainda, que nem todos os trabalhadores do lugar fossem filiados à associação, o que justificaria a demissão dos operários doentes.

Outro ponto ressaltado no manifesto do Grêmio Operário Chapeleiro foi a situação das crianças que trabalhavam no lugar que, além de submetidas aos maus-tratos, enfrentavam condições insalubres de trabalho:

[João Adolfo] Tem em sua casa aproximadamente 20 crianças, sendo a maior de 10 anos, as quais vêm-se obrigadas a fabricar três ou quatro chapéus por dia, e ainda fazer a limpeza da fábrica. Faz estas débeis criancinhas lavar chapéus pretos, estando elas metidas n'água até meio corpo, vigiadas sempre por um feitor que se encarrega de castigá-las pelas menor falta, própria na infância. Se algumas dessas pobres criancinhas, aos domingos, não

³³ Estatuto da Sociedade Beneficente Dois de Julho. Sociedade Civil nº. 269. 7/07/1909. PCRICC. AESP.

³⁴ DE LUCA, Tânia R., op. cit., p. 48.

faz a limpeza da fábrica, o desalmado proprietário lhe desconta dois dias de salário. O que mais ganha estas infelizes crianças, que antes deviam estar numa escola, é 15\$000 ao mês! Esta é a humanidade do potentado fabricante Sr. João Adolfo! Como é fácil ficar rico! É este senhor, companheiros, que diz frequentemente que é o <pai dos operários>.³⁵

Em *Belenzinho, 1910*, Jacob Penteadado, tratando das condições de trabalho na indústria de vidro, apontou a existência de uma disciplina de trabalho bastante rígida, e muitas vezes cruel, para as crianças trabalhadoras.³⁶ Para Sheldon Leslie Maram, esse tipo de tratamento era comum nas indústrias da cidade.³⁷ Comparando os salários das crianças, que, segundo o manifesto seria de 15\$000, aos recebidos pelos adultos, que, de acordo com notícia publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, seria no mínimo de 120\$000, percebemos uma grande discrepância entre os valores: as crianças receberiam apenas o valor de 12,5% dos salários de um oficial chapeleiro. No entanto, fabricavam três a quatro chapéus por dia, o que, naquele momento significava mais da metade das tarefas realizadas pelos adultos, sendo ainda obrigadas a efetuar outros serviços, como a limpeza da fábrica. A notícia publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, cuja fonte de informação principal certamente foi João Adolfo Schritzmeyer, se contrapõe às informações fornecidas pelo manifesto: na fábrica haveria aprendizes, mas todos meninos maiores de 12 anos, cujos vencimentos, “naturalmente”, não poderiam ser comparados aos dos oficiais.³⁸

Notamos, dessa maneira, uma seqüência argumentativa: as injustiças na aplicação de multas, a depreciação dos salários em virtude da diminuição das tarefas, a ganância do

³⁵ Manifesto. Grêmio Operário Chapeleiro, doc. cit.

³⁶ PENTEADO, Jacob, *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*, São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003, (2ª Edição), pp. 100-108.

³⁷ MARAM, Sheldon Leslie, op. cit., p. 123.

³⁸ “Parede dos Chapeleiros”, *Correio Paulistano*. 2/02/1897, p. 1.

capitalista “sem coração e, por fim, os maus-tratos às crianças são argumentos fornecidos para desconstruir a imagem de “pai dos operários” em torno de João Adolfo. Além disso, o Grêmio Operário Chapeleiro procurava legitimar suas ações, refutando acusações de atuar violentamente – o que seria uma “infame calúnia [que] não fora inventada senão pelo próprio maltratador de nossos companheiros, ou seus escassos confrades”.³⁹

Segundo o *Correio Paulistano*, João Adolfo Schritzmeyer teria constatado que “o operariado tentava danificar a sua fábrica” e, por isso, “foi ele comunicar o feito à polícia, que pôs a sua disposição o auxílio necessário para a manutenção da ordem”.⁴⁰ Em 5 de fevereiro de 1897, quando o movimento já tinha se generalizado por outras fábricas de chapéus, “os operários chapeleiros paredistas ameaçavam de pancadas aqueles seus colegas que quisessem trabalhar”.⁴¹ Dessa maneira, o 5º Delegado de Polícia, Dr. Fausto Ferraz, iniciou um inquérito policial para “colher informações a respeito e agir no intuito de evitar sérios conflitos que tal fato produziria caso viesse a dar-se”.⁴² Em notícia publicada um dia antes, *O Comércio de São Paulo* mencionava que “dezenove espanhóis pertencentes ao número de grevistas agrediram, na Ladeira do Piques, o Sr. Antonio Falcão, empregado da chapelaria dos srs. Abílio Soares & C., intimando-o a não continuar o seu trabalho”.⁴³

Os grevistas realizavam suas reuniões na sede do Centro Socialista de São Paulo, que congregava socialistas e anarquistas, e cuja gráfica foi a responsável pela impressão do manifesto dos chapeleiros. Como demonstrou Claudia Leal, esse centro encontrava-se sob vigilância policial, já que a polícia o via como difusor do anarquismo – doutrina que, na

³⁹ Manifesto. Grêmio Operário Chapeleiro, doc. cit.

⁴⁰ “Parede dos Chapeleiros”, *Correio Paulistano*, 2/02/1897, p. 1.

⁴¹ “A Greve dos Chapeleiros”, *Correio Paulistano*, 5/05/1897, p. 2.

⁴² “A Greve dos Chapeleiros”, *Correio Paulistano*, 5/05/1897, p. 2.

⁴³ “A greve dos Chapeleiros”, *O Comércio de São Paulo*, 4/02/1897, p. 1.

última década do XIX, foi alvo de intensa repressão.⁴⁴ As reivindicações dos chapeleiros foram apresentadas a João Adolfo Schritzmeyer por intermédio do socialista Estevão Estrella, então presidente daquele centro e, publicadas no manifesto de 21 de janeiro, eram as seguintes:

- 1º - Todos os operários fulistas e propriagistas, terão um aumento de 25 por 100 nos seus ordenados.
- 2º - Os trabalhos de propriagem e fula serão executados nas mesmas condições de outras fábricas de S. Paulo;
- 3º - O operário não será obrigado a fazer mais que a tarefa que suas forças permitem;
- 4º - Terminada a tarefa o operário sairá da oficina se o patrão não lhe der mais serviço;
- 5º - Nenhum operário poderá ser despedido sem causa justificada, julgada por uma comissão nomeada por todos os empregados da fábrica;
- 6º - Também não será despedido operário por falta de trabalho, sendo em troca distribuído o serviço que houver entre todos, diminuindo por conseqüência as horas de trabalho;
- 7º - O fulista não será obrigado a pagar chapéu algum senão em caso de furo ou prega, sempre que for em branco.⁴⁵

A participação de Estevão Estrella nas negociações teria causado um impasse, isso certamente por ocupar a presidência de uma associação visada pelas autoridades policiais. João Adolfo teria declarado a Estrella que “queria entender-se pessoalmente com os seus operários”, ou seja, não aceitava intermediários para a resolução do conflito – embora tivesse afirmado também que não aceitaria as proposições por estes apresentadas”.⁴⁶ Notamos que a maior parte das reivindicações procurava sanar os problemas apontados no decorrer do manifesto: aumento salarial, fim das demissões injustas, diminuição da jornada

⁴⁴ LEAL, Claudia F.B., *Pensiero e Dinamite. Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*, Tese de Doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2006, p. 200.

⁴⁵ Manifesto. Grêmio Operário Chapeleiro, doc. cit.

⁴⁶ Idem.

e a melhoria das condições de trabalho. Entendiam ainda que o mesmo instrumento de organização utilizado para representá-los junto ao patrão, uma comissão eleita pelos trabalhadores, também deveria ser empregado para decidir sobre uma eventual demissão de um companheiro. Ou seja, aceitavam possíveis dispensas de companheiros, desde que fossem respeitados critérios de justiça pré-acordados. Percebemos, por outro lado, uma notória ausência de pontos reivindicativos para limitar o trabalho infantil ou que contemplassem a melhoria de condições de trabalho para as crianças. Também notamos que, apesar das críticas à aplicação de multas, o manifesto não reivindica sua supressão. Isso permite supor que a luta dos chapeleiros, durante a greve de 1897, não era contra as multas em si, mas sim contra a arbitrariedade e a injustiça de sua aplicação – como nos casos em os defeitos nos chapéus produzidos tivessem como causa a má qualidade do material fornecido pela fábrica.

A imagem de “pai dos operários”, que os chapeleiros em greve contestavam, certamente tinha suas raízes fundadas nas relações paternalistas estabelecidas entre João Adolfo Schritzmeyer e seus empregados. Isso pode ser atribuído ao número reduzido de trabalhadores da fábrica, o que facilitava o estabelecimento de relações mais estreitas entre o patrão e os operários – de maneira semelhante ao apontado por Benito Bisso Schmidt em relação à greve geral ocorrida em Porto Alegre em 1906.⁴⁷ Em 2 de janeiro de 1894 Schritzmeyer dirigiu um pedido às autoridades policiais, solicitando a soltura de Francisco das Chagas, visto “o preso ser empregado de nossa fábrica, onde aprendeu ofício e tem sido

⁴⁷ SCHMIDT, Benito Bisso, *De mármores e de flores. A primeira greve geral do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 17.

sempre trabalhador”, solicitação essa que foi encaminhada a pedido da esposa de Chagas.⁴⁸ Dessa maneira, João Adolfo, utilizando seu prestígio enquanto industrial de grande porte, procura enfatizar os laços entre Chagas e sua fábrica, ressaltando sua condição de bom trabalhador, cuja moral poderia ter sido formada a partir do aprendizado na fábrica de chapéus – uma boa justificativa para que saísse da prisão. No mesmo ano, João Adolfo dirigiria uma carta ao Chefe de Polícia, Dr. Theodoro Dias de Carvalho, com o seguinte conteúdo:

Excelentíssimo Senhor! A Pedido do Sr. Antonio Maciel de Jesus, informo a V. Exa. que é verdade ter o mesmo mulher e filho menor sendo o seu atual emprego: vendedor ambulante com o qual sustenta a família; pois conhecemos o Sr. Antonio há bastante tempo como homem comportado.

Com todo o respeito, subscrevemo-nos.

Amigos obrigados

Adolfo Schritzmeyer⁴⁹

O pedido revela que, embora não se tratando de um empregado na fábrica de chapéus, é provável que Antonio Maciel de Jesus tivesse sido empregado de João Adolfo, com o qual teria estabelecido relações pessoais cujos frutos teriam sido duradouros. O industrial lançou mão de seu prestígio pessoal para livrar Maciel das constantes fiscalizações dirigidas aos vendedores ambulantes. É o que pode se supor a partir de outro documento, dirigido ao chefe de polícia por Manuel Conceição e Cia., comerciante estabelecido no Largo do Riachuelo. Conceição afirmava que Antonio Maciel de Jesus era

⁴⁸ Memorandum. 2/01/1894. Polícia, AESP, caixa 2788.

⁴⁹ Memorandum. 17/02/1894. “Polícia”, caixa 2784.

um “trabalhador de comportamento exemplar” solicitando, por isso, que não fosse mais incomodado pelos agentes municipais.⁵⁰

A ação em favor dos empregados da fábrica João Adolfo que porventura fossem presos, “uma vez que seja provado não ser a causa de tais fatos indecorosos ou desonesta”, era um dos itens do estatuto da Sociedade Beneficente dos Chapeleiros 2 de Julho. A agremiação oferecia também socorros médicos e farmacêuticos, auxílios pecuniários para os impossibilitados de trabalhar – “por moléstia crônica ou invalidez” – auxílio para funeral e para as viúvas dos sócios.⁵¹ Se propunha ainda a manter uma biblioteca “composta de obras instrutivas, quando os fundos sociais o permitirem e a assembléia geral deliberar, não onerando porem sua instalação o patrimônio da sociedade”, e promover espetáculos em benefício da associação. Segundo Tânia De Luca, os objetivos da Sociedade Beneficente dos Chapeleiros 2 de Julho eram semelhantes aos de outras associações congêneres, organizadas por empresa: 26,3% visavam fornecer medicamentos aos sócios; 44,7% prestavam auxílio aos inválidos e velhos; 63,2% se propunham a fazer o funeral dos sócios; 23,7% prestavam auxílios aos sócios presos; 15,8% estendiam direitos sociais às famílias dos sócios e 76,3% prestavam auxílios aos doentes.⁵²

A partir de 6 de setembro de 1906 a fábrica de chapéus de João Adolfo seria palco de uma nova greve, quando viriam à tona novas reivindicações dos chapeleiros, principalmente as relacionadas à duração da jornada de trabalho. Situada num novo contexto do movimento operário brasileiro, no ano da realização do I Congresso Operário, aquela greve buscou estabelecer uma ruptura em relação à anterior organização da

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Estatuto da Sociedade Beneficente dos Chapeleiros Dois de Julho, doc. cit.

⁵² DE LUCA, Tânia R., op. cit., p. 63.

categoria – com particular atenção para o movimento grevista de 1897. Em 22 de novembro de 1906 *O Chapeleiro* afirmava que o movimento ocorrido nos últimos anos do século XIX foi um “passo em falso”, pois os grevistas não teriam notado que João Adolfo possuía uma reserva de chapéus suficiente para resistir à greve por meses. A situação seria diferente em 1906, quando “os grevistas deram o golpe como esgrimistas consumados”, decretando a parede num momento em que o patrão estava desprovido de estoque e, por isso, “não devia tardar em chegar a um pequeno acordo”.⁵³ Sobre o Grêmio Operário Chapeleiro, que lançara o manifesto citado acima, o jornal afirmou que a organização “era desprovida de meios para sustentar os grevistas”.⁵⁴ Em nota publicada pelo *Correio Paulistano*, os trabalhadores apelam para a solidariedade da categoria empregada em outros estabelecimentos:

Greve Pacífica – Os operários da Fábrica de Chapéus João Adolfo, que há dois dias estão em greve pacífica, convidaram ontem seus colegas das principais chapelarias, por meio de boletins, para uma reunião hoje, às 7 e meia horas da noite, no prédio nº. 2 do Largo da Sé, a fim de nomearem uma comissão para se entender com seus patrões sobre a redução do tempo de trabalho, que atualmente se prolonga até à noite.⁵⁵

A reunião seria realizada na sede da União dos Chapeleiros, localizada no centro da cidade, no Largo da Sé. A luta pela redução do tempo de trabalho era uma das principais deliberações do I Congresso Brasileiro, realizado entre os dias 15 e 20 de Abril de 1906: a “ativa propaganda em favor das oito horas, sem diminuição de salário”.⁵⁶ Na ocasião do

⁵³ *O Chapeleiro*, 22/11/1906, p. 1.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ *Correio Paulistano*, 15/09/1906, p. 4.

⁵⁶ HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio, *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930). Vol. I – O Movimento Operário*, São Paulo: Alfa Omega, 1979, p. 53.

referido congresso, a União dos Chapeleiros não se fez representar por delegados, embora estivesse presente José Sarmento, um dos delegados da Federação Operária de São Paulo (FOSP), mas que havia sido indicado por alguma agremiação sindical. Como veremos, Sarmento seria secretário geral da União dos Chapeleiros na ocasião do registro oficial de seu estatuto, em 1920, sendo possível que, no I Congresso Operário, estivesse representando a agremiação dos chapeleiros. O caráter pacífico do movimento é sublinhado pela notícia, uma valorização do jornal, em contraposição aos conflitos ocorridos durante o movimento grevista de maio do mesmo ano, iniciado pelos trabalhadores ferroviários da Companhia Paulista e que se espalharia entre outras categorias. O referido movimento foi visto com apreensão pela grande imprensa diária devido ação de “desordeiros”, que em dado momento exigiam o fechamento de estabelecimentos comerciais.⁵⁷ Em relatório apresentado ao Presidente do Estado, o Secretário da Justiça e da Segurança Pública, Washington Luiz, não deixou de descrever a ação da polícia durante a greve ocorrida entre maio e junho de 1906, mencionando o momento em que o movimento se generalizava:

Um comício no largo de S. Francisco foi logo dispersado, mas alguns operários, como os gráficos, aderiram ao movimento, tendo havido alguns dias perturbações materiais da ordem nesta capital, tumultos, ataques e danificação de bondes, sendo necessário o emprego das mais enérgicas medidas por parte do então chefe de polícia, Dr. Augusto Meirelles Reis que nessa emergência prestou bons serviços.⁵⁸

⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 29/05/1906, pp. 1-2.

⁵⁸ *Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luiz P. de Sousa. Ano de 1906*. São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild & Comp., 1907, p. 124. AESP.

Em outra notícia, veiculada pelo *O Estado de S. Paulo* e que também informava o caráter pacífico da greve dos chapeleiros, podemos perceber outros pontos das reivindicações dos trabalhadores da Fábrica João Adolfo:

Chapeleiros em greve

Os operários da antiga fábrica de chapéus João Adolfo, instalada na ladeira do Piques, há muitos dias não comparecem ao trabalho, declarando-se em greve.

O pretexto da greve é o aumento de salários que reclamam mais o pagamento quinzenal de seus vencimentos.

Apesar da atitude dos operários, a administração da fábrica não os atendeu, continuando por isso a greve em caráter inteiramente pacífico.

Ontem os grevistas espalharam boletim, fazendo apelos aos companheiros de outros estabelecimentos congêneres para uma reunião amanhã, às 7 horas e meia da noite, no prédio nº. 2 do Largo da Sé, recomendando-lhes ao mesmo tempo, que não trabalhem mais à noite.⁵⁹

A notícia acima, publicada na mesma data daquela que fora noticiada em *O Correio Paulistano*, ressalta outras reivindicações além das relativas à jornada de trabalho, como o pagamento quinzenal, que também fazia parte das resoluções do I Congresso Operário. O movimento ainda persistia em 8 de novembro, quando voltou à tona nas páginas da grande imprensa:

Funcionou ontem, com mais regularidade, a fábrica de chapéus de João Adolfo, na ladeira do Piques, apresentando-se ao trabalho, aproximadamente, sessenta operários.

A fábrica voltará logo à atividade habitual, contando-se o comparecimento de outros operários.

A polícia continua ainda a guarnecer o estabelecimento.⁶⁰

⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 15/09/1906, p. 2.

⁶⁰ *Idem*, 8/11/1906, p.3

A notícia indica que o trabalho no local estava sendo realizado com certa regularidade, apesar de sugerir também que a retomada do processo normal de produção ainda não havia sido concretizada. No entanto, a União dos Chapeleiros, por meio de nota também publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, se contrapôs à informação acima, afirmando que “a fábrica reabriu-se apenas com quinze aprendizes”.⁶¹ Dessa maneira, a agremiação dava pouca importância ao fato da reabertura da fábrica, cuja produção estaria sendo feita apenas por aprendizes, o que poderia significar que a não estava sendo efetivada nem com a qualidade nem com o ritmo necessários, exigidos pelos patrões. No entanto, um articulista do *O Estado de S. Paulo* afirmou que a informação dada pela União dos Chapeleiros carecia de fundamento, pois a fábrica de João Adolfo, embora realmente tivesse sido reaberta com “pouco mais de quinze empregados”, já contaria com cerca de sessenta operários trabalhando normalmente, “funcionando, assim, as diversas sessões com toda a regularidade”.⁶² Em 22 de novembro de 1906, *O Chapeleiro* denunciava o nome de diversos “traidores” do movimento, sendo o principal dele Francisco Sarno, cuja foto foi estampada na primeira capa do jornal da categoria, indivíduo que teria angariado cerca de 30 “crumiros” para ocupar o lugar dos grevistas na fábrica de João Adolfo.⁶³

Ao apresentar, por meio da grande imprensa, suas versões sobre a greve na fábrica de João Adolfo, a União dos Chapeleiros visava não apenas oferecer informações à categoria e dar ânimo aos grevistas, mas também colocar na ordem do dia a realização do I Congresso Operário Estadual e a escolha de delegados juntos à Federação Operária de São Paulo. No entanto, segundo Edgar Rodrigues, a intensa repressão que sucedeu à greve

⁶¹ Idem, 9/11/1906, p. 3.

⁶² Idem, 10/11/1906, p. 3.

⁶³ *O Chapeleiro*, 22/11/1906, p. 2.

ocorrida em 1906, que causou a morte de três operários e o fechamento de diversas associações operárias, dificultou a realização do referido congresso. Em vez desse evento, foi organizada a I Conferencia Operária Estadual, em dezembro de 1906, que contou com os seguintes representantes da União dos Chapeleiros: Luigi Bringhenti, Telêmaco Rizzi, Emilio Prozzi e Carlos Pegolo.⁶⁴

O ano seguinte, 1907, como ressalta Edilene Toledo, “foi marcado pela deflagração de inúmeros movimentos grevistas que visavam a diminuição da longuíssima jornada de trabalho”, movimentos dos quais participaram trabalhadores de diferentes categorias profissionais.⁶⁵ Segundo Michael Hall, os trabalhadores “escolheram um momento favorável, de desemprego baixo e expansão econômica” para iniciar a campanha pela jornada de trabalho de oito horas.⁶⁶ Diversas categorias atingiram seus objetivos, como os canteiros, pedreiros, trabalhadores em madeira, marmoristas, pintores e chapeleiros. No entanto, assim como outras reivindicações dos trabalhadores no período, o regime de trabalho de 8 horas foi constantemente desrespeitado. E, no mesmo ano, o movimento operário também enfrentou duras investidas da repressão policial. Em 14 de abril, a sede da Federação Operária de São Paulo foi invadida e fechada pela polícia, resultando na prisão de diversos militantes.

Embora diversas categorias tivessem obtido vitória na luta pelo direito às 8 horas de trabalho, esta foi uma conquista efêmera. Assim, algumas fábricas de chapéus restituíram o regime de 9 horas.⁶⁷ Em janeiro de 1908, os trabalhadores da chapelaria Matanó Serrichio

⁶⁴ RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária. Os Congressos Operários no Brasil*, Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre LTDA, 1979, pp. 20-27.

⁶⁵ TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*, op. cit., p. 91.

⁶⁶ HALL, Michael, “O movimento operário na cidade de São Paulo”, op. cit., p. 271.

⁶⁷ TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*, op. cit., p. 96.

& Cia. deflagraram uma greve com o objetivo de “não perder as 8 horas, que tantos sacrifícios e energias custaram a todo o operariado desta capital”.⁶⁸ Os proprietários da fábrica solicitaram proteção policial ao Secretário de Justiça Washington Luiz “no sentido de reprimir a greve dos operários daquela fábrica, cujo trabalho já está correndo com regularidade”.⁶⁹ Poucos dias depois, *O Estado de S. Paulo* noticiava a demissão de 211 grevistas, que queriam entrar na fábrica “para retirar ferramentas que lhes pertenciam. A polícia interveio para manter a ordem, mas permitiu a entrada dos operários para que retirassem suas ferramentas”.⁷⁰

A luta pelas 8 horas de trabalho foi posta novamente na ordem do dia pela FOSP em maio de 1908, quando entraram em greve os operários da Companhia Mecânica.⁷¹ Para contornar o desemprego, os chapeleiros se reuniram em março, no Lago do Riachuelo, no Bexiga, para discutir os estatutos de uma cooperativa de produção, que iniciara os trabalhos a fim de empregar os trabalhadores que haviam sido demitidos das fábricas Matanó Serrichio & Cia. e M. Villela & Cia.⁷² E, no início de abril, a categoria fundou a Sociedade Protetora dos Chapeleiros, provavelmente de caráter assistencialista, mas dirigida pelos próprios trabalhadores – diferentemente da Sociedade Beneficente dos Chapeleiros 2 de Julho, de caráter patronal. A agremiação fundada poderia ser vista como um instrumento necessário para amparar a categoria em tempos difíceis.⁷³

A greve nas fábricas Matanó Serrichio & Cia. e M. Villela & Cia., ocorrida em 1908, foi avaliada negativamente pela União dos Chapeleiros. No ano seguinte, a

⁶⁸ *O Chapeleiro*, 11/04/1908, pp. 3-4.

⁶⁹ “Notícias Diversas”, *O Estado de S. Paulo*, 12/01/1908, pp. 2-3.

⁷⁰ *Idem*, 19/01/1908, p. 2.

⁷¹ *Idem*, 5/05/1908, p. 2.

⁷² *A Lucta Proletaria*, 21/03/1908.

⁷³ “Movimento Associativo”, *O Estado de S. Paulo*, 6/04/1908, p. 4.

agremiação se queixava do abandono de filiados por diversos motivos: falta de solidariedade, falta de consciência e por terem sido levados à miséria em decorrência da última greve.⁷⁴ Essa organização, que em 1908 funcionava no Bexiga, no Largo do Riachuelo, 7-A, também observava que “A nossa classe, que em outras nações se encontra na vanguarda do movimento, é em São Paulo uma das poucas que trabalha 9 horas”⁷⁵ – jornada que, segundo Everaldo Dias, seria próxima à vigente em 1903.⁷⁶ A União dos Chapeleiros alertava ainda sobre a possibilidade de algumas fábricas estenderem a duração do trabalho para 10 horas diárias, conclamando a categoria a retornar à União, “única salvação da classe”.⁷⁷

Embora os chapeleiros atuassem organizados em diferentes associações desde o final do século XIX, somente em 1920 é que encontramos uma agremiação da categoria com registro oficial: a União dos Chapeleiros, homônima de outras entidades que atuaram em anos anteriores – como em 1904 e entre 1906 e 1909. No entanto, a associação registrada em 1920 afirmava ter sido fundada somente em 1913, ano em que estava filiada ao Sindicato Operário de Ofícios Vários⁷⁸, e reorganizada em 3 de Fevereiro de 1917. Notamos, portanto, o estabelecimento de uma descontinuidade entre essa agremiação e a trajetória de organização anterior a 1913. Talvez a menção do referido ano como marco de sua fundação tenha sido feita para estabelecer uma continuidade em relação a uma determinada corrente política, que poderia ser hegemônica entre os chapeleiros em 1913, mas com pouca expressão em anos anteriores. Poderia ser também uma referência ao ano

⁷⁴ *La Lotta Proletaria*, 7/06/1909, p. 4.

⁷⁵ *Idem*.

⁷⁶ DIAS, Everaldo, *História das lutas sociais no Brasil*, São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 219.

⁷⁷ *La Lotta Proletaria*, 7/06/1909, p. 4.

⁷⁸ "Vida Operária", *A Lanterna*, 31/05/1913, p. 3. Banco de Dados Clubes e Sociedades. CECULT/UNICAMP.

de realização do II Congresso Operário Brasileiro, o primeiro evento nacional do qual a agremiação participou por meio de delegados.

José Sarmento, espanhol, secretário geral da União dos Chapeleiros em 1920, já era militante de longa data: participou do I Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, como delegado da Federação Operária de São Paulo, mas que, por sua vez, havia sido indicado por um sindicato não mencionado – que talvez pudesse ser a União dos Chapeleiros da época, o que indicaria uma possível ligação entre a agremiação de 1920 e a existente em anos anteriores.⁷⁹ Sarmento também viria a atuar em associações de chapeleiros de outras cidades: entre 1907 e 1912 foi diretor de *O Baluarte*, jornal da Associação de Classe União dos Chapeleiros; foi um dos participantes do IV Congresso Operário Brasileiro (1912) representando a União dos Chapeleiros de Porto Alegre. Já em 1917, depois das greves na cidade de São Paulo, foi preso e ameaçado de expulsão, sendo deportado juntamente com anarquistas em outubro daquele ano.⁸⁰

Os objetivos e a forma de atuação da União dos Chapeleiros registrada em 1920 serão vistos a seguir, em conjunto com outros sindicatos que também registraram seus estatutos na mesma época.

⁷⁹ HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio, *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. 1., op. cit., p.44.

Antes do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, José Sarmento teve outras atividades de militância: Compareceu ao congresso operário de 1892 no Rio de Janeiro organizado por França e Silva. Dirigiu na capital federal *O Despertar*, de orientação anarquista, em 1898. Colaborou no também anarquista *O Protesto* do Rio de Janeiro em 1898-1900. Participou de *O Amigo do Povo*, publicado em São Paulo, de 1902 a 1904. *Dicionário do Movimento Operário. A cidade do Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações*. No prelo.

⁸⁰ Idem.

1.3 – Associações Registradas

O estudo sobre as organizações sindicais a partir de seus estatutos permite perceber, com maior grau de detalhe, os princípios políticos que norteavam seus programas e suas formas de atuação. Permite ainda percebermos os esforços de seus membros para estabelecer identidades em torno das categorias profissionais representadas, buscando superar divergências de origem étnica, de gênero e de cor. Resultado de constantes atividades de organização, muitas vezes longas – realização de assembléias, formação de comissões, e confecção de um documento dentro dos padrões aceitáveis pelas autoridades competentes – os estatutos dos sindicatos devem ser vistos como resultados do trabalho de militância.

No II Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913, os delegados participantes tomaram a seguinte deliberação sobre os estatutos das agremiações:

O Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha vivamente aos trabalhadores do Brasil a abolirem das suas sociedades de resistência os estatutos ou regulamentos calcados em fórmulas burocráticas e coercitivas, e restringi-los exclusivamente a simples normas administrativas, despidas de qualquer determinação que fira a autonomia individual dos associados ou que conceda atribuições de mando a qualquer deles.⁸¹

Apesar da preocupação dos militantes em evitar as “fórmulas burocráticas”, para obter o registro oficial as organizações sindicais tinham que atender a uma série de exigências legais na elaboração de seus estatutos. De acordo com o Art. 3º da Lei 173 de 10

⁸¹ HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. 1, op. cit., p. 190.

de Setembro de 1893, que regulava as “associações de fins morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio”, os estatutos deviam declarar:

§ 1º - a denominação, os fins e sede (...)

§ 2º - o modo pelo qual a associação é administrada e representada passiva e ativamente em Juízo e em geral nas suas relações para com terceiros;

§ 3º se os membros respondem ou não subsidiariamente pelas obrigações que os representantes da associação contraírem expressa ou intencionalmente em nome desta.⁸²

O decreto 979 de 6 de Janeiro de 1903 exigia que os sindicatos depositassem no Cartório do Registro de Hipotecas do Distrito respectivo, “com a assinatura e responsabilidade dos administradores”, dois exemplares dos estatutos, da ata de fundação e da lista dos sócios, que deveria ser atualizada anualmente.⁸³ É possível que alguns sindicalistas vissem essas exigências como formas de intervenção e de controle estatal sobre suas organizações, o que deveria desencorajá-los de fazer o registro oficial de suas associações – as quais deveriam prestar contas somente para seus membros. Assim, embora tenha havido um considerável número de organizações sindicais atuantes na cidade de São Paulo desde o final do século XIX, foram poucas as que registraram seus estatutos, o que foi feito, principalmente, entre 1917 e 1919.⁸⁴

Segundo o Código Civil de 1916, as sociedades civis que, “por falta de autorização ou de registro, se não reputarem pessoas jurídicas, não poderão acionar a seus membros,

⁸² Lei 173 de 10 de Setembro de 1893.

⁸³ <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/Decisoes1893/pdf03.pdf>

⁸⁴ Decreto 979 de 6 de Janeiro de 1903. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm

⁸⁴ De acordo com levantamento feito por Azis Simão, existiram cerca de 50 sindicatos na cidade de São Paulo entre 1888 e 1914. SIMÃO, Azis, op. cit., pp. 209-210.

nem a terceiros; mas estes poderão responsabilizá-las por todos os seus atos”.⁸⁵ Comentando o referido código, Clóvis Bevilacqua afirmava que “é do interesse da pessoa jurídica que seja organizado o registro. Conferindo-lhe personalidade, defende-a de abusos de terceiros (...)”⁸⁶ Como observou Michael Hall, o Estado e os patrões “aumentaram consideravelmente seu repertório repressivo” após as greves ocorridas entre 1917 e 1919,⁸⁷ período marcado pela intensificação das prisões e deportações de militantes e pelo fechamento de sindicatos. Assim, ao registrar oficialmente seus estatutos, constituindo-se em pessoas jurídicas, as agremiações sindicais tinham a intenção de serem reconhecidas diante da lei e da justiça, conferindo-lhes maior legitimidade para defender seus diretores e associados.

Os estatutos das agremiações permitem perceber, com maior grau de detalhe, diversos elementos a respeito de seu funcionamento: forma e mecanismos de gestão, relações de proximidade com sociedades congêneres, entre outros. Cabe, inicialmente, uma análise mais aproximada dos programas, objetivos e maneiras de intervenção desses sindicatos.

1.3.1 – Objetivos Gerais

Em 1º de Maio de 1907, foi fundada a União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo (UCPG), contando com 75 sócios.⁸⁸ Segundo Antônio José Marques,

⁸⁵ Lei 3.071 de 1º de Janeiro de 1916. *Código Civil*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm

⁸⁶ *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, comentado por Clóvis Bevilacqua*. 2ª Ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 1921, p. 216. AESP.

⁸⁷ HALL, Michael, “O Movimento Operário na Cidade de São Paulo”, op. cit., p. 281.

⁸⁸ MARQUES, Antônio José, *Os trabalhadores em pedreiras de Ribeirão Pires. A organização sindical dos canteiros e as lutas operárias no começo do século XX*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH, 1996, p. 46.

era designado canteiro “todo o operário que trabalhasse com pedras para construção, seja na pedreira de onde estas eram extraídas, seja no trabalho final de colocação das pedras durante a construção de prédios, calçamento das ruas ou em outras obras em que fossem necessárias”.⁸⁹

A UCPG registrou-se em cartório do dia 25 de fevereiro de 1909, e afirmava que seu objetivo era o “melhoramento moral e material dos associados”.⁹⁰ Em trecho de seu estatuto, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, menciona-se que atuaria “socorrendo os [associados] em caso de moléstia ou desocupação, providenciando que sejam pagos o respectivo ordenado”.⁹¹ Segundo Tânia De Luca, essa agremiação teria sido a única onde se observou a “passagem, tão propalada pela historiografia, mutual/sociedade de resistência”, procurando, desde seus primórdios, unir ajuda mútua e preocupação com as condições de trabalho.⁹² Entretanto, embora a publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo tenha mencionado que a entidade socorreria seus associados em caso de situações adversas, é visível, a partir da análise da íntegra de seus estatutos, que a preocupação central da associação era regular as condições de trabalho, procurando intervir e ordenar o processo de produção. São poucos os itens estatutários referentes a auxílios para os associados, e não há um maior detalhamento sobre os critérios e regras para a concessão de benefícios, que eram principalmente: a ajuda para funeral (caso reconhecida

⁸⁹ No entanto, segundo Antônio José Marques, havia diferentes ofícios entre a categoria. O Canteiro em si seria o artesão qualificado, que conhecia princípios de geometria e aritmética, dominava o conjunto da produção, e dispunha de aprendizes; Cavouqueiro: era o trabalhador de pedreira ou, na construção, o responsável para abrir os alicerces; Cunhador: fendia as rochas no tamanho adequado para a execução dos serviços; Ferreiro: o responsável pelas ferramentas; Macaqueiro: talhava os paralelepípedos para os calçamentos; Calceteiro: o que executava o calçamento das ruas. Idem, p. 40.

⁹⁰ Estatuto da União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo, 27/02/1909. Sociedade Civil nº. 55. PCRICC. AESP.

⁹¹ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 26/02/1909, p. 1.

⁹² DE LUCA, Tânia R., op. cit., p. 94.

as dificuldades financeiras do falecido), e o pagamento de salários para o associado que, porventura, tivesse que se ausentar do emprego antes que completasse quinze dias de trabalho.⁹³

Tânia De Luca afirma também que a União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo modificou seu nome após passar por uma reforma estatutária em 1920, quando passou a se denominar União dos Canteiros e Classes Anexas do Estado de São Paulo, “tendo em vista a evolução das idéias modernas”. A partir desta reforma, “seus objetivos concentraram-se na luta pela manutenção da jornada de oito horas, no pagamento quinzenal, na melhoria das condições higiênicas das oficinas e na ativa propaganda de organização dos sócios”.⁹⁴ Esse processo de mudança se iniciou pelo menos três anos antes da modificação de seu estatuto. É o que se nota quando, em 1917, *A Plebe* afirmava que a União dos Canteiros teria se desvinculado dos “verdadeiros fins da organização obreira de luta social”. Sendo assim, dentro da União criou-se um movimento de divisão, pensando-se na criação do Sindicato de Resistência dos Canteiros, “que primaria pela real orientação da associação operária”.⁹⁵ Em 1921, quando procurava “se organizar efetivamente” – provavelmente tentando se recuperar dos efeitos da repressão ao movimento sindical do período – o jornal *O Combate* publicou a seguinte notícia:

Segundo comunicação dos Canteiros e Classes Anexas, com sede no largo do Riachuelo, 56 (sobrado) acaba de fundar nesta capital um comitê de defesa dos trabalhadores em pedra em S. Paulo. Esta grande classe de trabalhadores, que vive em sua maioria labutando sob os

⁹³ Estatuto da União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo. doc. cit.

⁹⁴ DE LUCA, Tânia R., op. cit., p. 94.

⁹⁵ “Acção Obreira: Succedem-se as Greves”, *A Plebe*, 16/06/1917, p. 3. Banco de Dados Clubes e Sociedades. CECULT/UNICAMP.

rigores do tempo, quer no sol ou na chuva, procura, fundando o comitê, reunir dentro do terreno econômico e social, os elementos precisos para se organizar efetivamente.

Reunido pela primeira vez na capital, com representação dos trabalhadores de Barueri, Ribeirão Pires, Itaquera, Lajeado, Cotia, etc., resolveu, além de outras medidas importantes, traçar um apelo aos companheiros afim de que não procurem serviço na firma do Rodovalho Cascaldo e Filhos, que mantém os mais baixos salários e não querem operários organizados.⁹⁶

Notamos, portanto, que a preocupação com as condições de trabalho era ainda central na atuação da referida categoria organizada, que buscava manter certos padrões de salários ao defender que os companheiros de profissão não se empregassem nas citadas empresas, onde a remuneração seria mais baixa. Percebemos também a luta dos canteiros pelo direito de associação, denunciando a perseguição contra os “operários organizados”, posicionando-se como defensores de uma das principais bandeiras do movimento operário durante a Primeira República: o reconhecimento, pelos patrões, das organizações sindicais como legítimas representantes dos trabalhadores.

Com objetivos gerais semelhantes aos da UCPG, mas com propostas de atuação mais abrangentes, a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), registrou seu estatuto em setembro de 1919, com a finalidade de:

promover o melhoramento econômico, moral e intelectual da classe, capacitando-a para a realização de uma luta inteligente e ampla em favor da sua emancipação integral [e] aceita, como princípio basilar da sua existência a luta de classes, e declara que intervirá nela utilizando os meios de ação próprios e especiais de organização operária.⁹⁷

⁹⁶ "Movimento Operário", *O Combate* 09/09/1920, p.3.

⁹⁷ Estatuto da União dos Trabalhadores Gráficos, doc. cit.

Em complementação a esses princípios, a UTG anuncia também os seus fins imediatos, que seriam o “melhoramento das condições de trabalho”, a “educação racionalista”, a “instrução profissional” e “colocação dos associados desempregados”. Como instrumentos para atingir suas finalidades, a associação promoveria conferências, atividades de propaganda sindical para, dessa maneira, intensificar a “solidariedade dos membros da classe gráfica, a fim de prestarem reciprocamente o auxílio de que precisarem quando feridos na sua dignidade ou prejudicados nos seus interesses econômicos”.⁹⁸

Segundo Artur José Renda Vitorino, a União dos Trabalhadores Gráficos teria sido fundada em 1904, resultado da fusão entre a Associação das Artes Gráficas e Afins e o Centro Tipográfico Paulistano.⁹⁹ Entre sua fundação até 1908, sua preocupação central foi a de “implementar a regulação da aprendizagem gráfica, a tarifa única estabelecendo os salários mínimos e máximos de cada um dos ramos profissionais do setor gráfico, o horário máximo de trabalho para os operários” e a abolição do trabalho dominical¹⁰⁰, itens que não aparecem nos estatutos registrados em 1919. No entanto, naquele ano o estabelecimento dos salários mínimos com base nas tarifas formuladas pelos operários continuaria a ser uma das bandeiras de luta dos gráficos, quando contava com mais de mil filiados.¹⁰¹

Comparando os programas da UTG formulados em 1906 e os registrados em 1919, notamos semelhanças de objetivos, como a busca de trabalho para sócios desempregados, a instrução intelectual e profissional de seus membros e, principalmente, a luta por melhores condições de trabalho. Segundo Vitorino, a UTG teria desaparecido em meados de 1908,

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ VITORINO, Artur J. R., op. cit., p. 137.

¹⁰⁰ Idem, p. 157.

¹⁰¹ *O Trabalhador Gráfico*, apud VITORINO, Artur J. R., op. cit., p. 203.

vindo a ressurgir somente em maio de 1919. Entretanto, em 1912, há notícias de uma agremiação intitulada União Gráfica de São Paulo, na ocasião que inaugurava sua nova sede social no Bexiga, na Rua Riachuelo, 43.¹⁰² E, um ano antes de registrar seu estatuto, em 1918, a UTG já atuava, organizando uma assembléia com a finalidade de deliberar sobre: a administração da sociedade, um festival em seu benefício, o jornal da categoria e sobre a legalização de seu estatuto, o qual, quatro meses antes de seu registro, ainda estava em discussão.¹⁰³

Duas outras agremiações, com relativa estabilidade de atuação, são: a União dos Operários Metalúrgicos (UOM) e a Liga Operária da Construção Civil (LOCC), fundadas para “defender direitos econômicos, morais e sociais” de seus membros. A associação dos metalúrgicos, fundada em julho de 1919 e registrada em agosto do mesmo ano, tinha a intenção imediata “Intervir diretamente em todas as questões entre operários e patrões e interessar-se de tudo quanto constitui a dignidade e decoro e aos interesses da classe”.¹⁰⁴ A LOCC, fundada em assembléia realizada em abril de 1919¹⁰⁵ e registrada julho, buscava “Manter a autonomia sobre a regularização do trabalho”.¹⁰⁶ Ambas buscavam obter colocação para os sócios desempregados e promover a instrução por meio da criação de bibliotecas e da organização de conferências.

Representando uma categoria profissional que, como vimos, já atuava organizada desde finais do século XIX, em agosto de 1920 registrou-se oficialmente a União dos

¹⁰² "Festa Gráfica", *A Lanterna*, 17/08/1912, p. 3. Banco de Dados Clubes e Sociedades, CECULT/UNICAMP.

¹⁰³ *O Combate*, 14/08/1918 e 26/05/1919.

¹⁰⁴ Estatuto da União dos Operários Metalúrgicos. 21/08/1919. Sociedade Civil Nº655. PCRICC. AESP.

¹⁰⁵ *O Combate*, 14/04/1919.

¹⁰⁶ Estatuto da Liga Operária da Construção Civil. 14/07/1919. Sociedade Civil nº. 649. PCRICC. AESP.

Chapeleiros. Seus objetivos eram voltados para o “o melhoramento de seus membros, tanto moral como material, na forma seguinte”:

- a) Mediante o melhoramento das tarifas normais dos preços da mão-de-obra;
- b) procurando trabalho aos desocupados;
- c) tratando por meio de escolas, bibliotecas, conferências, etc., o adiantamento e instrução dos operários para habilitá-los a resolver por si mesmos a questão social;
- d) procurando a higiene e a salubridade nas fábricas e estabelecimentos;
- e) admitindo no seio da nossa União as mulheres e menores que trabalham nas fábricas de chapéus;
- f) cooperando à emancipação das classes deserdadas com o contributo das próprias forças em todas as questões de índole econômica e tendendo a melhorar as condições salariais;
- g) constituindo um pacto de solidariedade com todas as sociedades de chapeleiros e federações para que o sócio possa encontrar proteção e trabalho no estrangeiro;
- h) combatendo o trabalho por peça, que é a causa do egoísmo entre companheiros de trabalho, e procurando a diminuição das horas de trabalho;
- i) fundando um periódico profissional, para que os operários estejam ao corrente do movimento interno e externo de nossa União mensalmente;
- j) socorrendo aos sócios enfermos e perseguidos por questões sociais;
- k) ao sócio que falecer fazer-lhe o enterro;
- l) ajudar aos companheiros que chegam de fora, sócios das nossas co-irmãs e com falta de recursos, estando os mesmos munidos de documentos que provam a sua identidade e a sua chegada ao máximo de 8 dias.¹⁰⁷

O combate ao trabalho por peça constava das resoluções do I Congresso Operário Brasileiro (1906), diretriz que seria mantida no II Congresso Operário Brasileiro (1913) – onde a agremiação foi representada por Rafael Vicchiatti e Julio Battistela.¹⁰⁸ A luta contra o trabalho por peça é uma diferença marcante no processo de lutas dos chapeleiros nos anos

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio, *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. I, op. cit., p. 184.

1906-1920 em relação às lutas da categoria no final do século XIX. Como vimos anteriormente, um dos principais motivos para a deflagração da greve na fábrica de Chapéus de João Adolfo em 1897, e que se generalizou para outros estabelecimentos, foi a diminuição das tarefas diárias dos trabalhadores, o que implicava na redução dos salários. No entanto, o trabalho por produção, que era base de cálculo dos patrões para determinar os salários, não foi questionado pelo movimento dos chapeleiros naquele ano.

Os objetivos gerais das associações estudadas são bastante semelhantes: a luta pelos interesses morais, intelectuais e materiais dos associados, a recusa de participação em processos políticos oficiais e a luta para derrubar o capitalismo e instaurar um “sistema de propriedade coletiva dos meios de produção geridos pelos próprios trabalhadores através do sindicato”.¹⁰⁹ Essas finalidades, somadas aos objetivos mais imediatos de melhoria das condições de trabalho no sistema de produção vigente, faziam parte dos princípios do sindicalismo revolucionário, corrente política que, para Edilene Toledo, se definia como:

um fenômeno internacional, uma prática sindical que se constitui como corrente política autônoma; é um movimento em defesa do sindicato como o único órgão capaz e suficiente para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores; defende a luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária associada à autonomia sindical e a neutralidade política do sindicato, ou seja, a não-associação deste último a qualquer corrente política, o que se traduz em garantia de sua autonomia e da superação das divisões entre os trabalhadores.¹¹⁰

Além de princípios semelhantes, notamos também que todas as organizações citadas cobravam o mesmo valor de mensalidade, 1\$000 – valor que, de maneira parecida com o

¹⁰⁹ TOLEDO, Edilene, *Travessias Revolucionárias. Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália, (1890-1945)*, Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 30.

¹¹⁰ TOLEDO, Edilene, *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*, op. cit., p. 13.

caso das sociedades de trabalhadores do Rio de Janeiro no século XIX¹¹¹, parecia ser costumeiro entre os sindicatos paulistanos. A exceção era a União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo, que cobrava 2\$000, porém, em período anterior, em 1909. A União dos Chapeleiros cobrava 1\$000 dos homens e 500 réis das mulheres e menores. Já a Liga Operária da Construção Civil cobrava, além da mensalidade, mais 1\$000 por uma caderneta profissional. Todos os membros das agremiações estudadas tinham o direito ao voto e de serem eleitos para cargos de direção, com exceção da Liga Operária da Construção Civil, que excluía dos cargos eletivos os analfabetos, mantendo, porém, seu direito ao voto.

A maioria dos sindicatos paulistanos, com devidos graus de variações, era administrada de maneira semelhante, com Comissões Executivas ou Administrativas, composta por secretários, tesoureiros, comissões fiscais e bibliotecários. Somente a União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo possuía presidente eleito em assembléia, mas com mandato durável apenas até a assembléia seguinte – realizada mensalmente. Nas demais, respondiam juridicamente pelas entidades os seus secretários.

Os sindicatos tinham a preocupação de manter uma constante comunicação entre os associados, situados em diversas unidades de produção, e a administração. A União dos Chapeleiros mantinha os cargos de Vogais, diretores que tinham a função de permanecer na sede social para registrar todas as comunicações que a agremiação recebia, e os Delegados, que, além da função de cobrar mensalidades, tinham a atribuição de fazer propaganda nas fábricas e, “no caso de conflitos e reclamações entre operários e patrões, comunicar sem

¹¹¹ BATALHA, Claudio H. M, “Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro”, in *CADERNOS AEL: sociedades operárias e mutualismo*, Campinas: UNICAMP/IFCH, vol. 6 n.10/11, 1999, p. 60.

perda de tempo o secretário geral”.¹¹² Na Liga Operária da Construção Civil promover a comunicação entre a diretoria e os associados era uma das funções do Conselho Geral, formado por representantes de todos os ramos da construção civil – pedreiros, serventes, carpinteiros, pintores e demais ofícios – cuja obrigação era “atender a qualquer reclamação e dar qualquer explicação acerca do movimento associativo”. Ao referido conselho também cabia “resolver os casos de urgente necessidade” e “solucionar qualquer questão que só importe ao particular de uma oficina ou obra” – atribuições essas que visavam dar uma melhor dinâmica e agilidade à agremiação dos trabalhadores da construção civil. A União dos Trabalhadores Gráficos possuía os Representantes de Corporações, que eram delegados de todas as oficinas gráficas, e de todas as seções, incumbidos de levar para a Assembléia Geral questões referentes a conflitos com patrões nas oficinas e de “intervir amistosamente na conservação da harmonia entre seus membros”.¹¹³

Outras formas de atuação dos sindicatos aqui estudados, além das questões mais diretamente ligadas à melhoria das condições de trabalho, também permitem comparações. Por exemplo, todos os sindicatos citados se propunham obter colocação os associados desempregados – inclusive no exterior, no caso da União dos Chapeleiros. Somente a União dos Canteiros em Pedra Granito transferia essa responsabilidade aos patrões, como especifica o item estatutário: “Quando um patrão despachar um canteiro por falta de trabalho, não poderá aceitar outro sem dar serviço ao sócio que por esse motivo foi despachado”.¹¹⁴ Os sindicatos também ofereciam alguns tipos de auxílios. A União dos Chapeleiros provia socorros aos doentes e o funeral de seus sócios, auxiliando ainda a

¹¹² Estatuto da União dos Chapeleiros. 25/08/1920. Sociedade Civil n.º 745. PCRICC. AESP.

¹¹³ Estatuto da União dos Trabalhadores Gráficos, doc. cit.

¹¹⁴ Estatuto da União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo, doc. cit.

família de um eventual falecido com a quantia de 60\$000. Oferecia também auxílio aos associados “perseguidos por questões sociais”¹¹⁵, assim como a União dos Trabalhadores Gráficos, que explicitava em seu estatuto:

A união protegerá os seus associados quando coagidos na sua liberdade civil, e promoverá a sua liberdade quando processados criminalmente, no caso de terem agido em defesa dos interesses do proletariado.¹¹⁶

Obter liberdade para os presos perseguidos por “questões sociais” e que tivessem “agido em defesa dos interesses do proletariado” são itens estatutários que refletem o clima político após a Greve de 1917, marcado pelas diversas prisões, seguidas de deportações, das lideranças operárias. Este foi o caso do próprio secretário geral da União dos Trabalhadores Gráficos, João da Costa Pimenta, que foi preso em 28 de outubro de 1919.¹¹⁷

Diante dos auxílios oferecidos pelas organizações sindicais, notamos algumas semelhanças em relação às sociedades de auxílio mútuo paulistanas. Segundo Tânia De Luca, 25,4% daquelas associações, organizadas por categorias profissionais, tinham como objetivo procurar emprego para os sócios, ao passo que 20% preocupavam-se em auxiliar os sócios presos.¹¹⁸ Outro ponto comum era promover a instrução de seus associados, buscando a criação de bibliotecas e organizando conferências – frequentemente noticiadas pela imprensa operária. Entre as associações de auxílio mútuo, 27,3% tinham como finalidade “propiciar a instrução” de seus membros.¹¹⁹

¹¹⁵ Estatuto da União dos Chapeleiros, doc. cit.

¹¹⁶ Estatuto da União dos Trabalhadores Gráficos, doc. cit.

¹¹⁷ *O Combate*, 28/10/1919.

¹¹⁸ DE LUCA, Tânia R., op. cit., p. 82.

¹¹⁹ Idem.

Segundo Claudio Batalha, era comum que sociedades mutualistas incorporassem funções de resistência ou, como parece ser o caso de algumas entidades aqui mencionadas, que alguns sindicatos assumissem práticas assistencialistas.¹²⁰ No entanto, essa simbiose foi desaconselhada pelo I Congresso Operário Brasileiro, pois a presença de caixas de beneficência nas sociedades de resistência atrairia operários “quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência”.¹²¹ Já o III Congresso Operário admitia a possibilidade de caixas de auxílio nas organizações sindicais, desde que fossem separadas dos recursos destinados à resistência e que a contribuição fosse facultativa – recomendando, no entanto, que os novos sindicatos não adotassem a beneficência, embora fosse reconhecido, nas entrelinhas, que as caixas de auxílios eram comuns.¹²² Dessa maneira, seria falso afirmar que as associações de resistência, com fins estritamente sindicais, substituíram definitivamente as antigas sociedades mutualistas, sendo esse um processo bastante lento e complexo.¹²³ Para Tânia De Luca, “Sindicalismo e mutualismo são (...) fenômenos contemporâneos e não excludentes, ainda que nem sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre eles”.¹²⁴

1.3.2 – Intervenção no processo de trabalho

É bastante notório que, entre todas as agremiações sindicais aqui estudadas, a preocupação com as condições de trabalho significou também a luta pela regulação e pelo

¹²⁰ BATALHA, Claudio H. M, “Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro”, op. cit., p. 47.

¹²¹ HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. I – op.cit., p. 48.

¹²² RODRIGUES, Edgar, op. cit., p. 169.

¹²³ BATALHA, Claudio H. M, “Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro”, op. cit., p. 47.

¹²⁴ DE LUCA, Tânia R., op. cit., p. 11.

controle do processo de produção. A União dos Trabalhadores Gráficos mencionava o “melhoramento das condições de trabalho” como seu “escopo imediato”, lutando também pelo estabelecimento dos salários mínimos com base em tarifas formuladas pelos operários.¹²⁵ A União dos Chapeleiros preocupava-se com a “higiene e salubridade nas fábricas e estabelecimentos”, revelando que o discurso acerca da saúde não era meramente um recurso disciplinador proferido por médicos e higienistas do período, mas uma preocupação real dos trabalhadores. Os chapeleiros defendiam ainda “o melhoramento das tarifas normais dos preços da mão-de-obra” e o combate ao trabalho por peça, que seria “a causa do egoísmo entre companheiros de trabalho”, procurando também lutar pela diminuição das horas de trabalho.

A União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo, além de oferecer socorros aos associados doentes ou desempregados, possuía diretrizes mais específicas sobre o andamento do processo de produção. Proibia a realização de trabalhos por empreitada e o trabalho extraordinário pelos associados, procurando limitar a jornada em oito horas. No capítulo estatutário intitulado “Dos Proprietários” determinava que os pagamentos fossem semanais ou quinzenais nas oficinas, “conforme for decidido de comum acordo”.¹²⁶ Exigia ainda que fossem oferecidas “pedras desembaraçadas em condição que os canteiros possam trabalhar”.¹²⁷ A associação procurava fazer com que os proprietários se conformassem com os artigos de seu estatuto, principalmente com os que diziam respeito aos pagamentos. Caso contrário, ficava determinado que decretariam greves, cujas despesas deveriam ser custeadas pelos proprietários que descumprissem as

¹²⁵ Estatuto da União dos Trabalhadores Gráficos, doc. cit.

¹²⁶ Estatuto da União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo, doc. cit.

¹²⁷ Idem.

condições de trabalho exigidas pela União. Existia, portanto, uma espécie de institucionalização da greve, prevista no estatuto, o que poderia soar como uma ameaça permanente para os proprietários. No entanto, os canteiros não viam a parede como um instrumento principal de reivindicação e de atuação, como defendiam os sindicatos que seguiam a orientação do sindicalismo revolucionário, mas sim como um último recurso, o que aproxima a associação dos canteiros dos sindicatos mais reformistas.¹²⁸

Em 18 de janeiro de 1909, cerca de um mês antes do registro do estatuto da UCPG, sua Comissão Executiva defendia que os canteiros fossem obrigatoriamente sindicalizados, o que seria uma forma de persuadir os operários que ainda não estavam convencidos da importância da organização e que, permanecendo fora dela, poderiam prejudicá-la.¹²⁹ Foi o que prevaleceu: para que as exigências estatutárias fossem cumpridas pelo conjunto da categoria e pelos proprietários, a agremiação determinava em seu estatuto que “Os proprietários não podem dar trabalho aos operários que não sejam sócios”, ou aos que estiverem “atrasados com os pagamentos sociais”.¹³⁰ Dessa maneira, notamos que a agremiação procurava estabelecer o *closed shop*, ou seja, restringir o acesso ao trabalho aos seus membros. Como observou Adhemar Lourenço da Silva Junior, “A sindicalização compulsória de todos os oficiais – e sua contrapartida, que é a exigência de que o patronato só empregasse sindicalizados (...) – é uma constante luta da categoria nos mais variados locais e momentos”.¹³¹

¹²⁸ TOLEDO, Edilene, *Travessias Revolucionárias*, op. cit., p. 176.

¹²⁹ *La lotta proletaria*, 18/01/1909, p. 3.

¹³⁰ Estatuto da União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo, doc. cit.

¹³¹ SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da, “Contribuição a uma ‘história dos de baixo’ do sindicalismo”, in *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXI, n.1, julho, 1995, p. 72.

Não foi possível saber até que ponto os canteiros conseguiram impor o *closed shop* aos proprietários. Em 7 de Julho de 1909, poucos meses após o registro do estatuto da associação, alguns militantes constatavam que não havia muito entusiasmo para se obrigar os trabalhadores a se filiarem à União: “Muitos de nossos companheiros, na maior parte inconscientes e egoístas, quase não reconhecem as melhorias obtidas com nossa ação”.¹³² No entanto, apesar das divergências entre os membros da associação, é pouco provável que, ao se constituir enquanto pessoa jurídica, a agremiação dos canteiros adotasse itens estatutários que não fossem minimamente respeitados pelos proprietários: estes, diante da grande concorrência comercial entre as pedreiras e oficinas, poderiam ter consideráveis prejuízos diante de uma eventual greve ou boicote – o que dava aos canteiros um maior poder de barganha e de pressão.¹³³

A agremiação dos canteiros procurava se posicionar como mediadora de conflitos entre os canteiros e os proprietários. No entanto, essa mediação admitia a possibilidade de os patrões estarem com a razão, como sugere o artigo 34 de seu estatuto, o qual menciona que os patrões também poderiam fazer queixas dos operários junto à organização – o que constitui uma peculiaridade sua em relação às outras associações aqui estudadas. Essa associação foi uma das participantes do I Congresso Operário Brasileiro, representada por seu presidente, Francisco Bigal, e seguia algumas de suas resoluções, como a luta pela jornada de 8 horas e o fim do trabalho por empreitada.

¹³² *La lotta proletaria*, 7/07/1909, p. 3.

¹³³ MARQUES, Antônio José, op. cit., p. 95 Ilustram isso alguns boicotes promovidos pela categoria: contra o empresário Celestino Beneducci, de Cotia, onde a União mantinha uma seção, que foi obrigado a arcar com os custos do movimento. (*La lotta proletaria*, 15/07/1909, p. 3); e, em Ribeirão Pires, local onde havia outra seção da União, contra a pedreira Morelli devido ao não cumprimento de acordos que haviam sido firmados com a União. (*La lotta proletaria*, 24/02/1909, p. 3).

Nas resoluções dos congressos nacionais operários predominaram os princípios do sindicalismo revolucionário. O estatuto da UCPG expressa alguns pontos em comum com a referida corrente política, advertindo, por exemplo, que seria "absolutamente proibida qualquer discussão política" – uma alusão à não participação em quadros de partidos políticos e da disputa política oficial. Entretanto, a não participação das lutas políticas oficiais não era incompatível com a defesa de criação de leis favoráveis aos trabalhadores – pelo menos para o presidente da entidade, Francisco Bigal. Durante o II Congresso Operário Estadual do Trabalho, realizado em 1908, Bigal divergia de Giulio Sorelli, sindicalista revolucionário, afirmando, com base em "uns artigos de lei sobre acidentes de trabalho da República Argentina", "que com as leis se podem obter indenizações".¹³⁴

A União dos Operários Metalúrgicos e a Liga Operária da Construção Civil, por meio de artigos estatutários quase idênticos, defendiam:

Para melhor zelar pelos interesses de seus associados, a União manterá, nas oficinas de serviço, um ou mais delegados com todos os poderes para fiscalizar as condições de higiene e segurança, fazendo com que os operários não sejam forçados a executar trabalhos extraordinários, excessivos e brutais, exigindo da parte dos patrões, mestres e contramestres, o mais completo respeito para com os trabalhadores.¹³⁵

Defendiam ainda zelar pela proteção da infância, não admitindo no trabalho os menores de 14 anos. A LOCC tinha ainda como objetivo "Manter a autonomia sobre a regularização do trabalho, estabelecendo horário máximo e salário mínimo, coordenando o

¹³⁴ HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. I, op. cit., p. 95.

¹³⁵ Estatuto da União dos Operários Metalúrgicos, doc. cit. No estatuto da Liga Operária da Construção Civil acrescentava, após "higiene e segurança", somente "das mesmas (oficinas) e respectivos andaimes", adequando o artigo à peculiaridade das condições de trabalho das categorias representadas.

ganho de um trabalhador com o custo de vida”.¹³⁶ A exigência de respeito por parte não somente dos patrões, mas também de mestres e contramestres, está inserida no âmbito das relações conflituosas entre os trabalhadores e os indivíduos que, no processo de produção, estavam em posições hierárquicas superiores. Os conflitos entre os trabalhadores e mestres/contramestres foram relevantes para que as associações formassem estratégias a fim de estabelecer identidades entre os operários, o que excluiria aqueles hierarquicamente superiores no processo de produção.

1.3.3 – Mestres e Contramestres

Para se apreender o processo de formação de identidades entre os trabalhadores é preciso considerar também, além das ações e embates políticos travados nos locais de trabalho ou em situações cotidianas, os usos da linguagem que, ao mesmo tempo, norteiam e revelam as intenções dos trabalhadores em estabelecer vínculos entre si¹³⁷ – processo esse que pode ser notado nas páginas da imprensa operária e também nos estatutos das agremiações sindicais. Notamos isso quando percebemos os sujeitos em questão se qualificarem como “trabalhadores” ou “operários”, procurando dessa forma, estabelecer laços horizontais entre si, eliminando a possibilidade de participação de pessoas com “cargo de mando”, salvo autorização de assembléia, no caso da Liga Operária da Construção Civil, ou de “gerentes e proprietários de estabelecimentos gráficos”, no caso da União dos Trabalhadores Gráficos.

¹³⁶ Estatuto da Liga Operária da Construção Civil, doc. cit.

¹³⁷ SEWELL, William H., “Artisans, Factory Workers and the formation of the French Working Class, 1789-1848”, in: *Working- Class Formation. Nineteenth-Century Patterns in Western Europe and United States*. Edited by Ira Katsnelson and Aristide R. Zolberg, Princeton University Press.

A questão acerca da admissão de mestres, contramestres, encarregados e demais operários com cargos de mando foi discutida no I Congresso Operário Brasileiro, ficando acordado que, sendo vistos como “verdadeiros representantes dos patrões”, esses “devem ser excluídos dos sindicatos operários; podendo, em casos excepcionais, fazer-se um regulamento interno para regularizar a admissão dos mesmos”.¹³⁸ Esse foi o caso da União dos Chapeleiros, o único sindicato que admitia a presença de “mestres encarregados nas fábricas”, com “direito ao uso da palavra e voto, não podendo, porém, exercer cargo social enquanto forem mestres ou encarregados e a sua adesão como sócio ficará a juízo da Comissão Administrativa”.¹³⁹ O tema da inclusão de mestres e encarregados nas organizações sindicais foi posto em pauta por José Sarmiento, Primeiro Secretário da União dos Chapeleiros, por ocasião da realização do I Congresso da Federação Americana dos Chapeleiros, realizado em Montevideu nos dias 2 e 3 de julho de 1920:

MESTRES, ENCARREGADOS – Este tema é apresentado pelo delegado J. Sarmiento – pelo Brasil – o qual expõe a vigência em trocar o caráter destes trabalhadores, de tiranos dos operários que soa hoje, é preciso fazer deles os verdadeiros técnicos do trabalho, portanto, irmãos dos trabalhadores, sendo, eles mesmos, trabalhadores. Por este motivo, propõe:

Que sejam admitidos como sócios em nossos sindicatos todos os mestres e encarregados que desejarem participar, e que as Comissões Administrativas de cada seção os considerem dignos de serem aceitos, concedendo-lhes voz e voto – excluindo-os somente das funções administrativas.¹⁴⁰

¹³⁸HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. I, op. cit., p. 50.

¹³⁹Estatuto da União dos Chapeleiros, doc. cit.

¹⁴⁰RODRIGUES, Edgar, op. cit., pp. 92-93.

Percebemos que, de maneira peculiar, o representante da União dos Chapeleiros via de maneira distinta as implicações das divisões de trabalho no interior das oficinas. Em vez de enxergar mestres e contramestres como inimigos de classe, estes eram vistos como potenciais aliados, já que também eram reconhecidos como “irmãos dos trabalhadores”. Talvez José Sarmiento considerasse esses “verdadeiros técnicos do trabalho” como indivíduos que pudessem contribuir de forma mais qualitativa na elaboração das reivindicações dos chapeleiros, principalmente as relacionadas às condições de trabalho – eventualmente utilizando, a favor dos trabalhadores, conhecimentos mais detalhados a respeito do processo de produção, fornecendo, assim, argumentos mais técnicos e precisos em eventuais negociações com o patronato. A presença de mestres e contramestres na associação dos chapeleiros significou uma mudança de atitude da categoria em relação a aqueles trabalhadores durante o início do século XX. Descrevendo as condições da fábrica de chapéus de Abílio Soares e Cia., *O Chapeleiro* ressaltava:

nessa fábrica reina a maior tirania que eu conheço. Ali, o operário é considerado um bruto, não é pago como deveria ser, tendo sido diminuída a obra 30 por cento; depois, os algozes, isto é, os proprietários da fábrica, mandaram uma carta aos muito humildes lambe-cus, contramestres da fula e da propriagem, recomendando-lhes severidade com os operários e a imposição do silêncio, sob pena de forte multa pela primeira vez e de despedida depois. (...) Como sabemos que nessa fábrica são poucos os operários organizados, julgamos a propósito dar-lhes dois conselhos: um é que se associem pela defesa e conquista de direitos; o outro é que quebrem a cabeça do contramestre ou personagem semelhante que ouse a multar por tais intransigências (...)¹⁴¹

¹⁴¹ *O Chapeleiro*, 5/12/1903, apud: HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio, *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*, Vol. 2, op. cit., p. 42.

As relações entre trabalhadores e mestres e contramestres, sob o ponto de vista das organizações sindicais, também oferecem parâmetros de comparação entre essas entidades as de caráter mutualista. Segundo Tânia De Luca, somente 5,9% das sociedades de auxílio mútuo organizadas por categorias profissionais admitiam a participação de proprietários ou empregados superiores, como a Sociedade Beneficente União dos Cocheiros e a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio.¹⁴² Essa porcentagem, embora pequena, aparentemente é superior em relação às organizações sindicais paulistanas. Entre os sindicatos aqui estudados, somente o dos chapeleiros admitia mestres e contramestres. Entretanto, a comparação torna-se imprecisa, pois não existem dados que indiquem o grau de participação de mestres e contramestres filiados às entidades, de ambos os tipos, o que não permite fazermos considerações mais categóricas a respeito.

1.3.4 – Ofício, categoria profissional e classe

A partir da linguagem empregada nos estatutos das agremiações sindicais, podemos apreender partes significativas dos processos de formação de identidades entre os trabalhadores, articuladas em torno de uma categoria profissional ou da classe social – quando notamos tentativas dos trabalhadores em estabelecer laços entre indivíduos de diversas profissões, mas situados em posição semelhante no processo de produção.

Entre a União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de S. Paulo, fundada em 1907, percebemos as intenções da categoria representada para estabelecer laços profundos de companheirismo entre seus associados. No estatuto da agremiação é mencionado que

¹⁴² DE LUCA, Tânia R., op. cit., p. 80.

“Todos os canteiros em pedra granito podem fazer parte da sociedade”. Mas, o que chama mais atenção são os seguintes artigos estatutários:

Art. 41- Em caso de morte de um companheiro todos os sócios tem o dever de suspender o serviço (...) e acompanhar o féretro até sua derradeira morada.

Art. 43 – Os sócios que não comparecerem ao cortejo fúnebre serão desmascarados na assembléia.¹⁴³

Dessa forma, a associação buscava estabelecer laços de lealdade que fizessem com que o companheirismo associativo, criando no âmbito do trabalho, se estendesse para o cotidiano de seus membros, inclusive no momento de sua eventual morte. Os que não fossem ao enterro do companheiro, seriam expostos em assembléia, tornado-se público para os associados uma grave desconsideração.

No primeiro artigo de seu estatuto, registrado em 1919, a União dos Trabalhadores Gráficos procurava estabelecer uma identidade profissional, mencionando os diversos ofícios que seriam por ela representados: compositores, impressores, litógrafos, transportadores, prensadores, encadernadores, manipuladores de envelopes, pautadores, fotógrafos, foto-gravadores, desenhistas, gravadores, operadores de máquina de compor, mecânicos de linotipos, montadores, revisores, “e todos aqueles cujas ocupações se relacionem com a técnica das artes gráficas”.¹⁴⁴

Desde a fundação da primeira União dos Trabalhadores Gráficos, em 1904, as intenções de aglutinar diversos ofícios numa só agremiação foram marcadas por uma série de conflitos. Um dos principais foi devido à divergência entre os tipógrafos, compositores

¹⁴³ Estatuto da Sociedade União dos Trabalhadores em Pedra Granito do Estado de São Paulo, doc. cit.

¹⁴⁴ Estatuto da União dos Trabalhadores Gráficos, doc. cit.

manuais, e os linotipistas, operadores de linotipos – equipamentos de composição movidos a vapor instalados na maioria das oficinas gráficas dos jornais diários paulistanos já em 1908.¹⁴⁵ Segundo Artur Vitorino, o “funcionamento dessas máquinas significou uma alteração do processo de trabalho no ramo de composição tipográfica, contribuindo para dificultar ainda mais o *controle sobre o mercado de trabalho*”.¹⁴⁶ Além de limitar a oferta de mão-de-obra, o que gerou a dispensa de diversos trabalhadores manuais, após a mecanização houve intensas disputas pelo controle do acesso à profissão de linotipista. A divergência entre tipógrafos manuais e operadores de linotipos acarretou fissuras na organização dos gráficos: em 1909, foi fundada a Liga dos Linotipistas, ao passo que, desde meados de 1908, a União dos Trabalhadores Gráficos encontrava-se desarticulada.¹⁴⁷ Os compositores manuais também procuraram fundar sua própria associação, mas sem obter sucesso. Passados mais dez anos da mecanização das oficinas gráficas, a reorganização da UTG, registrada em 1919, revela novas concepções a respeito do que seria a categoria dos gráficos: composta por diversos ofícios, dos mais antigos aos gerados pela introdução das máquinas, os gráficos tornam-se uma categoria profissional mais abrangente. Aceitando como “princípio basilar de sua existência a luta de classes”, a UTG procura situar os diversos ofícios gráficos no projeto político de luta contra a exploração do capital sobre o trabalho.

De forma semelhante à União dos Trabalhadores Gráficos, a Liga Operária da Construção Civil procurava congregar trabalhadores de um mesmo ramo de atividade, procurando “agremiar todos os operários que se empreguem em construção civil e em

¹⁴⁵ VITORINO, Artur J. R., op. cit., p. 237.

¹⁴⁶ Idem, p. 237.

¹⁴⁷ Idem, p. 266.

madeiras, como pedreiros, serventes, pintores, frentistas, carpinteiros, marceneiros, torneadores, lustradores, de serrarias, etc.”.¹⁴⁸ Sua intenção em congregar esses diversos ofícios reflete-se na própria composição da diretoria, eleita em assembléia de sua fundação, realizada em 13 de Abril de 1919: Giovani Ferdinando, pedreiro; Emílio Solo, pedreiro; Antônio Possato, pintor; Hato Ohristofele, pintor; Antônio de Felipe, estucador; Fortunato Silva, estucador, além de Manuel Gama, que seria o secretário da organização, mas cuja profissão não foi mencionada.¹⁴⁹ A referida assembléia foi presidida por Domingos Pereira, membro da Comissão Administrativa da Liga dos Padeiros e Confeiteiros, fato que ilustra a circulação de militantes entre diferentes organizações.

A LOCC certamente foi a mais sólida ação dos trabalhadores da construção civil para a união de seus diversos ofícios. A regularidade de suas atividades e o número de ofícios por ela congregados são bastante superiores às experiências anteriores. No III Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1920, foi dada a preferência à organização de sindicatos por indústria,

por serem os que a prática tem aconselhado, no Brasil, como em outros países, como mais relacionados com as necessidades do desenvolvimento sindical, evitando os exclusivismos de classe sem impedir que as diversas categorias reunidas no seio dos mesmos sindicatos de indústrias possam tratar autonomamente das questões profissionais particulares que lhes são próprias.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Estatuto da Liga Operária da Construção Civil, doc. cit.

¹⁴⁹ *O Combate*, 13/04/1919.

¹⁵⁰ RODRIGUES, Edgar, op. cit., p. 169.

Segundo Fernando Teixeira da Silva, desde os primeiros anos do século XX os trabalhadores da construção civil da cidade de Santos procuravam formar uma “organização profissionalmente articulada por ramo econômico”¹⁵¹ – tendência que também seria comum em outras categorias profissionais. Isso também teria sido resultado do avanço da construção civil para fins especulativos, “sob o controle de empresas que procuravam diluir as tarefas de determinados ofícios em atividades simples, repetitivas, a serem executadas por trabalhadores sem qualificação e que eram, anteriormente, desenvolvidas por artesãos.”¹⁵² Esse processo, iniciado desde o final do século XIX, foi mais acentuado nas obras de infra-estrutura urbana, empreendidas por grandes empresas e pelo poder público. Assim, como demonstra o caso dos trabalhadores da construção civil da cidade de Santos, a criação de um sindicato mais abrangente era uma medida para “evitar a concorrência no mercado de trabalho com os operários desqualificados.”¹⁵³

A cidade de São Paulo, como já observaram diversos autores, passava por um intenso processo de reforma urbana desde o final do século XIX, o que incluía o alargamento de ruas, a construção de novos edifícios e praças e o surgimento de novos loteamentos e bairros.¹⁵⁴ Esse crescimento urbano, em grande medida impulsionado pela especulação imobiliária, impulsionou o mercado da construção civil na capital paulista, o que o pode ter resultado em efeitos semelhantes ao caso santista na organização dos trabalhadores da construção civil paulistanos.

¹⁵¹ SILVA, Fernando Teixeira da, *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*, Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003, p. 59.

¹⁵² Idem, p. 60.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ MARINS, Paulo César, “Habitação e Vizinhança limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, in SEVCENKO, Nicolau (Org), *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3., p. 196.

Assim como a LOCC, a União dos Operários Metalúrgicos consistiu na mais sólida ação para congregar os diversos ofícios da categoria numa só associação. Havia, em 1901, duas associações de ofícios: a Lega di Resistenza di Mecanici ed affini e a Lega di Resistenza fra metaluguci ed affini¹⁵⁵, representando justamente os ramos profissionais que seriam englobados pela UOM em 1919. Embora não mencionasse todos os ofícios que compunham a categoria, e que, portanto, poderiam se associar, ressaltava apenas que seriam “considerados metalúrgicos todos aqueles que trabalham em metais e outros que trabalham em oficinas mecânicas”.¹⁵⁶

Embora se afirmassem como representantes de diversos ofícios, observamos a existência de obstáculos para a consolidação da unidade em torno de algumas das agremiações sindicais estudadas. No mesmo ano da fundação da Liga Operária da Construção Civil, em 1919, dois dos ofícios representados pela organização também possuíam suas associações: os pintores, representados pela União dos Pintores de Letras e Decoradores, fundada em 15 de junho, e os marceneiros, representados pela União dos Trabalhadores em Madeira.¹⁵⁷

Em agosto de 1920, a União dos Operários Metalúrgicos convocou uma assembléia com o fim de se transformar em “vários sindicatos de ofícios”.¹⁵⁸ Ao pretender criar associações autônomas, a agremiação revela suas dificuldades, mas também incertezas a respeito do modelo ideal de organização. Criar agremiações independentes, descentralizando a organização, talvez fosse visto como uma alternativa para melhor lidar

¹⁵⁵ SIMÃO, Azis, op. cit., pp. 209-210.

¹⁵⁶ Estatuto da União dos Operários Metalúrgicos, op. cit.

¹⁵⁷ *O Combate*, 16/06/1919.

¹⁵⁸ Idem, 04/08/1920 p. 3.

com o problema da repressão policial, que perseguia as organizações e suas lideranças, ou ainda, uma forma de melhor lidar com uma possível escassez de recursos para manter uma entidade do porte da União dos Operários Metalúrgicos.

Para criar uma identidade em torno de uma categoria profissional, e para reuni-la uma única associação, as agremiações precisavam superar diversos obstáculos. É o que notamos quando mencionam que seriam compostas por “ilimitado número de membros”, sem distinção de sexo, de nacionalidade, de religião ou de cor. A União dos Chapeleiros mencionava em seu programa:

Sem distinção de raça, cor, nacionalidade e religião, para fomentar seu progresso material e moral, em luta que já há muito tempo se combate em todos os países, entre o passado e o porvir, a nossa Associação por-se-á sempre ao lado da JUSTIÇA, do TRABALHO e da LIBERDADE.¹⁵⁹

De maneira semelhante, a União dos Operários Metalúrgicos, visava “Despertar o sentimento de solidariedade no seio de todos os operários, combater qualquer divergência de nacionalidade ou de raça”.¹⁶⁰ O objetivo de combater divergências geradas por motivos de nacionalidade, de raça ou, ainda, de cor demonstra que esses eram problemas de grandeza considerável para a união das categorias numa única entidade. Como observou Michael Hall, “as hostilidades entre as nacionalidades criaram barreiras enormes para a coesão e organização dos trabalhadores”.¹⁶¹ E, como ressalta George Reid Andrews, embora buscassem eliminar as divisões internas da classe, “muitos líderes operários

¹⁵⁹ Estatuto da União dos Chapeleiros, doc. cit.

¹⁶⁰ Estatuto da União dos Operários Metalúrgicos, doc. cit.

¹⁶¹ HALL, Michael, “O Movimento Operário na Cidade de São Paulo”, op. cit., pp. 263-264.

imigrantes não conseguiam superar completamente os sentimentos de superioridade étnica e racial em relação aos seus companheiros brasileiros”.¹⁶²

Uma das barreiras para a organização advinha das dificuldades de comunicação entre os trabalhadores, já que era considerável a diversidade lingüística entre os militantes do movimento operário. Essa diversidade pode ser observada a partir de uma notícia, publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, durante a greve de 1907:

Coisa curiosa: acabava de falar um orador italiano, convencendo seus patrícios de que o movimento se alargara e intensificara. Logo na tribuna surge um alemão e na língua de Goethe atira para o grupo dos seus patrícios a metralha de seus argumentos, com ímpeto, com entusiasmo, verdadeiramente transfigurado.

No grupo dos operários alemães há os que falam o português e esses vão explicando, então, a meia voz, aos que não estão familiarizados com a língua alemã, o verdadeiro significado das palavras do orador.

Calcule-se agora do esforço de cada orador para de fazer ouvir, estando todos os salões repletos de operários todos eles cheios de um rumor confuso de vozes!¹⁶³

O “rumor confuso de vozes” poderia interferir não somente na dinâmica de informação e comunicação entre as lideranças sindicais e demais trabalhadores, mas também no processo de atribuição de significados para o termo “classe” – que, com frequência, era empregado tanto para designar ofício ou profissão quanto para se referir à classe trabalhadora de maneira mais ampla. Para sanar possíveis dificuldades de compreensão dos boletins, dos comunicados e dos textos produzidos pelas organizações sindicais a União dos Operários Metalúrgicos empreendia um esforço para superar

¹⁶² ANDREWS, George Reid, *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*, São Paulo: Edusc, 1998, p. 108.

¹⁶³ “Movimento Operário”, *O Estado de S. Paulo*, 9/05/1907, p. 3.

obstáculos lingüísticos entre os militantes, determinando que “Será adotado em todos os atos o idioma do país”.¹⁶⁴

Além da intenção de reforçar laços de identidade em torno de uma categoria profissional, reunindo-se diversos ofícios e superando-se divergências étnicas, as organizações sindicais também tinham como objetivo o estreitamento das relações de solidariedade entre os trabalhadores de diversos setores. É o que pretendia a União dos Operários Metalúrgicos, mencionado “o seu apoio e solidariedade moral e material a qualquer movimento reivindicador dentro ou fora do país, se a Assembléia Geral julgar merecedor desse apoio”.¹⁶⁵ Portanto, além de procurar reforçar os laços de identidade em torno da categoria, a referida associação também buscava estreitar as relações com “outras classes”, uma referência a outras categorias profissionais. Nesse sentido, a agremiação dos metalúrgicos e a Liga Operária da Construção Civil mantinham integrados à sua diretoria dois delegados junto à Federação Operária de São Paulo (FOSP) – diferentemente das demais entidades que, embora participassem da referida federação indicando delegados, estes não faziam parte de suas diretorias. No entanto, a filiação da agremiação dos metalúrgicos à referida federação não era tão consensual: uma assembléia da categoria deliberou até mesmo o seu desligamento da FOSP – decisão que, no entanto, foi revertida dias depois.¹⁶⁶

A União dos Chapeleiros buscava a “UNIÃO e a SOLIDARIEDADE” para “reunir em um só feixe os operários dos Estados Unidos do Brasil, tendo por objetivo a

¹⁶⁴ Estatuto da União dos Operários Metalúrgicos, doc. cit.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ *O Combate*, 17/01/1920.

EMANCIPAÇÃO dos trabalhadores por obra de si mesmos”.¹⁶⁷ Ressaltava o caráter internacional da profissão, e seus vínculos com os “trabalhadores de todo o mundo”. A associação era filiada à Confederação Operária Brasileira e à Federação Internacional dos Operários Chapeleiros. Entre 2 e 3 de julho de 1920, participou do I Congresso da Federação Americana dos Chapeleiros, realizado em Montevideu, Uruguai, representada por José Sarmiento, Secretário da entidade.¹⁶⁸ É provável que o referido evento tenha sido de tamanha importância para a entidade a ponto de priorizá-lo, em detrimento do III Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril do mesmo ano: talvez as verbas não fossem suficientes para que a associação se fizesse representar em ambos os congressos, o que teria acarretado na ausência da entidade no referido congresso nacional.

A União dos Trabalhadores Gráficos, tendo como “princípio basilar de sua existência a luta de classes”, manifestava sua solidariedade “com todas as associações de trabalhadores, sejam da classe ou não, que aceitem e mantenham iguais princípios”.¹⁶⁹ A Liga Operária da Construção Civil se propunha a “Agir de acordo com as demais associações em todas as questões em que sejam envolvidos os interesses da classe proletária o que respeita aos seus direitos públicos e a sua dignidade”.¹⁷⁰ Na União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo a aproximação junto a outras categorias profissionais ocorreu, por exemplo, a partir da deflagração de uma “greve de solidariedade” aos operários da Companhia Docas de Santos em 1908.¹⁷¹ A intenção em estabelecer relações com sociedades congêneres, especificadas nos estatutos e percebida na

¹⁶⁷ Estatuto da União dos Chapeleiros, doc. cit.

¹⁶⁸ RODRIGUES, Edgar, op. cit., p. 93.

¹⁶⁹ União dos Trabalhadores Gráficos, doc. cit.

¹⁷⁰ Estatuto da Liga Operária da Construção Civil, doc.cit.

¹⁷¹ Relatório da União dos Canteiros de São Paulo. 1913.

atuação das entidades sindicais, era bastante rara entre as sociedades de auxílio mútuo paulistanas. Segundo Tânia De Luca, somente 8,5% delas declaravam o objetivo de “Manter relações com outras sociedades mutuais”, o que consiste um ponto de diferença relevante entre elas e as organizações sindicais.¹⁷²

Sob o ponto de vista dos militantes sindicais, a ação para fortalecer os vínculos em torno da profissão – superando-se as divergências de origem étnica, de cor ou de gênero – e para se estabelecer uma identidade mais ampla entre o conjunto dos trabalhadores, de diversas categorias profissionais, poderia enfrentar os seguintes obstáculos: a concorrência com outros tipos de organizações, como os clubes recreativos, e com práticas de lazer associadas ao consumo de bebidas alcoólicas, que ocorriam, principalmente, nos botequins e armazéns dos bairros paulistanos. É o que veremos nos dois próximos capítulos.

¹⁷² DE LUCA, Tânia R., op. cit., pp. 32-33.

CAPÍTULO II

Clubes Recreativos: organização para o lazer

Desde o final do século XIX, diversas associações voltadas predominantemente para o lazer surgiam na cidade de São Paulo, aumentando significativamente durante o início do século XX. Como observa Maria Auxiliadora Guzzo Decca, em *A vida fora das fábricas*, os clubes recreativos eram algumas das opções de lazer dos trabalhadores paulistanos, propiciando-lhes a “uma vida mais coletiva”.¹ No entanto, a formação das agremiações de recreio, e as práticas a elas relacionadas, foram marcadas por uma série de conflitos. Como ressaltou Francisco Foot Hardman, em *Nem pátria nem patrão*, existiam tensões entre as propostas culturais anarquistas para os trabalhadores e outras formas de lazer da classe de maneira mais ampla – como a dança e o futebol, praticados nos clubes recreativos.²

Embora se caracterizassem como espaços de trabalhadores, que se organizavam em torno do lazer, as associações recreativas ainda não foram estudadas em suas

¹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, *A Vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*, São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 42.

² HARDMAN, Francisco Foot, *Nem pátria nem patrão. Memória operária, cultura e literatura no Brasil*, 3ª Ed. revista e ampliada, São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

especificidades. Na maior parte dos estudos sobre os trabalhadores, agremiações de auxílio mútuo, sindicatos, grupos libertários e partidos políticos seriam, por excelência, os lugares de organização dos trabalhadores. O objetivo desse capítulo é analisar alguns dos clubes recreativos que funcionavam nos bairros onde a presença de trabalhadores era marcante, como o Brás, o Bom Retiro e o Bexiga. São associações com finalidades diversas: promotoras de teatro, de bailes, jogos, etc. Várias delas se constituíam enquanto espaços de acesso não somente ao lazer, mas também à cultura letrada e à informação: possuíam bibliotecas, procurando contribuir para o “progresso moral e intelectual” de seus membros, mantendo também jornais e revistas para a consulta dos associados. Assim como apontou Beatriz Ana Loner para os casos das cidades sul-rio-grandenses de Pelotas e Rio Grande, a formação de associações de lazer pelos trabalhadores paulistanos correspondeu às suas necessidades cotidianas: buscavam fortalecer “laços de conagração e de igualdade entre seus membros, dentro do espaço associativo, propiciando o necessário convívio aplainador de diferenças”.³

Entretanto, longe de demonstrar unicamente a identidade em torno da classe social, as associações recreativas revelam também que os trabalhadores paulistanos se reconheciam como italianos, como negros ou, ainda, como moradores de determinados bairros. E, apesar de voltadas principalmente para o lazer, seus critérios de associação revelam que iam ao encontro de valores pautados pela valorização do trabalho. Algumas delas desempenhavam até mesmo funções semelhantes às associações de auxílio mútuo,

³LONER, Beatriz Ana, *Construção de Classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas/ Editora Universitária: Unitrabalho. 2001, p. 132.

revelando a complexidade da cultura associativa dos trabalhadores e também das relações entre tempo de trabalho e tempo livre na cidade de São Paulo.

2.1 – *Divertimentos públicos*

Os chamados “divertimentos públicos”, como teatros, bailes, jogos e outras atividades, vinham sendo regulamentados desde o final do século XIX. Em 1896, a Lei Municipal 252 atribuía à Câmara Municipal a competência de fiscalização, função designada ao Intendente Municipal de Polícia e Higiene. No entanto, a mesma lei determinava que esse papel fiscalizador deveria ser feito com o auxílio do Chefe de Polícia do Estado de São Paulo enquanto a Câmara Municipal não organizasse seu próprio aparato policial.⁴ Nas *Instruções Policiais* para o ano de 1906, organizadas pelo Chefe de Polícia, Dr. Augusto Meirelles Reis, constava a seguinte recomendação:

Nenhum teatro, casa de espetáculo circo, anfiteatro ou qualquer outra armação permanente ou temporária, para representação de peças dramáticas ou mímicas, cavalhadas, danças e outros quaisquer divertimentos, poderão ser abertos ao público, sem que primeiramente tenha sido inspecionada pela autoridade municipal competente e pela respectiva autoridade policial, que farão verificar se a construção ou arranjo é tal que afiance a segurança e comodidade dos espectadores.⁵

Para garantir o cumprimento das determinações, alguns agentes policiais eram designados para inspecionar os teatros ou “outro qualquer espetáculo público”. Por meio de

⁴ Lei 252. *Leis e resoluções da Câmara Municipal da Capital do Estado de São Paulo. 1894-1896*. AMWL.

⁵ *Instruções Policiais. Organizadas de acordo com o decreto n. 1349 de 23 de fevereiro de 1906 pelo Dr. Augusto Meirelles Reis, Chefe de Polícia do Estado de São Paulo*, São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1906. pp. 19-20. AESP.

um documento emitido pelo Serviço Reservado da Polícia, esses agentes teriam “ingresso em todos os teatros e divertimentos públicos”, devendo, no entanto, manter sua identidade em segredo diante do público – sob pena de serem demitidos.⁶ Os referidos agentes eram designados para:

Assistir a todas as apresentações, comparecendo antes de começarem, retirando-se depois de dissolvido o ajuntamento dos espectadores, e fiscalizando o pontual cumprimento dos anúncios feitos ao público, tanto no que diz respeito ao espetáculo em si e à comodidade devida e prometida aos espectadores, como à hora que deva começar.⁷

Além de exigir o cumprimento dos requisitos referentes à segurança e ao “cumprimento dos anúncios feitos ao público”, a polícia tinha outra preocupação específica: o conteúdo das peças que seriam apresentadas. Dessa maneira, o Chefe de Polícia fazia a seguinte recomendação:

Nenhuma apresentação terá lugar sem a necessária licença da autoridade policial respectiva, que a não concederá em caso de ultrajes a qualquer confissão religiosa, ou no de ofensa à moral e à decência pública, ou, ainda, no de injúria a determinada pessoa.⁸

Portanto, a concessão de licença para as apresentações teatrais e demais espetáculos deveria depender de um prévio exame dos títulos e dos textos das peças, que poderiam ser censuradas. E, para assegurar que as encenações realmente correspondessem ao conteúdo aprovado sob o crivo da censura, era atribuição dos agentes de fiscalização: “Vigiar que o

⁶ Serviço reservado da Polícia. 23/09/1902. Polícia. AESP. Caixa 3009.

⁷ *Instruções Policiais. Organizadas de acordo com o decreto n. 1349 de 23 de fevereiro de 1906*, doc. cit., pp. 19-20.

⁸ Idem.

programa e o recitado sejam conformes ao aprovado e que os atores não procurem dar às palavras e gestos um sentido equívoco ou ofensivo da decência e da moral”.⁹

A fiscalização policial sobre os divertimentos públicos pode ser notada de maneira mais concreta quando, em dezembro de 1897, Pietro Buffetti, proprietário de um pequeno teatro na Barra Funda, recebeu uma intimação para pagar multa devido ao não cumprimento de certas determinações das autoridades, conforme foi comunicado ao Chefe de Polícia pelo Subdelegado da 3ª Circunscrição Policial:

Cumpre-me comunicar a V. Excia. que: tendo chegado a meu conhecimento estar funcionando um teatrinho público na rua da Barra Funda nº. 74 sem a devida licença e que o proprietário tivesse requerido a competente vistoria, dirigi-me para aquele lugar e de fato verifiquei existir nos fundos da casa um teatrinho numa sala em boas condições de asseio, mas que não oferece entretanto bastante garantias para a vida dos espectadores no caso de incêndio e mais inconvenientes que facilmente se dão nos teatros, faltando até comodidades necessárias para a pronta saída dos expectadores no caso de perigo e não havendo colocação própria para as luzes no palco. Tendo sabido outrossim, que o mesmo teatro havia ontem funcionado conforme vê-se, também pelo programa junto, intimei o dito proprietário, Pietro Buffetti, para pagar a competente multa, mandando que não desse mais espetáculos até não ter requerido vistoria para obter a necessária licença dessa Chefia de Polícia.¹⁰

O “teatrinho” no fundo da casa revela o caráter de improvisado dos espaços utilizados para apresentações teatrais: é bem provável que as instalações fossem nos fundos da moradia de Pietro Buffetti, que, talvez, alugasse o salão para a realização das peças. De acordo com Mariângela Alves de Lima e Maria Thereza Vargas, em estudo sobre o teatro

⁹ Idem.

¹⁰ 1ª Subdelegacia de Polícia da 3ª Circunscrição. São Paulo, 26/12/1897. Polícia. AESP. Caixa 2854.

operário em São Paulo, os espaços onde as peças eram encenadas não seriam “propriamente teatros, mas sim auditórios com palco raso, e sem profundidade suficiente para abrigar um complicado material de cena. Não há bastidores, coxias ou mesmo camarins para alojamento dos autores”¹¹ – condições essas que parecem corresponder às instalações do “teatrinho”. Citando o depoimento de Radha Abramo, Lima e Vargas demonstram que as primeiras apresentações teatrais foram simultâneas à chegada dos primeiros contingentes de imigração, sendo muitas das peças encenadas em associações ou mesmo em residências.¹² O evento foi organizado pelo Teatro Social Carlo Goldoni, e o programa era o seguinte:

1-Apresentação da “Brilhantíssima Farsa” *La Sposa e la cavalla*.

2-Drama *Il Condannato Político*.

3- Encenação cômica, em 1 ato, Giovannino Padula, *banbino di um ano*.

4- Festa, com baile familiar.¹³

As peças aparentam ser, sobretudo, relacionadas a um “caráter evocativo, que preserva o espírito de italianidade”¹⁴: o drama *Il Condannato Politico* seria finalizado com uma exaltação a Roma Livre, com os acontecimentos ambientados na capital italiana em época próxima de 20 de Setembro de 1870, data da unificação do país. O nome do teatro também é uma notória identificação com a nacionalidade italiana: Carlo Goldoni (1707-1793) foi um importante dramaturgo italiano, e suas obras teriam sido as que mais se difundiram da Itália para outros países.¹⁵ A farsa *La sposa e la cavalla* trata-se da história

¹¹ LIMA, Mariângela Alves de, VARGAS, Maria Thereza, “Teatro Operário em São Paulo”, in PRADO, Antonio Arnoni (Org), *Libertários no Brasil. Memórias, Lutas, Cultura*, São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 172.

¹² Idem, p.165.

¹³ 1ª Subdelegacia de Polícia da 3ª Circunscrição. São Paulo, 26/12/1897, doc. cit.

¹⁴ LIMA, Mariângela Alves de, VARGAS, Maria Thereza, “Teatro operário em São Paulo”, op. cit., p. 169.

¹⁵ Sobre Carlo Goldoni ver: <http://www.italialibri.net/autori/goldonic.html>

de um comerciante de cavalos que, com dificuldades de vender uma égua que adquirira num péssimo negócio, tenta vendê-la a qualquer custo: dá-lhe o nome da própria filha para que um pretendente, na ocasião em que pedira a mão da mesma em casamento, se compromettesse a ficar com a égua.¹⁶ Esse tipo de peça, assim como o “teatro popular”, seriam bastante criticados pelos círculos teatrais libertários, já que, por serem formas de diversão para as “camadas menos cultas”, em nada contribuía para a “elevação moral do operariado”.¹⁷ No entanto, *La sposa e la cavalla* foi apresentada num evento em prol de um opúsculo de propaganda, atividade que foi anunciada em 1906 pelo jornal anarquista *Terra Livre*¹⁸ - demonstrando que nem sempre o discurso e a prática andavam juntos entre os libertários.

2.2 – Clubes recreativos: lazer e auxílios para os trabalhadores

As recomendações feitas pelo Chefe de Polícia do Estado de São Paulo, em 1906, refletiam a preocupação das autoridades diante das freqüentes apresentações teatrais, organizadas tanto pelos círculos libertários – com a finalidade transmitir mensagens do anarquismo¹⁹ – quanto por agremiações recreativas. Entre 1898 e 1924, dezenas de teatros e salões, em diferentes bairros da cidade, eram utilizados para a encenação de peças e para a

¹⁶ <http://www.gliantinati.it/copioni2.php>

¹⁷ FACCIO, Luiza, “Teatro Libertário”, in *CADERNOS AEL: Operários e anarquistas fazendo teatro*, IFCH/UNICAMP, n°1, 1992, pp. 120-121.

¹⁸ VARGAS, Maria Thereza (coord), *Teatro operário na cidade de São Paulo*, São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Informação e Documentação Artísticas, Centro de Pesquisa de Arte Brasileira, 1980. <http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/teatro.pdf>

¹⁹ CHALMERS, Vera, “Boca de cena. Um Estudo sobre o teatro libertário, 1895-1937”, in *CADERNOS AEL: Operários e anarquistas fazendo teatro*, IFCH/UNICAMP, n°1, 1992, pp. 105-118.

realização de outras atividades pelos trabalhadores.²⁰ No entanto, apesar do controle policial, com a presença de agentes que assistiam as peças e por meio da censura prévia dos textos, nem sempre a polícia estava bem informada sobre a dinâmica dos eventos organizados naqueles espaços. É o que sugere um incidente ocorrido durante uma apresentação teatral no Salão Excelsior, localizado no Distrito de Santa Ifigênia:

Na madrugada de hoje, depois de uma hora, a polícia teve a comunicação de que, no interior de uma casa, cujos fundos deitam para a Rua Anhangabaú, fora desfechado um tiro de revólver, tendo nessa ocasião o guarda rondante ouvido gritos de crianças e distintamente uma delas suplicar que não matassem sua mãe.

Outros comentários a propósito do misterioso caso foram levantados, e quando a autoridade chegou naquele local, dificilmente conseguiu chegar aos fundos do prédio n.º 33-A da Rua Florêncio de Abreu, onde acreditavam tivesse desenrolado uma cena de crime.

Ali se recusaram a abrir a porta. (...) ²¹

Seria mais uma notícia de crime, como várias outras publicadas pela grande imprensa diária. No entanto, no dia seguinte, desfazia-se um mal-entendido:

O caso não tinha importância alguma.

Unicamente o guarda da rua, com grande pavor, havia fantasiado um crime, ao ouvir o estampido de um tiro de pólvora seca disparado no Salão Excelsior, no correr de uma apresentação da *Tosca*, por um grupo de *furiosos*.

Foi o que houve, nem mais nem menos, e o que motivou o alarma da polícia, que cercou as casas da vizinhança até o raiar do dia, para descobrir um crime imaginário... ²²

²⁰ *CADERNOS AEL: Operários e anarquistas fazendo teatro*. IFCH/UNICAMP, n.º1, 1992, pp. 86-99.

²¹ “Notícias Diversas”, *O Estado de S. Paulo*, 03/02/1906, p. 2.

²² *Idem*, 04/02/1906, p. 2.

A *Tosca* é uma ópera composta por Giacomo Puccini, baseada na peça de mesmo nome de Victorien Sardou. Segundo Jacob Penteadou, era bastante apresentada por artistas amadores da cidade.²³ É ambientada em Roma durante a incursão militar de Napoleão Bonaparte. Com tiros de canhão, facadas e gritos, podemos imaginar que os ruídos da encenação não ficavam restritos ao salão onde era apresentada a ópera – fazendo com que a vizinhança, transeuntes ou, como foi o caso, um agente rondante atento ouvisse o barulho do “grupo de furiosos”, uma alusão da notícia à empolgação dos atores participantes da peça. Dificilmente a polícia não soubesse que, nas redondezas de onde se ouviu um estampido de revolver, havia um salão destinado à apresentação teatral, pois, além do Salão Excelsior, havia também o Salão Itália Fausta, local bastante utilizado por associações recreativas e também pelos sindicatos paulistanos, e o Éden Clube – situados, respectivamente, nos números 29 e 22 da Rua Florêncio de Abreu. A precipitada ação da polícia teria ocorrido devido ao seu desconhecimento sobre a dinâmica de apresentação da ópera *Tosca*, com o barulho do falso tiro causando surpresa e apreensão no agente rondante, mas também como medida de precaução, já que o suposto tiro veio de um lugar de referência para a organização dos trabalhadores em associações de lazer e nos sindicatos – e que, por isso, eram alvos de controle policial constante.

Como revela Jacob Penteadou, nas primeiras décadas do século XX “eram muito comuns os espetáculos promovidos por amadores do palco, ou melhor, diletantes, como os chamavam então. Havia-os em todos os bairros”.²⁴ Além dos “teatrinhos” improvisados, havia diversas agremiações de recreio, organizadas pelos trabalhadores, que promoviam

²³ PENTEADO, Jacob, *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*, São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003, (2ª Edição), p. 240.

²⁴ Idem, p. 239.

apresentações teatrais. Uma das primeiras a ser fundada foi o Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro, em 13 de maio de 1900, no bairro do Bom Retiro – onde mantém até hoje a sua sede social. Em seu estatuto, registrado em 1906, definia-se como “sociedade recreativa e beneficente”. Tinha como objetivos proporcionar espetáculos e “outras quaisquer diversões lícitas”, manter uma biblioteca, criar “à proporção que os recursos do Grêmio assim o permitirem, aulas diurnas ou noturnas, de música e outras matérias úteis que possam ser aos seus associados”. Mantinha ainda um “corpo cênico”, composto pelos próprios sócios.²⁵ Propunha-se também a organizar conferências sobre artes em geral e sobre outros temas que pudessem contribuir para o “progresso moral e intelectual” de seus membros.²⁶ Nas disposições gerais de seu estatuto, constava que concederia benefícios “aos sócios que os solicitarem, uma vez provada a falta de recursos por moléstias ou desemprego”.²⁷ Portanto, lazer, instrução e beneficência se entrelaçavam entre as preocupações da organização, onde a presença de trabalhadores era enfatizada na seguinte notícia, que comentava uma de suas reuniões:

O presidente do Grêmio, Sr. Alfredo Machado, ao assumir a presidência, declarou o fim da reunião. A associação é em geral, disse ele, composta de operários. Estes, com filhos em idade de se educarem, não conseguem matriculá-los nos grupos escolares por falta de lugares.²⁸

²⁵ Segundo informações de Guilherme Pepe, secretário do G. D. R. Luso-Brasileiro em 2001, até recentemente a associação mantinha vários textos das peças teatrais que eram lá apresentadas. No entanto, segundo Pepe, um dos presidentes se desfez de grande parte do acervo do clube. Pensando estar fazendo um favor à associação, entulhou livros, textos de peças de teatro, fichas de sócios, crônicas e outros documentos na quadra de futebol da sede social e os jogou fora. A associação ainda funciona organizando bailes da Terceira Idade e sobrevive por meio do aluguel de sua quadra esportiva e sublocando parte de suas dependências para comerciantes locais.

²⁶ Estatuto do Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro. 15/01/1907. Sociedade Civil nº. 191. PCRICC. AESP.

²⁷ Idem.

²⁸ “Movimento Associativo”, *O Estado de S. Paulo*. 8/01/1906, p. 2.

Naquela ocasião, o presidente honorário do grêmio era o Dr. Celso Garcia, advogado que ganhou notoriedade por sua atuação em prol dos trabalhadores detidos durante a greve da Companhia Paulista, em 1906, e também como vereador da cidade, ao propor um projeto de lei que incentivava a construção de casas operárias, em 1907.²⁹ Diante das dificuldades, apontadas acima, a associação deliberou oferecer instrução para os filhos dos associados – buscando, dessa maneira, suprir as necessidades advindas da ausência do direito à educação primária, a ser oferecida pelo estado, na constituição republicana.³⁰

Outra importante atuação do G.D.M. Luso-Brasileiro foi durante a epidemia de Gripe Espanhola, que, em 1918, afetou gravemente os bairros operários: os diretores da agremiação disponibilizaram a sede da associação para o uso da Cruz Vermelha, além da quantia de 100\$000 mensais enquanto a gripe durasse.³¹ Notamos, assim, o peso de sua atuação não somente junto aos seus associados, que tinham a sociedade como um espaço de lazer e de obtenção de auxílios, mas também junto ao conjunto mais amplo dos moradores do bairro do Bom Retiro – desamparados diante dos poucos recursos médico-hospitalares oferecidos pelo poder público.

Outra sociedade recreativa composta por trabalhadores paulistanos foi fundada em dezembro de 1901, sob o título de Sociedade Recreio Artístico. A aprovação de seu estatuto permite perceber as diversas exigências policiais que associações congêneres tinham que cumprir para obter o registro oficial. Encaminhado para a apreciação do Chefe de Polícia

²⁹ AMARAL, Pedro Ferraz do, *Celso Garcia*, São Paulo: Livraria Martins Editora. 1973. pp. 234-238; pp. 324- 326. A Associação das Classes Laboriosas nomeou seu salão em homenagem a Celso Garcia, que seria um dos locais mais utilizados pelas organizações sindicais para a realização de atividades diversas.

³⁰ CARVALHO, José Murilo de, *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo: Companhia da Letras, 1986. 3ª Edição, p. 45.

³¹ Ata de Reunião da Diretoria do Grêmio Dramático e Recreativo Luso-Brasileiro. 26/10/1918. G.D.R. Luso-Brasileiro.

do Estado de São Paulo no início de 1902, o estatuto da organização especificava que dela poderiam fazer parte “operários e artistas”. No dia 31 de janeiro de 1902 foi emitido o seguinte parecer ao Chefe de Polícia, pelo Segundo Delegado Auxiliar, Dr. Jesuíno Cardoso:

Em obediência ao respeitável despacho retro lançado por V. Excia. na presente petição, venho expender a minha opinião quanto ao requerido: como se vê do art. e, § 1º dos estatutos da sociedade “Recreio Artístico”, esta sociedade tem por fins: a) a manutenção de uma banda de música e orquestra para exhibições em festas populares e religiosas, mediante prévio contrato revertendo o produto em benefício da caixa da sociedade; b) realizar partidas dançantes e concertos aos seus associados, sempre que o estado financeiro da sociedade o permitir; c) proporcionar aos associados entretenimentos na sede da sociedade, como jogos lícitos e outras diversões, sendo expressamente proibido o jogo a dinheiro, sob pena de serem advertidos e nas suas reincidências suspensos e eliminados. Nestas condições, penso, salvo melhor juízo de V. Excia. que não há motivo para ser negada a licença requerida, uma vez que seus fins não contrariam as Leis e regulamentos Policiais.³²

Os objetivos descritos pelo Segundo Delegado Auxiliar correspondem ao estatuto da associação. A banda musical, além de ser a responsável pela animação das “partidas dançantes”, também tinha a função de reverter rendas em benefício da agremiação. Em “Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor”, Francisco Foot Hardman trata da importância cultural que tinham as bandas musicais nos bairros de trabalhadores, atuando tanto nas atividades de associações sindicais quanto de maneira independente – ocupando um lugar privilegiando entre as “sonoridades que se afirmavam no novo espaço urbano” e com uma tradição cultural bastante diversificada entre os trabalhadores.³³ Ao afirmar que somente

³² Estatuto da Sociedade Recreio Artístico. 14/01/1902. Polícia. AESP. Caixa 3002.

³³ HARDMAN, Francisco Foot, “Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor”, in PRADO, Antônio Arnoni, op. cit., p. 150.

permitiria a realização de “jogos lícitos e outras diversões, sendo expressamente proibido o jogo a dinheiro”, a Sociedade Recreio Artístico agiu para facilitar a obtenção do “alvará de licença para que possa funcionar legalmente nessa capital”, se sujeitando às prescrições legais e policiais. A presença desses itens, delimitando o campo de suas atividades diante das exigências legais, era comum nos estatutos de outras sociedades recreativas, como o Éden Clube do Brás, que se registrou em Julho de 1909. O clube se propunha a realizar “toda a sorte de diversões”, como leituras de jornais e revistas, jogos de bilhar e “outros considerados lícitos, perante as nossas leis em vigor”.³⁴ (grifado na fonte)

Os objetivos das associações de recreio paulistanas eram semelhantes os anunciados no estatuto do Circolo di Lettura e Convegno (1896) e vinculado à Società di Mutuo Soccorso di Rifredi, da cidade italiana de Firenze – região da Toscana. O referido círculo possuía salão de leituras, sala de jogos e tinha como fim oferecer “agradáveis passatempos aos sócios, com várias recreações lícitas e honestas”.³⁵ No caso das agremiações paulistanas, a preocupação em funcionar dentro dos limites do legalmente permitido, se propondo a realizar somente atividades lícitas e regulamentadas pelas leis e decretos referentes aos divertimentos públicos, indica que buscavam, ao menos aos olhos da polícia, se desvencilhar de práticas condenadas e perseguidas – como os jogos ilegais e os bailes populares que ocorriam em botequins e cortiços da cidade, muitas vezes sem a permissão policial. Buscavam, dessa forma, facilitar a obtenção de alvará para seu funcionamento e uma maior liberdade de atuação diante da fiscalização das autoridades policiais. No entanto, nem todas as agremiações que solicitavam autorização policial sabiam quais jogos

³⁴ Estatuto do Éden Clube do Brás. 22/07/1910. Sociedade Civil nº. 304. PCRICC. AESP.

³⁵ TOMASSINI, Luigi, *Associazionismo operaio a Firenze fra '800 e '900. La società di mutuo soccorso di Rifredi (1883-1922)*, Leo S. Olschki Editore, Firenze: 1984, pp. 84-87.

de fato eram permitidos. Assim, em março de 1902, o Segundo Delegado Auxiliar negou a solicitação do Clube X, pois a agremiação tinha como objetivos praticar o dominó, o pôquer e outros jogos que não vinham sendo admitidos nas associações paulistanas desde janeiro de 1900 – mencionando que o clube somente obteria licença após retirar as práticas ilegais de seu estatuto.³⁶

Com objetivos diversos, oferecendo lazer e atividades de auxílio para os associados, as sociedades recreativas de trabalhadores estabeleciam diversos critérios e exigências para o ingresso em seus quadros sociais. Como princípio mais amplo, destaca-se a admissão de pessoas sem distinção de nacionalidade, mesmo entre as agremiações com acentuada identidade étnica. Exemplifica esse caso o Circulo Recreativo Flor do Brás, fundado em 1908, cujo estatuto foi manuscrito em italiano, sugerindo a grande presença de sócios de origem italiana, mas que admita como sócios “cidadãos de qualquer nacionalidade”.³⁷ A maior parte das associações se dizia composta por “ilimitado número de membros”, demonstrando sua intenção de angariar um grande número de sócios.

Quando voltamos a atenção para os critérios de admissão dos associados notamos uma série de elementos que nos permitem visualizar as sociedades recreativas não somente enquanto promotoras de recreio durante o tempo livre, mas também como espaços que procuravam instituir e afirmar algumas normas sociais para seus membros. Assim, possuir “moralidade de costumes”, ter “boa conduta”, ou, ainda, ter “bom procedimento social e não estar envolvido em processo crime” eram requisitos para a admissão no G. D. M. Luso-Brasileiro, na Sociedade Recreio Artístico e no Éden Clube do Brás. As sociedades exigiam

³⁶ Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. 8/01/1902. Polícia. AESP. Caixa 2987.

³⁷ Estatuto do Circulo Recreativo Flor do Brás São Paulo. 2/04/1908. Sociedade Civil nº. 233. PCRICC. AESP.

ainda que os sócios tivessem “ocupação decente e honesta” ou, na versão do estatuto do Éden Clube do Brás de 1919, “ter profissão honesta que lhe assegure meios suficientes para a sua subsistência”.³⁸ Todos esses critérios, que buscavam estabelecer o perfil dos associados – pautado pela honestidade e pela valorização do trabalho – são peculiares às agremiações dos trabalhadores e passavam ao largo das exigências que eram feitas por clubes da elite paulistana, como o Clube Atlético Paulistano. Essa associação, cujo presidente em 1915 era Antonio Prado Júnior, filho do ex-prefeito da cidade, Antonio Prado, aceitava como sócios somente “os que, sendo público e notório, gozarem de boa fama na sociedade”³⁹ - uma alusão aos indivíduos de proeminência social e econômica na cidade.

Para garantir a “honestidade” e a decência dos sócios, as sociedades recreativas lançavam mão de dispositivos internos para controlar a admissão de novos membros. O primeiro deles era a exigência de que o ingresso só poderia ocorrer mediante a apresentação por alguém já pertencente à agremiação. O G.D.M. Luso-Brasileiro exigia que o proponente estivesse em dia com as mensalidades, sendo de atribuição da diretoria a aceitação ou não do pedido. O Éden Clube do Brás exigia que as propostas de admissão viessem acompanhadas do nome do proposto, idade, naturalidade, profissão, estado civil e residência, punindo, com eliminação, os sócios que “propusessem para associado pessoa inadmissível, havendo-se com evidente má fé”.⁴⁰ (sic) A Sociedade Recreio Artístico impunha ainda outra medida de restrição, mencionado que os “novos sócios só poderão ser

³⁸ Estatuto do Éden Clube do Brás, doc. cit.

³⁹ Estatuto do Clube Atlético Paulistano. 4/01/1916. Sociedade Civil nº 470. PCRICC. AESP.

⁴⁰ Estatuto do Éden Clube do Brás, doc. cit.

a aceitos sob proposta dos sócios fundadores do Recreio Artístico”.⁴¹ Os clubes lançavam mão de outro importante instrumento de controle: as comissões de sindicância, que geralmente eram nomeadas pelas diretorias das agremiações e tinham a função de investigar se as informações apresentadas pelos candidatos a sócios eram verdadeiras, emitindo um parecer para ser enviado à diretoria.

Um exemplo da atuação de uma comissão de sindicância vem do G.D.M. Luso-Brasileiro, já nos anos 20. Em fevereiro de 1923, Paulino Porreta, juntamente com outros indivíduos, fora proposto como sócio. Todos os outros candidatos foram aceitos pela diretoria da entidade, com exceção de Paulino, “sócio que teve vários debates (...) por diversas bases que nos poderiam acarretar inconveniências”.⁴² A dúvida foi gerada porque Paulino Porreta havia assassinado o “sedutor” de sua irmã, Média Porreta, o que acarretou em sua prisão. No entanto, quando preso, foi realizado um festival, em “desafrenta da honra”, em seu benefício, com a presença de “inúmeros espectadores”.⁴³ Após sindicância, a qual, segundo Agostinho Teixeira, presidente do Grêmio, “só lhe coube colher boas informações do mesmo”, Paulino Porreta fora aceito como sócio da agremiação.

Segundo Boris Fausto, os crimes relacionados à honra familiar eram recorrentes entre o final do século XIX e início do XX na cidade de São Paulo: 70 entre 221 processos-crime relativos ao período entre 1880 e 1924 diziam respeito a casos em que a família era o eixo central.⁴⁴ Para Marta Abreu Esteves, tornar público um defloramento fazia parte de uma “politização do cotidiano” em que os “indivíduos afetados prestavam contas à

⁴¹ Estatuto da Sociedade Recreio Artístico, doc. cit.

⁴² Ata de Reunião da Diretoria do Grêmio Dramático e Recreativo Luso-Brasileiro. 7/02/1923. G.D.R. Luso-Brasileiro.

⁴³ “Bom Retiro”, *O Combate*, 10/01/1922.

⁴⁴ FAUSTO, Boris *Crime e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, São Paulo: Brasiliense. 1984, p. 103.

comunidade próxima ou se posicionavam uns frente aos outros em relação aos valores que perpassavam a mesma comunidade”.⁴⁵ Diante disso, como sugere Sueann Caulfield para o Rio de Janeiro, chefes ou membros da família das “vítimas” apresentavam queixa à polícia ou, como é caso de Paulino Porreta, resolviam defender a honra familiar pessoalmente, sem recorrer às autoridades policiais.⁴⁶ Isso revela o grau de importância da preservação da família não somente para o assassino do “sedutor”, mas para a comunidade à qual pertencia: o assassinato, embora pudesse ser enquadrado como crime, perdia seu peso negativo já que fora cometido “em defesa da honra” de um membro da família. E a aceitação de Porreta como sócio de uma importante agremiação recreativa do bairro do Bom Retiro certamente era uma excelente oportunidade de, mesmo tido como criminoso pelas autoridades, legitimar sua ação como defensor da família e como membro de uma associação de referência para a comunidade.⁴⁷ O caso revela, portanto, que ter “moralidade de costumes” e “boa conduta”, critérios estabelecidos pelas associações recreativas para o ingresso de sócios, não necessariamente tinha os mesmos significados atribuídos pela justiça e pela justiça oficial.⁴⁸

Além dos mecanismos prévios utilizados para fiscalizar a admissão dos sócios, havia também outra forma de controle moral no interior dos clubes recreativos: a atuação dos fiscais de salão. Na Sociedade Recreio Artístico esses membros da diretoria tinham a

⁴⁵ ESTEVES, Marta Abreu. *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 198.

⁴⁶ CAULFIELD, Sueann, *Em Defesa da Honra. Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*, Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000, p. 240.

⁴⁷ Sobre o Caso de Paulino Porreta ver: SIQUEIRA, Uassyr. *Clubes e Sociedades dos Trabalhadores do Bom Retiro. Organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)*, Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/ UNICAMP. 2002, p. 92 e pp. 134-136.

⁴⁸ IGNATIEFF, Michael, “Instituições Totais e Classes Trabalhadores: Um Balanço Crítico”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Março/Agosto, 1987, Vol. 7, n.º 14, pp. 185-193.

função de chamar a atenção dos que estivessem transgredindo as normas internas, evitar incidentes nas diversões e também de “evitar a permanência nos salões da Sociedade de pessoa suspeita ou de má reputação”.⁴⁹ Assim, de maneira semelhante aos clubes recreativos dos trabalhadores cariocas, as agremiações possuíam regras de comportamento para “garantir a harmonia em suas atividades”.⁵⁰ Esse também era o caso do Circolo di Lettura e Convegno (1896), da cidade italiana de Firenze, que possuía dois chefes de salão para manter a ordem e a harmonia durante a realização dos bailes e jogos – com atribuições de expulsar os eventuais transgressores do recinto.⁵¹ Justamente para evitar incidentes, a Sociedade Recreio Artístico também recomendava, nas disposições gerais de seus estatutos:

Nos salões da Sociedade guardarão os srs. Sócios o maior respeito, evitando discussões acaloradas sobre Política e Religião, de modo a não perturbarem o bom funcionamento do Recreio Artístico.⁵²

As “discussões acaloradas” sobre política e religião eram vistas como causas de possíveis desavenças entre os associados, as quais poderiam prejudicar o bom andamento das atividades da associação. No entanto, se precavendo contra essa possibilidade, os artigos estatutários da agremiação sugerem que os associados, ao mesmo tempo em que usufruíam das atividades de recreio, poderiam ter as agremiações como locais onde, no convívio social cotidiano, encontrariam interlocutores para a discussão sobre temas tão diversos quanto à composição étnica, nacional, cultural e religiosa dos artistas e operários

⁴⁹ Estatuto da Sociedade Recreio Artístico, doc. cit.

⁵⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, “E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)”, in CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.), *Carnavais e Outras F(r)estas. Ensaios de História Social da Cultura*, Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2002, p. 428.

⁵¹ TOMASSINI, Luigi, op. cit., pp. 86-87.

⁵² Estatuto da Sociedade Recreio Artístico, doc. cit.

que poderiam fazer parte das associações – discussões que, no entanto, poderiam se desviar de seus objetivos principais. É o que também notamos no caso do G.D.R. Luso-Brasileiro, que, além de bailes e apresentações teatrais, tinha como objetivos:

Promover conferências ou preleções sobre assuntos de arte em geral e de tudo quanto possa concorrer para o progresso moral e intelectual dos seus associados, ficando expressamente proibido tratar-se de política ou religião.⁵³

Em outras associações proibia-se o tratamento de “assuntos estranhos”, como no caso do Circulo Recreativo Flor do Brás São Paulo, fundado em 1908⁵⁴. Debates acalorados, que poderiam girar em torno de temas sobre política ou religião, eram vistos como fatores de instabilidade para a administração e para a união dos sócios não somente das associações recreativas. A União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo, sindicato fundado em 1909, mencionava que seria “absolutamente proibida qualquer discussão política”.⁵⁵ A União dos Operários Metalúrgicos, criada em 1919, afirmava que “não deverá ocupar-se de questões políticas, partidárias ou religiosas”.⁵⁶ Para a maior parte das organizações sindicais paulistas, orientadas principalmente pela corrente do sindicalismo revolucionário, agir politicamente poderia significar a adesão ao anarquismo ou ao socialismo, e também a participação em processos eleitorais por meio de partidos – o que desviaria os trabalhadores das lutas econômicas e da ação direta. Por isso, defendendo que seus membros se identificassem, antes de tudo, como trabalhadores, defendiam a

⁵³Estatuto do Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro, doc. cit.

⁵⁴Estatuto do Circulo Recreativo Flor do Brás São Paulo, doc. cit.

⁵⁵Estatuto da União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo. 27/02/1909. Sociedade Civil nº. 255. PCRICC. AESP.

⁵⁶Estatuto da União dos Operários Metalúrgicos. 21/08/1919. Sociedade Civil nº633. PCRICC. AESP.

neutralidade política dos sindicatos.⁵⁷ A exceção entre os clubes de recreio é o Centro Recreativo da Liberdade, fundado em abril de 1922: além promover bailes e jogos “permitidos”, intentava “fomentar o alistamento eleitoral na Capital”.⁵⁸ No entanto, não temos referências concretas da atuação dessa organização.

2.3 – Conflitos étnicos

As associações recreativas paulistanas possuíam objetivos gerais semelhantes – voltados não somente para o lazer, mas também para atividades que incluíam a instrução e o auxílio dos associados. No entanto, quando voltamos a atenção para os critérios de admissão dos sócios, notamos que seu funcionamento também era marcado por conflitos étnicos nos bairros paulistanos, como o Cambuci e o Bexiga – ambos de maioria italiana, mas também caracterizados pela presença dos negros.

Como observa Petrônio Domingues, os clubes recreativos da elite paulistana e dos imigrantes não aceitavam negros devido ao racismo que, arraigado na sociedade paulistana no período pós-abolição, também era a causa de diversos conflitos no cotidiano da cidade.⁵⁹ Assim, o Círculo Recreativo Vila Buarque, uma referência ao bairro homônimo, foi fundado em 24 de setembro de 1905, tendo como fim “a recreação, dando ensaios de baile, aos domingos, das 2 horas (...), até 5, na sede social no Largo do Riachuelo, 26”⁶⁰, no Bexiga. Essa associação era uma das poucas que mencionam sua sede social nos estatutos

⁵⁷ TOLEDO, Edilene, *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário. Trabalhadores e Militantes em São Paulo na Primeira República*, São Paulo: Ed. Perseu Abramo, Coleção História do Povo Brasileiro, p. 69.

⁵⁸ Estatuto do Centro Recreativo da Liberdade. 15/04/1922. Sociedade Civil nº. 867. PCICC. AESP.

⁵⁹ DOMINGUES, Petrônio, *Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo pós-abolição*, São Paulo: Editora Senac, 2004, p. 173.

⁶⁰ Circulo Recreativo Vila Buarque. 09/08/1906. Sociedade Civil Nº182. PCRICC. AESP.

registrados no cartório competente. De maneira semelhante aos outros clubes aqui citados, o valor cobrado pela mensalidade era de 3\$000, todos os sócios quites tinham o direito de votar e de serem votados para cargos sociais. No entanto, havia as seguintes restrições para associar-se:

A Sociedade será internacional e não poderão fazer parte da mesma as pessoas que:

- 1- sejam de cor;
- 2 - que não sejam reconhecidos honestos pela [opinião] pública;
- 3- [que] sejam menores de 16 e maiores de 30.⁶¹

Pelo termo “internacional” o Círculo Recreativo Vila Buarque designava que a ela poderiam se associar pessoas de qualquer nacionalidade, mas, sobretudo, imigrantes e seus descendentes, conforme sugere o nome de seus diretores, aparentemente de origem italiana: Giuseppe D’Amélio, presidente; Giuseppe Campi, secretário; Paschual Cucio, tesoureiro; Thomazzo Tibério, diretor de sala; Bernardino Jaruzzi, revisor; Miguel Donatelli e Genaro Salerni, primeiro e segundo fiscal, respectivamente. Outras duas associações, que também admitiam pessoas de qualquer nacionalidade, mas que, de acordo com seu nome, demonstram um acentuado contorno italiano, também negavam o ingresso de pessoas “de cor”: o Circulo Dramático e Recreativo Città di Roma (1920), com sede na Rua do Lavapes, no bairro do Cambuci⁶², e o Circulo Filodramático e Recreativo Roma (1921), sediado na Rua Oriente, no Brás⁶³. Ambas as associações exigiam que os sócios exercessem profissões honestas. Dessa forma, construíam concepções de trabalho, e de

⁶¹ Idem.

⁶² Estatuto do Circulo Dramático e Recreativo Città di Roma. 3/03/1920. PCRICC. AESP.

⁶³ Estatuto do Circulo Dramático e Recreativo Roma. 15/03/1921. PCRICC. AESP Na versão modificada de seus estatutos, em 1928, a agremiação retirou o critério de “cor” como item de restrição ao ingresso dos sócios.

trabalhador, que excluía indivíduos negros, pois, mesmo podendo se ocupar de profissões vistas como honestas, não poderiam ser admitidos nas referidas agremiações. Assim, observamos um processo bastante semelhante ao apontado por David R. Roediger para o caso da classe trabalhadora nos Estados Unidos onde, em diversas ocasiões, trabalhadores brancos formavam sua identidade se afirmando superiores ou atribuindo critérios depreciativos aos negros.⁶⁴

Em um caso bastante ilustrativo das relações entre imigrantes e negros nas associações recreativas, percebemos que os conflitos étnicos e as divergências entre trabalhadores imigrantes e trabalhadores nacionais estavam intimamente relacionados. O ocorrido se inicia quando, no dia 22 de outubro de 1908, em resposta ao pedido feito por Luiz Assumpção Scatena, secretário da agremiação, foi emitido parecer favorável à aprovação do estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto, localizado no Distrito de Santa Ifigênia. Uma primeira solicitação havia sido indeferida, pois o requisitante, João Alves Ferreira, presidente da associação, não havia mencionado o endereço da sede social do grêmio. Suas finalidades eram “promover festas recreativas, como bailes, pic-nics, representações teatrais e outros divertimentos lícitos em que os sócios possam tomar parte com os respectivos familiares”. Foi definido que poderiam fazer parte do grêmio “todos os operários e artistas da cidade de São Paulo, de honestidade reconhecida e sem distinção”.⁶⁵

No dia 27 de outubro de 1908, apenas cinco dias após a validação do estatuto do G.D.R. 18 de Agosto, a polícia recebeu uma nova solicitação para a aprovação de um novo

⁶⁴ ROEDIGER, David R., *Towards the abolition of whiteness. Essays on Race, Politics, and Working Class History*, London – New York: Verso, 1994, pp. 21-38.

⁶⁵ Secretaria de Justiça e Segurança Pública. 24/10/1908. Polícia. AESP. Caixa 3163.

estatuto da agremiação. O requerente alegava que o regulamento anterior não havia sido anuído pela diretoria eleita em 18 de agosto de 1908, e que teria sido enviado para aprovação por diretores não mais em exercício e nem sequer mais pertencentes ao quadro de sócios por falta de pagamento das mensalidades. Assim, o novo estatuto especificava que: “poderão ser admitidos a tomar parte do Grêmio pessoas de qualquer profissão, porém nacionais” – excluindo-se a possibilidade de acesso a “todos os operários e artistas da cidade de São Paulo”.⁶⁶ (grifos meus)

Como observa Michael Hall, apesar das semelhanças culturais entre os imigrantes italianos e a população brasileira, conflitos de proporções consideráveis ocorreram entre os dois grupos. Em 1896, um grupo de nativistas invadiu o teatro São José durante uma apresentação em benefício do Hospital Italiano, aos gritos de “Morte à Itália”, ou, ainda, “Viva Menelik”, uma referência ao líder que recentemente havia derrotado os invasores italianos na Etiópia.⁶⁷ Essas hostilidades adviriam dos ressentimentos dos brasileiros na competição por empregos, da revolta diante da grande presença de italianos na cidade, do racismo e da “manobra da alta política brasileira”.⁶⁸

O mais provável é que a mudança dos critérios de admissão de sócios no G.D.R. 18 de Agosto tenha ocorrido dividido aos conflitos entre imigrantes e negros que compunham a agremiação. Entre os membros da diretoria mencionados no novo estatuto para aprovação não consta nenhum com sobrenome de origem italiana, como Luiz Assumpção Scatena, secretário da primeira gestão. Além disso, possivelmente diante da recusa da polícia em

⁶⁶ Estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto. 27/10/1908. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Polícia. AESP. Caixa 3163.

⁶⁷ HALL, Michael M., “Imigrantes na cidade de São Paulo”, in PORTA, Paula, *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra. 2004, pp. 125-126.

⁶⁸ Idem.

aceitar as modificações estatutárias propostas em 27 de outubro de 1908, a maior parte dos diretores e sócios que endossaram o pedido daquelas alterações fundou o Grêmio Dramático e Recreativo Kósmos, em 15 de novembro do mesmo ano. Essa agremiação também admitia “pessoas de qualquer profissão, porém nacionais”, e foi uma das primeiras organizações recreativas fundadas pelos negros paulistanos, atuando, com bastante prestígio, em anos posteriores.⁶⁹ Bastante sugestiva foi a data escolhida para sua fundação: o dia comemorativo da Proclamação da República, fazendo com que a intenção de admitir somente trabalhadores nacionais fosse ao encontro das idealizações mais amplas em torno da exaltação da nação.

Apesar dos conflitos existentes entre italianos e negros, as fronteiras culturais entre ambas as categorias étnicas não devem ser vistas como imutáveis: a experiência da organização do G.D.R. 18 de Agosto revela que, apesar do racismo, poderiam conviver numa mesma organização, compartilhando interesses em comum, ligados à prática do lazer. As desavenças podem ser explicadas pelas hostilidades entre trabalhadores nacionais e trabalhadores imigrantes, mas também por conflitos mais específicos: cobrança de mensalidades atrasadas, maneiras de gerir a associação, tipos de eventos que deveriam ser realizados prioritariamente, e outros. Assim, como observaram Philippe Putignat e Jocelyne Streiff-Fenart:

a etnicidade não se define como uma qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou de grupos, mas como uma forma de

⁶⁹ Estatuto do Grêmio Recreativo e Dramático Kósmos. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Polícia. AESP. Caixa 3163. Para mais informações sobre essa agremiação ver: TIEDE, Livia Maria, *Imprensa Negra: Espaços de Sociabilidade em São Paulo no início do século XX*, Monografia de Conclusão de Graduação, IFCH/UNICAMP, 2002, p. 104-121.

organização ou um princípio de divisão do mundo social cuja importância deve variar de acordo com as épocas e situações.⁷⁰

As relações étnicas tornam-se ainda mais complexas quando levamos em conta que os grupos não se constituíam como categorias homogêneas, imunes aos conflitos internos. Como observa Luigi Biondi, entre 1878 e 1918 as sociedades mutualistas italianas, embora se declarassem apolíticas, se dividiam entre favoráveis e contrários ao governo italiano – divergência que se refletia nas comunidades italianas.⁷¹ As desavenças também ocorriam em termos religiosos: em livro de memórias, Armadinho do Bexiga fala da grande rivalidade entre os devotos de Nossa Senhora da Achiropita, padroeira da cidade de Rossano, na Calábria, e os devotos de Nossa Senhora Ripalta, padroeira da cidade de Cerignola, na Baixa Itália.⁷² Entre os negros, os conflitos internos tornavam-se visíveis no processo de formação e de funcionamento das associações, como veremos a seguir.

2.4 – Associativismo negro

Como demonstrou Livia Maria Tiede, são inúmeras as referências às associações recreativas, e de outros tipos, na imprensa negra paulistana.⁷³ A pesquisa na documentação policial, e também junto ao fundo do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca

⁷⁰ POUTIGNAT, Philippe, STRIFF-FENART, Jocelyne, *Teorias da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, Tradução: Élcio Fernandes, pp. 124-125.

⁷¹ BIONDI, Luigi, *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*, Tese de Doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, p.166.

⁷² MORENO, Julio, *Memórias do Armadinho do Bixiga*, São Paulo: Editora Senac, 1996, p. 73.

⁷³ TIEDE, Livia Maria, *Imprensa negra...*, op. cit., p. 94.

da Capital, confirmou, em grande medida, o bairro do Bexiga como um importante local para se perceber aspectos relevantes do associativismo negro da cidade de São Paulo.

Para as matas do Bexiga, durante os tempos imperiais, e provavelmente nos últimos anos da escravidão, quando se intensificaram as fugas dos cativos, confluíam escravos fugidos que, após a Abolição, saíram da clandestinidade e permaneceram no lugar – atraindo ainda negros que migravam de outras localidades, caracterizando o bairro como espaço negro da cidade.⁷⁴ A concentração da população negra no lugar se consolidou durante as gestões municipais de Antônio Prado (1899-1910) e Raymundo Duprat (1910-1914), quando a região do Largo da Sé sofreria os impactos de projetos de urbanização e modernização da cidade. Influenciados por padrões de cidade e de moradia europeus, a elite cafeicultora paulista via com maus olhos os antigos sobrados de taipa que, abandonados pelos seus antigos donos – que migraram para regiões mais “higiênicas”, como a Avenida Paulista e o bairro de Higienópolis⁷⁵ - passaram a servir de morada para a população trabalhadora e pobre na região central da cidade.⁷⁶ Procurando embelezar a capital, desafogar o trânsito, – tumultuado por carregadores e carroceiros – limpar a área central de pessoas “sujas” e supostamente inaptas à civilização do trabalho, as reformas urbanas vieram com a intenção de tornar São Paulo próspera, madura e dar a ela o status de cidade européia. Assim, alargavam-se as ruas e avenidas e demoliam-se cortiços, expulsando

⁷⁴ ROLNICK, Raquel. *Cada Um no seu Lugar!*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: FAU/USP, 1981.

⁷⁵ *Idem*, p. 32.

SANTOS, Carlos José Ferreira, *Nem Tudo era Italiano. São Paulo e Pobreza (1890-1915)*, São Paulo: Annablume, 1998, p.130.

⁷⁶ MARINS, Paulo César. “Habitação e Vizinhaça limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, in SEVCENKO, Nicolau (Org), *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3, p. 179.

grande parte da população “indesejável” do lugar.⁷⁷ No decorrer desse processo foi construída a Praça da Sé (1910-14), o que resultou na remodelação dos traçados das ruas adjacentes ao local.⁷⁸ A esse processo de “limpeza” está ligado “a expansão e consolidação do Bexiga como território negro de São Paulo”.⁷⁹ Entretanto, como sugere Livia Maria Tiede, a população negra não se restringia a um local específico, embora o Bexiga fosse citado como local de moradia de diversos integrantes da imprensa e de clubes negros.⁸⁰

Uma das primeiras associações organizadas por negros da cidade foi o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, fundado em 1902, tendo os seguintes fins:

- 1-Festejar anualmente com o brilhantismo possível, a gloriosa data de 13 de maio de 1888.
- 2- Criar escolas noturnas e diurnas quando os fundos seus permitirem.
- 3-Criar uma biblioteca para os sócios.
- 4- Criar fundos de beneficência para os sócios e suas famílias.⁸¹

O clube cobrava dos sócios efetivos uma mensalidade de 2\$000 – valor próximo do cobrado pelas sociedades recreativas aqui estudadas – e pagamento de jóia, no valor de 5\$000. Exigia ainda 1\$000 por um exemplar dos estatutos e 5\$000 pelo diploma, que provavelmente era um documento de título de sócio. Possuía quatro categorias de sócios: fundadores, efetivos, beneméritos e honorários – estes últimos devendo ser aprovados pela Assembléia Geral, quando os indivíduos propostos fossem julgados “merecedores”. Em

⁷⁷ WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez, “Da Escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível”, in SEVCENKO, Nicolau (Org), *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol. 3, p. 115.

⁷⁸ ROLNICK, “Territórios Negros nas cidades brasileiras. Etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro”, *Estudos Afro-Asiáticos*, 17, 1989, p. 34.

⁷⁹ Idem, op. cit., p. 34.

⁸⁰ TIEDE, Livia Maria, *Sob suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX.*, Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005, pp. 53-84.

⁸¹ Estatuto do Clube 13 de Maio dos Homens Pretos. 20/07/1902. Polícia. AESP. Caixa 3158.

1905 o clube possuía 128 sócios, número que cairia para 57 em 1914.⁸² Assim como nos sindicatos, os associados tinham o direito de votar e de serem votados para os cargos administrativos. Também possuía uma comissão de sindicância, que tinha “por fim sindicatizar sobre pessoas propostas para sócios e auxiliar o secretário na confecção do quadro dos membros do clube”, o que, como mencionamos acima, significava investigar, em caso de dúvida, se o indivíduo proposto tinha honestidade reconhecida.⁸³

Segundo Tânia De Luca, havia em São Paulo cerca de sete sociedades mutualistas compostas exclusivamente por negros, incluindo o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos. Entre elas, a “alusão à Lei Áurea era sempre feita de maneira respeitosa, sendo a data considerada ‘gloriosa’ e digna de ‘ser festejada com o maior brilhantismo possível’”.⁸⁴ Citando depoimento de um antigo morador do Bexiga, Maria Célia Crepsci Coimbra revela que:

Durante muitos anos, os negros libertos e seus descendentes comemoravam a data 13 de maio com uma festa que existia no Largo São Manuel. Chamava-se festa de Santa Cruz. Mas a capela foi demolida antes da 1ª Guerra e só então a festa passou a ser realizada na Rua 13 de maio, onde existiam vários cortiços habitados por ex-escravos.⁸⁵

⁸² Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo (1900-1928), apud DOMINGUES, Petrônio, op. cit., p. 337.

⁸³ A diretoria da sociedade, em 1902, era composta por Benjamim C. de Souza, presidente; Bento Cardoso Nogueira, vice-presidente; Ignácio A. de Amorim, Primeiro Secretário; Carlos Romão da Silva, Segundo Secretário; Eustachio J. Prudêncio, Primeiro Tesoureiro; Cesário A. dos Santos, Segundo Tesoureiro; Alfredo M. Negro, Primeiro Procurador e Feliciano F. da Silva, Segundo Procurador. Faziam parte do Conselho Fiscal: João B. do E. Santo, Florismundo A. Ramos, José C. de Moura e Tito C. da Silva. Da Comissão de Sindicância eram membros: Thomé X. dos Santos, Aleixo de Barros e Olympio Cardim. Da Comissão de Finanças: Salvador L. de Paulo, Joaquim M. de Oliveira e Avelino A. Dos Santos.

⁸⁴ DE LUCA, Tânia R., *O Sonho do futuro assegurado. O Mutualismo em São Paulo*, São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990 (Série República), p.151.

⁸⁵ Depoimento do Sr. J.S., apud: COIMBRA, Maria Célia Crepschi, *Nossa Senhora da Achiropita no Bexiga: uma festa religiosa do catolicismo popular na cidade de São Paulo*, Tese de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP. 1987, p. 15.

Festejar a Abolição da Escravidão era uma das maneiras de afirmação de uma identidade negra nos clubes, e certamente consistia em uma singularidade das agremiações voltadas para a categoria étnica. São poucas as referências sobre comemorações ao 13 de Maio entre as organizações sindicais. Segundo George Reid Andrews, alguns militantes defendiam que a data deveria ser esquecida, “pois só serviria para distrair os trabalhadores da sua data comemorativa real, o Dia Internacional do Trabalho”.⁸⁶ Entre os sindicatos aqui analisados, somente a União dos Operários Metalúrgicos, em 1920, “resolveu, por unanimidade de votos, festejar condignamente a data de 13 de maio”.⁸⁷

A intenção de criar escolas e bibliotecas para seus membros fazia parte do esforço das associações negras de, diante da quase absoluta falta de acesso à educação para os afro-brasileiros, criar suas próprias instituições educacionais.⁸⁸ Segundo Beatriz Ana Loner, analisando os casos das cidades sul-rio-grandenses de Pelotas e Rio Grande, as sociedades negras e as organizadas por nacionalidades eram as que mais buscavam manter escolas, juntamente com outras associações de classe, organizando inclusive aulas noturnas para seus membros.⁸⁹ Mas os objetivos citados pelo Clube 13 de Maio dos Homens Pretos também eram contemplados por sociedades mutualistas organizadas por etnias: 49,3% se propunham a “propiciar instrução”, 22,5% “organizar biblioteca”, 7,4% se propunham a “Prestar socorros mútuos e proteção” e 7% delas tinham “Direitos Sociais Extensivos à família”.⁹⁰

⁸⁶ ANDREWS, George Reid, *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*, São Paulo: Edusc, 1998, p. 338.

⁸⁷ “Movimento Operário”, *O Combate*, 06/05/1920, p. 3.

⁸⁸ ANDREWS, George Reid, op. cit., p. 122.

⁸⁹ LONER, Beatriz Ana, op. cit. p. 258.

⁹⁰ DE LUCA, Tânia R., op. cit., p. 146.

Definindo-se como um clube de “homens pretos”, o Clube 13 de Maio aparenta destoar das escolhas das agremiações negras em sua auto-definição. A imprensa negra, juntamente com as associações a ela relacionada, utilizava o termo “preto” para designar os indivíduos que não seguiam certas regras e padrões de comportamento, como a valorização do trabalho e a morigeração, combatendo também os “vícios”, como o consumo excessivo de bebidas alcoólicas.⁹¹ Dessa maneira, os indivíduos que atuavam nos jornais negros, periódicos geralmente vinculados a uma associação, se intitulavam “homens de cor”, termo que revela sua tentativa de se desvencilhar dos estigmas enraizados em outras definições. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, que trata das representações do negro na grande imprensa paulistana desde o final do século XIX, o termo “preto” era comumente utilizado para designar os escravos, com particular atenção àqueles que praticassem atos de violência, ao passo que o termo “negro” estava ligado à imagem do escravo fugido, não confiável.⁹² Assim, como sugere Livia Maria Tiede,

os homens de cor se orgulhavam e sentiam-se diferentes. Ao se chamarem homens de cor, distinguiam-se dos outros, que consideravam negros ‘ruins’. Por outro lado, ‘homem de cor’ foi um ideal moral que eles acreditaram se forte o bastante para impor respeito contra os impropérios que lhes eram dirigidos por uma sociedade racista.⁹³

No entanto, os jornais da imprensa negra passaram a circular com maior frequência na capital paulista somente em meados da década de 1910 – mais de dez anos após a fundação do Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, cujos membros talvez ainda não

⁹¹ ANDREWS, George Reid, op. cit., p. 130; TIEDE, Livia Maria, *Sob suspeita...*, op. cit., p. 71.

⁹² SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, São Paulo: Companhia da Letras, 1987, p. 195.

⁹³ TIEDE, Livia Maria, *Sob suspeita...*, op. cit., p. 67.

tivessem formulado o “ideal moral” com maior clareza. Mas, independentemente da qualificação escolhida, o caso das associações negras paulistanas é bastante distinto de suas congêneres nas cidades sul-rio-grandenses de Pelotas e Rio Grande, onde as sociedades negras, de diferentes tipos, não faziam qualquer menção direta à cor em seu nome.⁹⁴

Em 2 de fevereiro de 1908, uma associação denominada Sociedade Propugnadora 13 de maio, com sede na Rua Santo Amaro, no Bexiga, encaminhou um pedido de autorização para a realização de saraus familiares no Salão Allambra, na rua Marechal Deodoro, 2. A solicitação foi feita por Ignácio de Amorim, primeiro secretário, e que também havia sido o presidente do Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, fundado em 1902. O mais provável é que o referido clube e a Sociedade Propugnadora fossem a mesma organização, pois não encontramos nenhuma outra referência à última, ao passo que o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, em novembro de 1908, encaminhou outra solicitação ao Secretário de Justiça e da Segurança Pública:

Ilmo. Exmo. Dr.

O abaixo assinado tem a honra de participar a V. Excia. que em sessão da diretoria realizada no dia 30 do mês passado, na sede social, à rua do Lavapes, 68, ficou deliberado esta associação promover um baile em benefício dos cofres desta sociedade na noite de 7 do corrente, à rua Florêncio de Abreu, nº. 29 (Salão Itália Fausta). Sendo esta associação legalmente constituída e tendo seus estatutos devidamente registrados, vem respeitosamente pedir que digneis conceder a necessária licença para a realização do já referido baile.

E por ser de justiça.

E. R. Mcê.

Saúde e Fraternidade Ilmo. Exmo. Sr. Secretário de Negócios da Justiça e da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

⁹⁴ LONER, Beatriz Ana, op. cit., pp. 239-284; pp. 459-460.

Plínio Constantino de Alvarenga, presidente.

São Paulo, 2 de novembro de 1908.⁹⁵

No verso do documento, assinava a licença recebida Cesário Antônio dos Santos, então secretário, e que fora o primeiro tesoureiro do clube no ano de sua fundação. No instante do pedido acima, a agremiação já não funcionava no Bexiga, e sim no bairro vizinho do Cambuci, que também era um local de considerável presença negra. O Salão Itália Fausta, como já mencionamos, era bastante utilizado por diversas associações recreativas e também pelos sindicatos paulistanos. Percebe-se, portanto, a mobilidade geográfica desse tipo de associação que, assim como as agremiações sindicais, mudava de sede social com frequência, o mesmo valendo para os locais de realização de suas atividades – que não necessariamente ocorriam em suas sedes sociais.

Em setembro de 1914, registrou seu estatuto social a Federação dos Homens de Cor de São Paulo, sob a presidência de Jayme Baptista de Camargo. No entanto, a associação já funcionava desde 1912. Sua sede era no Largo do Riachuelo, no salão nº. 56, no bairro do Bexiga. Tinha como finalidade “trabalhar pelo desenvolvimento moral, intelectual e social dos seus associados e dos homens de cor do Brasil”, admitindo, porém, sócios “sem distinção de crenças, nacionalidades e sexo”, mas de “boa conduta”.⁹⁶ Se propunha a manter uma escola para os associados e seus filhos, criar uma biblioteca, promover festas em comemoração a datas cívicas nacionais, conferências e, além disso, oferecer socorros médicos e outros auxílios. Em 1912 possuía 92 sócios, número que subiria para 275 em

⁹⁵ Secretaria de Justiça e Segurança Pública. 02/11/1908. Polícia. AESP. Caixa 3159.

⁹⁶ Estatuto da Federação dos Homens de Cor de São Paulo. 4/09/1914. Sociedade Civil nº 431. PCRICC. AESP.

1917.⁹⁷ Como observa Paula Nomelini, esses objetivos também estavam presentes na associação congênere da cidade de Campinas, a Federação Paulista dos Homens de Cor, cujo estatuto foi registrado em 1910 – aspecto que revela traços comuns entre o associativismo negro na capital e no interior.⁹⁸ A Federação dos Homens de Cor de São Paulo estabelecia ainda os seguintes critérios para a admissão de sócios:

1º Ser bem comportado.

2º Não ter sido expulso d'outras associações por motivos desairosos.

3º Ser maior de idade.

4º Estar no gozo de perfeita saúde no ato de sua admissão e não ter defeito físico que o impossibilite de trabalhar, sendo qual possa advir enfermidade futura.⁹⁹

Se definindo como uma associação de “homens de cor”, a referida federação demonstra compartilhar dos ideais morais que seriam defendidos pela imprensa negra paulistana, exigindo bom comportamento e negando o acesso de indivíduos que, por ventura, tivessem sido expulsos de outras agremiações por falta de decoro – endossando o critério de julgamento de outras agremiações. A exigência de ter boa saúde, de modo a não permitir que seus eventuais membros se vissem impedidos de trabalhar, também consta nos estatutos de algumas sociedades de auxílio mútuo, como a Associação Auxiliadora dos

⁹⁷ Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo (1900-1928), apud DOMINGUES, Petrônio, op. cit. p. 337. Segundo levantamento feito por Tânia De Luca, para o ano de 1917, entre as associações mutualistas organizadas por etnia a que mais tinha sócios era a Sociedade Portuguesa de Beneficência, com 3499 membros. A que menos tinha associados era a Sociedade Beneficente Síria, com 58 sócios. A Federação dos Homens de Cor de São Paulo possuía mais associados do que algumas sociedades mutualistas italianas, como a Sociedade Operária de Mútuos Socorros Ettore Fieramosca e a Sociedade Democrática Galileu Galilei, com 117 e 211 sócios, respectivamente. DE LUCA, Tânia R., op. cit., pp. 134-137.

⁹⁸ NOMELINI, Paula C. Bin, *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*, Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2007, p. 57.

⁹⁹ Estatuto da Federação dos Homens de Cor de São Paulo, doc. cit.

Pedreiros, Carpinteiros e mais Classes (1903)¹⁰⁰, e em sua sucessora, a Associação Auxiliadora União e Trabalho, fundada em 1901, mas registrada em cartório somente em 1909.¹⁰¹ Ao exigir que os candidatos a sócios tivessem boa saúde, a Federação dos Homens de Cor de São Paulo visava evitar que o recém-admitido representasse um ônus de imediato, já que também oferecia auxílios aos doentes ou desempregados – de maneira semelhante às associações de auxílio mútuo paulistanas.

Outros itens estatutários aproximam a Federação dos Homens de Cor de São Paulo das associações de auxílio mútuo, como a eventual suspensão de direitos do sócio que, estando a receber auxílios, fosse encontrado “trabalhando na sua ou outra profissão, o que tome alta sem autorização do médico, o que seja encontrado a passear fora das horas prescritas e, finalmente, transgredir qualquer disposição da tabela”.¹⁰² A identificação da federação dos negros paulistanos com o mutualismo é bastante notória nas disposições gerais de seu estatuto:

Dado o caso de dissolução o remanescente que existir, depois de pagas as dívidas da Associação será distribuído por suas associações mutualistas desta capital, das que reconheça serem mais pobres e que mais fielmente se tenham desempenhado da missão que o mutualismo se destina.¹⁰³

Portanto, além de procurar fortalecer os laços de identidade dos negros paulistanos, a Federação dos Homens de Cor de São Paulo também se identificava com outras associações dos trabalhadores, organizados com a finalidade de auxílio mútuo.

¹⁰⁰ Estatutos da Associação Auxiliadora dos Pedreiros, Carpinteiros e mais classes. 4/06/1903. Sociedade Civil nº. 127. PCRICC. AESP.

¹⁰¹ Estatuto da Associação Auxiliadora União e Trabalho. 9/05/1909. Sociedade Civil nº. 277. PCRICC. AESP.

¹⁰² Estatuto da Federação dos Homens de Cor de São Paulo, doc. cit.

¹⁰³ Idem.

Os valores morais defendidos pelos “homens de cor” também eram propagados pelas sociedades recreativas organizadas pela população negra. Para Flávio Gomes, naquelas associações, cujas atividades eram amplamente noticiadas pela imprensa negra,

a solidariedade da ‘classe de cor’ é construída por referenciais comportamentais que a distinguem do ‘preto comum’, cujo principal estereótipo inclui a brutalidade, o analfabetismo e a miséria relacionados com a escravidão. Nesse ambientes de lazer é a ‘classe’ quem se faz presente, instituindo códigos próprios de conduta entre ‘irmãos.’¹⁰⁴

Para Liana Salvia Trindade, tratando do caso específico da cidade de São Paulo, as agremiações negras teriam sido formadas a partir de uma “reação social entre os racialmente discriminados, que tomaram a iniciativa de se organizarem em associações próprias, enquanto membros de uma classe afro-descendente”.¹⁰⁵ Uma das primeiras agremiações recreativas fundadas pelos negros, em 1910, foi o Grêmio Recreativo Ituano, que somente em julho de 1919 registrou seu estatuto, evento que foi noticiado pelo jornal *A Liberdade*, da imprensa negra paulistana:

O Sr. Ignácio de Almeida, muito digno presidente desta sociedade, nos comunicou que a sociedade acima liquidou com todas as dívidas que existiam, nada devendo à praça, tendo mais registrado os seus estatutos conforme manda a lei. Nossos parabéns!¹⁰⁶

¹⁰⁴ GOMES, Flávio, *Negros e Política. 1888-1937*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 41.

¹⁰⁵ TRINDADE, Liana Salvia, “O negro em São Paulo no período pós-abolicionista”, in PORTA, Paula (org.), *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 109-111.

¹⁰⁶ *A Liberdade. Órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso*. 14/07/1919. Banco de Dados Clubes e Sociedades (CECULT/UNICAMP).

A legalização da sociedade, quase dez anos após seu surgimento, foi anunciada como um grande feito de seus diretores, assim como o pagamento de suas dívidas, que deveriam ser comuns entre organizações congêneres, que certamente enfrentavam dificuldades financeiras para a sua manutenção. Em seu estatuto, mencionava-se que seria composta por “ilimitado número de sócios e sócias brasileiros, e sem distinção de classes”.¹⁰⁷ Notamos aqui uma nítida recusa da agremiação em admitir imigrantes, de maneira semelhante ao que fora estabelecido pelo G.D.R. Kósmos, em 1908. O G.R. Ituano tinha como objetivos promover bailes, piqueniques e outros divertimentos, além de, “quando for possível, manter uma sede onde será instalada uma biblioteca para uso dos sócios e suas famílias” – item que demonstra a preocupação com a instrução de seus membros, embora também esteja implícita a existência de dificuldades para a criação da referida biblioteca. No ano de registro de seu estatuto, o grêmio era presidido por Jayme Baptista de Camargo que, como vimos, presidia a Federação dos Homens de Cor de São Paulo, registrada em 1914 – fator que pode ser a chave para a compreensão das semelhanças dos estatutos de ambas as agremiações. Entre os critérios para a admissão de sócios no G.R. Ituano constam:

Art. IV - Para ser admitido sócio ou sócia do Centro é necessário ser proposto por um sócio em gozo de seus direitos, sendo a proposta por escrito, mencionando nome, idade e residência, profissão, estado civil, e mais requisitos seguintes:

§1º ter bom comportamento moral e civil.

§2º Não ter sido eliminado de outra sociedade por motivo punível nestes estatutos.

§3º ser maior de 15 anos e não apresentar defeito físico.

¹⁰⁷ Estatuto do Grêmio Recreativo Ituano. 16/06/1919. Sociedade Civil nº. 640. PCRICC. AESP.

§4º a proposta será dirigida à Diretoria, e esta remeterá à comissão de sindicância, que no prazo de 8 dias a devolverá com o seu parecer resolvendo a Diretoria sobre o proposto.¹⁰⁸

Dados detalhados sobre o candidato a sócio, exigência de boa conduta e comissão de sindicância para atestar a idoneidade do indivíduo proposto são itens que, como vimos, são comuns em outras agremiações de caráter recreativo. Ao exigir que o pretendente não tivesse sido expulso de outras sociedades por motivos puníveis especificados em seu estatuto, o G.R. Ituano confiava nos critérios de julgamento de outras associações – sugerindo que deveria conhecer as regras de suas congêneres. Nessa associação a negativa de acesso para indivíduos com “defeito físico” poderia estar relacionada ao pagamento das mensalidades: os associados desempregados ou doentes, entre os quais poderiam estar pessoas com problemas físicos, tinham o direito de requerer isenção do pagamento das cotizações mensais. Entretanto, a relação entre possíveis deficiências físicas e a falta de capacidade para o trabalho, evidente nos estatutos da Federação dos Homens de Cor, não é explícita no caso do referido grêmio. Ao permitir somente o ingresso de indivíduos “saudáveis”, talvez buscasse criar uma imagem de vigor em torno de seus sócios, o que, por sua vez, engrandeceria os “homens de cor”. Essa exigência ainda poderia estar relacionada às más lembranças da Gripe Espanhola, epidemia que, em 1918, fez com que o Serviço Sanitário determinasse o fechamento das sociedades recreativas da cidade, vistas como possíveis locais de transmissão da doença que matou cerca de 5.000 pessoas na capital.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ “Resenha dos Arrabaldes”, *A Gazeta*, 26/10/19. Ver também: BERTUCCI, Liane Maria, *Saúde: arma revolucionária. São Paulo, 1891-1925*, Campinas: área de publicações CMU/UNICAMP, 1997, p. 70.

No bairro do Bexiga funcionava o Centro Recreativo Paulistano que, desde dezembro de 1919, possuía sede no Largo do Riachuelo, 56.¹¹⁰ Tratava-se de um salão alugado, a “Preços Módicos”, segundo seu proprietário, Pedro Cherico. O local, denominado “Salão Internacional”, era alugado para ensaios, bailes, reuniões, batizados e casamentos. O recorte social da associação, e a maneira como eram vistos os que destoavam dos padrões de comportamento desejados, podem ser notados a partir de um incidente, noticiado por *O Combate*:

Facadas e tiros

Grande charivari em um baile

No prédio nº. 56 da rua Riachuelo, realizava ontem uma partida dançante o Centro Recreativo Paulistano, constituído de gente de cor, soldados na maior parte e suas respectivas damas.

Em dado momento, apareceram dois pretos, um deles a empunhar grosso cacete, outro a tresandar a aguardente, que à viva força, queriam penetrar na festa. Intervieram o presidente da sociedade, João Alves, e o locatário do prédio, Pedro Cherico, os quais lhes impediram a entrada. Os dois intrusos, um manobrando o cacete, outro desferindo golpes de faca, atacaram o porteiro, Benedito e Cherico, forçando a entrada do salão de baile. (...)

Tomando conhecimento do fato, o Sr. Dr. Oliveira Ribeiro conseguiu prender um dos dois desordeiros, exatamente o que manejava a faca e que é o conhecido turbulento Antônio José Inácio, portador da S. Paulo Railway, morador da rua Canindé, 116. (...)¹¹¹

A notícia procura diferenciar os sócios da agremiação, e também vítimas no incidente, dos agressores: embora fossem todos negros, os primeiros são tratados como “gente de cor”, ao passo que os segundos são tratados como “pretos” – da mesma forma

¹¹⁰ “Centro Recreativo Paulistano”. *A Liberdade*. 28/12/1919, p. 2. Banco de Dados Clubes e Sociedades, CECULT/UNICAMP.

¹¹¹ *O Combate*, 29/12/1919.

como eram classificados, na grande imprensa paulistana e também na imprensa negra, os negros que promoviam desordens ou que não se encaixavam nos padrões de conduta desejáveis. O fato de que um dos “turbulentos” fosse trabalhador, um carregador de bagagens e cargas nas estações da São Paulo Railway, atividade comumente desempenhada pelos negros¹¹², em nada abonava o desordeiro. Entretanto, como já sugeriu Livia Maria Tiede, a notícia demonstra também que os “homens de cor” e os “pretos” poderiam ocupar os mesmos espaços de lazer. O fator que os diferenciavam no instante do incidente era a sobriedade dos promotores do evento, ao contrário dos agressores, que estavam a “tresandar a aguardente”. Entretanto, no cotidiano da atuação da polícia da cidade de São Paulo – categoria que seria a principal base social da agremiação – não faltam exemplos de soldados expulsos da Força Pública por motivos de embriaguez, como se pode notar em diversos processos contidos nas caixas do fundo “Polícia”.

Poucos dias após o incidente, o Centro Recreativo Paulistano promoveu uma subscrição para angariar fundos para um dos agredidos:

À subscrição aberta por esta sociedade para auxiliar a esposa do Sr. Benedicto Perez, que foi ferido na noite de 28 de dezembro último, muitos amigos concorreram dando seus donativos. O jornal "A Liberdade" com 5\$000, Centro Smart com 10\$000. A lista acha-se em poder do Paulistano, para aqueles que queiram assinar.¹¹³

Além da solidariedade manifestada para com um membro da associação, que procurou defender a respeitabilidade da mesma, evitando a presença de desordeiros,

¹¹² DOMINGUES, Petrônio, op. cit. p. 227.

¹¹³ *A Liberdade. Órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso.* 01/02/1920. p. 2. Banco de Dados Clubes e Sociedades (CECULT/UNICAMP).

notamos outro fator importante entre as sociedades organizadas pela população negra: as relações de solidariedade entre agremiações congêneres, como o Centro Recreativo Smart, que também possuía sua sede no Largo do Riachuelo, 56. A relação entre associações da população negra, e destas com a imprensa voltada para a categoria étnica, pode ser percebida através da seguinte notícia:

Realizou-se no dia 23 do corrente mês, no salão Itália Fausta, a festa promovida pela diretoria do Centro R. Paulistano.

Às 23 horas e 56 minutos teve início a sessão solene. O Sr. Arthur de Oliveira, muito digno presidente do Paulistano, convidou o Sr. Gastão da Silva para presidir aquela solenidade. O Sr. Gastão da Silva aceitou o convite: ao assumir, muito agradeceu a gentileza. Dada a palavra ao representante do Centro Smart, senhor Frederico B. de Souza, que falou sobre a aliança do Paulistano e do Smart, ao terminar o mesmo ofereceu uma corbeile de flores. Em seguida falou o representante do Centro R. Primavera, o Sr. José Monteiro, que em breves palavras agradeceu o convite e também ofereceu uma linda corbeile de flores, e por último falou o Sr. José de Mello, representante do jornal "A Liberdade" (...) ¹¹⁴

Assim como o Centro Recreativo Paulistano, o Centro Smart também possuía critérios morais no desenvolvimento de suas atividades. Segundo notícia publicada em 1º de fevereiro de 1920, pelo jornal *A Liberdade*, a diretoria do Centro Recreativo Smart suspendeu por 60 dias a sócia Sra. D. Marieta Araújo por freqüentar bailes de maxixes na Rua Francisco Glicério, 164, e no Largo do Riachuelo, 26 – local vizinho à sede do Centro Recreativo Smart. ¹¹⁵ A prática da referida dança era considerada imoral pelas agremiações

¹¹⁴“Notícias-Centro Recreativo Paulistano”, *A Liberdade*, 31/10/1920, p. 3. Banco de Dados Clubes e Sociedades (CECULT/UNICAMP).

¹¹⁵ “Centro Smart”. *A Liberdade*. 1/02/1920. Banco de Dados Clubes e Sociedades (CECULT/UNICAMP).

recreativas negras, que procuravam manter distância dos bailes públicos, onde não havia critérios de seleção dos frequentadores.

2.5 – Sindicatos e associações recreativas: conflitos e proximidades

Em janeiro de 1909 o jornal *La Lotta Proletaria*, vinculado à União dos Sindicatos de São Paulo, publicava uma longa nota, dirigida à “juventude paulistana”, afirmando que, enquanto o movimento sindical agonizava, outros tipos de associações floresciam, “fazendo diariamente maravilhosos progressos”: os centros recreativos, ao passo que as assembléias das associações de ofício, onde se discutiriam temas de interesse para os proletários, estariam cada vez mais esvaziadas. “Tudo isso por qual razão?”, questionava o articulista, “Talvez porque lá (nas associações recreativas) houvesse maior familiaridade? Que nada! Nem sonhando!”, concluía.¹¹⁶ Segundo o autor do artigo, maior familiaridade haveria nas organizações sindicais, onde os trabalhadores estariam junto dos companheiros de ofício, ficando a par da situação de trabalho em outras oficinas e podendo, desta maneira, agir para melhorar sua condição.

Em outubro de 1917, o jornal *A Plebe*, dirigido pelo anarquista Edgard Leuenroth, publicava uma longa nota atacando duas práticas de lazer bastante difundidas nos bairros operários paulistanos por diversos clubes: a dança e o futebol, “duas calamidades modernas que dizimam milhares de seres humanos”. A dança seria “a porta da prostituição”, ao passo que o futebol, um “funesto jogo”, promotor de um “selvagerismo atroz”, seria responsável não somente por males físicos – pernas e braços quebrados, pulmões danificados, etc. –

¹¹⁶ *La Lotta Proletaria*, 19/01/1909, p. 2.

mas também pelo “mau moral”. Dessa forma, “Mais úteis à humanidade e a si próprios seriam esses rapazes se em lugar de se ocuparem em semelhantes passatempos, ingressassem antes nos Sindicatos e Ligas Operárias, a fim de enfrentar o vilíssimo patronato”.¹¹⁷

A polêmica sobre a prática do futebol pelos trabalhadores veio à tona quando foi fundada a Associação Gráfica de Desportos, em agosto 1918. Segundo seu estatuto, seria:

constituída por ilimitado número de sócios pertencentes ou não à classe gráfica, e tem por fim proporcionar a seus associados (...) exercícios atléticos assim como quaisquer outros divertimentos deles decorrentes, sempre que as suas condições o permitam, a juízo da diretoria.¹¹⁸

Embora não fosse limitada aos gráficos, a agremiação frisava a identidade em torno da categoria através de seu nome e de seus símbolos, sendo seu Pavilhão Social “inteiramente azul, tendo ao centro um escudo Branco com uma faixa azul em diagonal, encimada por um círculo com as iniciais A. G. D. em vermelho e em baixo o distintivo das artes gráficas”.¹¹⁹ Entretanto, segundo os representantes sindicais da categoria, a fundação de uma associação “puramente esportiva” representaria um fator de desmobilização, e seria resultado da obra de alguns industriais para a desorganização da classe.¹²⁰

Os discursos contra as sociedades recreativas e às suas práticas, como a dança e o futebol, eram feitos por anarquistas e também por adeptos do sindicalismo revolucionário. Os militantes ligados àquelas correntes políticas buscavam, dessa maneira, legitimar o

¹¹⁷ *A Plebe*, 30/10/1917.

¹¹⁸ Estatuto da Associação Gráfica de Desportos. 31/05/1919. Sociedade Civil nº. 638.Caixa 10428. AESP.

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ *O Combate*, 09/08/1918.

sindicato como o autêntico espaço de organização dos trabalhadores, visto como um local genuíno da organização operária, “onde se conhecem bons camaradas”.¹²¹ Dessa maneira, faziam anti-propaganda contra outras formas de associação. Entre os argumentos utilizados contra os círculos recreativos, constam a “imbecilização” da juventude e o estímulo à libidinagem, além do alto preço das mensalidades cobradas, que seriam bastante altas se comparadas às cotizações exigidas pelas organizações sindicais. As diferenças entre os valores das cotizações mensais de ambos os tipos de associação não eram tão significativas: a maioria dos sindicatos aqui estudados cobrava 1\$000, ao passo que nos clubes o valor mensal variava entre 2\$000 e 3\$000. No entanto, os sócios das agremiações recreativas eram obrigados a pagar a jóia, que variava entre 10\$000 e 15\$000, taxa não exigida pelas organizações sindicais. Em comparação com os clubes de elite, as taxas exigidas pelas agremiações recreativas aqui estudadas eram bastante módicas: no Clube Atlético Paulistano, por exemplo, a jóia era de 40\$000, ao passo que a mensalidade era de 10\$000.¹²²

Outra justificativa contra as associações de recreio levava em conta a estrutura administrativa dos clubes. Na maioria dos casos suas diretorias eram compostas por presidentes, vice-presidentes, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros, seguidos de conselhos fiscais, bibliotecários e outras funções mais diretamente ligadas ao controle das atividades cotidianas dos clubes – como os fiscais de salão, que tinham a função de manter a ordem no recinto dos eventos. Para os militantes, esses cargos de direção seriam formas de autoridade tão severas quanto aquelas suportadas nas oficinas de trabalho. Além disso, segundo um

¹²¹ “Manifesto dos Tecelões”, *A Lucta Proletaria*, 8/02/1908, pp. 2-3.

¹²² Estatuto do Clube Atlético Paulistano, doc. cit.

articulista do jornal *La lotta proletária*, haveria também o problema das divisões que ocorreriam no interior dos círculos recreativos, as quais, por sua vez, poderiam gerar um distanciamento social entre pessoas que, durante o trabalho, usavam as mesmas roupas empoeiradas e esfarrapadas.¹²³ Essas divisões ocorreriam devido às diferentes categorias de sócios estabelecidas nos estatutos das sociedades recreativas, que eram as seguintes: os contribuintes, que tinham a obrigação de pagar jóia e mensalidades, os honorários e os beneméritos, entre os quais se enquadrariam as pessoas que prestassem relevantes auxílios às entidades – incluindo auxílios financeiros por parte de empresários. O estabelecimento de distinções honoríficas não era permitido pelas organizações sindicais que, dessa maneira, se negavam a estabelecer uma hierarquia entre seus membros, buscando fortalecer a identidade em torno de uma profissão e a identidade de classe – proibindo o ingresso de patrões. Ao criticar os clubes recreativos, os sindicatos paulistanos buscavam também superar possíveis conflitos entre os trabalhadores, que não se organizavam exclusivamente no “terreno econômico”, mas também a partir de critérios étnicos – observados, por exemplo, em sociedades recreativas italianas como o Circulo Filodramatico Roma, Circulo Recreativo e Dramático Roma e outras sociedades congêneres.

Além da polêmica contra as sociedades recreativas, a própria realização dos bailes pelas organizações sindicais vinha sendo motivo de controvérsia. Durante o II Congresso Operário Estadual (1908), foi aconselhado a exclusão “do baile e de qualquer espécie de jogos”, sendo aconselhado também a “fundação de centros dramático-sociais e de sessões onde se entretenham os sócios em palestras amigáveis”.¹²⁴ O conselho, no entanto, não foi

¹²³ “Circoli Ricreativi”, *La Lotta Proletaria*, 19/01/1909, p. 2.

¹²⁴ *A Lutta Proletaria*, 1/05/1908, p.4.

de forma alguma atendido pelos sindicatos, que continuaram promovendo bailes como parte de suas atividades até a década de 1920.

Apesar das críticas que as lideranças do movimento operário faziam aos clubes recreativos, e não obstante as diferenças programáticas e entre os respectivos objetivos, ambos os tipos de associação não eram necessariamente distantes entre si. Em 15 de maio de 1906, Giulio Sorelli, membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de São Paulo, solicitava à polícia “licença para um espetáculo e baile familiar”, que seria realizado no Salão do Éden Clube, no número 22 da Rua Florêncio de Abreu.¹²⁵ O programa da atividade incluía apresentação de peças teatrais e duas conferências: uma sobre a “organização operária”, a ser apresentada por Giulio Sorelli, e outra tratando sobre anti-alcoolismo, pelo advogado e anarquista Dr. Benjamin Motta¹²⁶ – tema que refletia uma das principais preocupações do movimento operário quanto aos hábitos da classe, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Essa conferência, no entanto, foi incluída no programa em substituição à outra prevista anteriormente, que também seria proferida por Benjamim Motta, e que trataria sobre o “anticlericalismo”: esse termo aparece riscado no convite da festa, sugerindo que ou fora censurado pela polícia ou que os próprios organizadores do evento mudaram de idéia quanto ao tema da conferência, já que as campanhas anti-clericais não eram consensuais no movimento operário.¹²⁷

¹²⁵ Secretaria de Justiça e Segurança Pública. 15/05/1906. Polícia. AESP. Caixa 3156.

¹²⁶ Segundo Claudia Leal, desde o final do século XIX Benjamim Mota era visto como um “anarquista notório”. No jornal *A Noite*, publicou o *Dicionário do Futuro*, uma alusão ao significado que algumas palavras teriam após a “grande revolução anarquista”. Entre os verbetes, constava “cerveja”, que era definida como: “‘bebida muito consumida antes da grande revolução’ e que foi ‘uma causa de degenerescência alcoólica para muitos.’” LEAL, Claudia F.B., *Pensiero e Dinamite. Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*, Tese de Doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2006, pp. 273-278.

¹²⁷ HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio, *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. I – *O Movimento Operário*, São Paulo: Alfa Omega, 1979, p. 86.

A União dos Sindicatos foi fundada em 1907, após o fechamento da Federação Operária de São Paulo (FOSP) pela polícia durante a greve geral daquele ano, cuja reivindicação principal era pelas 8 horas da jornada de trabalho. Naquela ocasião, o Éden Clube teve sua sede invadida durante uma ação policial, quando lá ocorria uma reunião entre caixeiros de cafés, o que resultou em prisões e espancamento dos presentes.¹²⁸ Esse incidente revela a possibilidade de relações estreitas entre sociedades recreativas e sindicatos, inclusive em momentos de tensões e de agitação social. É o que também sugere Jacob Penteado, lembrado que, no bairro do Belenzinho, o salão da Sociedade Recreativa e Dançante Pérola Internacional “servia como ponto de reunião de sindicatos, de associações de classe ou de grevistas, naquele agitado período de lutas sociais”.¹²⁹

Também era comum que sociedades de caráter distinto compartilhassem o mesmo espaço, ou que se situassem em locais bastante próximos geograficamente. Em 1920, nos salões do Largo do Riachuelo, no Bexiga, realizavam suas atividades a Liga Operária da Construção Civil, União de Alfaiates e Costureiras para Senhoras, União dos Canteiros e sociedades recreativas como G. D. R. Guarani, Centro Recreativo Smart, que congregava associados negros, e outras, que mantinham uma considerável proximidade geográfica.¹³⁰ Da mesma forma, o salão Itália Fausta, localizado na Rua Florêncio de Abreu, no Distrito de Santa Ifigênia, era utilizado tanto pelos sindicatos quanto por agremiações recreativas, incluindo, como vimos, as de associados negros. Essa proximidade, que certamente oferecia exemplos visíveis para as lideranças sindicais de práticas que, ao menos no âmbito do discurso, eram consideradas imorais – como o baile – fornecia um amplo leque de

¹²⁸ “O dia de 8 horas – A greve”, *O Estado de S. Paulo*, 17/05/1907, p. 8.

¹²⁹ PENTEADO, Jacob, op. cit. p. 241.

¹³⁰ Registros referentes ao ano de 1920. Banco de Dados Clubes e Sociedades, CECULT/UNICAMP.

possibilidades aos trabalhadores na escolha do uso de seu tempo livre. Poderiam freqüentar uma reunião sindical e, logo depois, se divertir nas atividades de recreação promovidas por outras associações.

É possível afirmar também que alguns indivíduos poderiam fazer parte de diferentes tipos de associações. Para o caso do bairro Belenzinho, Jacob Penteado corrobora essa possibilidade, demonstrando que diretores de sindicatos também participavam da gestão de sociedades recreativas.¹³¹ Esse é o caso de Luiz Cerri que, em 1900, fora um dos fundadores do Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro¹³² – participando de sua diretoria ainda em 1917¹³³ –, sendo também presidente da União dos Operários da Ponte Grande em 1908.¹³⁴ Essa circulação de indivíduos por diferentes tipos de organizações era uma característica comum no associativismo dos trabalhadores. Casos semelhantes são apontados por Beatriz Ana Loner, para as cidades de Pelotas e Rio Grande, e também por Paula Nomelini, que estudou as associações mutualistas e recreativas em Campinas.¹³⁵

A proximidade entre associações recreativas e sindicais não era meramente geográfica. Ao realizar suas atividades, eram obrigadas a solicitar autorização às autoridades policiais, que lhes impunham restrições semelhantes: uma delas era não permitir a cobrança de entradas nos eventos promovidos, como foi mencionado no parecer ao pedido para realização de baile feito pela União dos Sindicatos. De forma semelhante ao controle policial exercido sobre as agremiações recreativas cariocas, isso era um artifício para restringir a participação nos eventos aos associados, facilitando o controle sobre as

¹³¹ PENTEADO, Jacob, op. cit., p. 241.

¹³² Estatuto do Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro, doc. cit.

¹³³ Ata de Reunião da Diretoria do G.D.M. Luso-Brasileiro. 11/12/1917 G.D.R. Luso-Brasileiro.

¹³⁴ Secretaria de Justiça e Segurança Pública. 14/02/1908. Polícia. AESP. Caixa 3156.

¹³⁵ LONER, Beatriz Ana, op. cit. p. 241, NOMEINI, Paula C. Bin, op. cit. p. 160.

atividades¹³⁶ – já que os eventuais frequentadores obedeceriam aos critérios de admissão estabelecidos pelas associações os quais, como já mencionamos, incluíam ter profissão honesta, não estar envolvido em processo-crime e ter boa conduta social. Ao observar os estatutos sociais de associações distintas, observamos também outras preocupações em comum: amparar seus membros em caso de situações adversas, como o desemprego, e propiciar a instrução de seus membros, por meio de manutenção de bibliotecas, de escolas, realização de conferências, etc. Além disso, tanto os sindicatos quanto os clubes recreativos, dos negros e dos imigrantes, manifestavam o desejo de afastar seus membros de práticas vistas como perniciosas ou imorais, com particular atenção para o consumo excessivo de bebidas alcoólicas nos diversos armazéns e botequins dos bairros paulistanos – espaços de lazer marcados pela ausência de regras formais de convívio, ao contrário do que almejavam os clubes de recreio e os sindicatos.

¹³⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, “E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)”, op. cit., p. 420.

CAPÍTULO III

“Vítimas da Pinga”? O lazer nos armazéns e botequins

Além da variedade de organizações fundadas e freqüentadas pelos trabalhadores paulistanos – organizações sindicais e políticas, associações de auxílio mútuo e agremiações recreativas – existiam diversos espaços de lazer, como quiosques, armazéns, vendas, botequins, cafés e outros. Nesses lugares, trabalhadores de diversas profissões, com diferentes níveis de qualificação, poderiam adquirir gêneros alimentícios, fazer refeições diárias, mas também participar de atividades de lazer “de pouco ou nenhum custo”¹, como os jogos de bolas, mais conhecidos como *bocce*, e bailes – entretenimentos regados com boas doses de vinho barato e cachaça. As práticas em torno desses espaços, que ofereciam opções de diversão acessíveis, sem a exigência de mensalidades ou de critérios de acesso – diferentemente do caso das sociedades recreativas – revelam alguns aspectos do mundo do trabalho, como as tênues fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de lazer, assim como relações de conflitos e de solidariedades entre os trabalhadores.

¹ KIRK, Nevilli, “Cultura: costume, comercialização e classe”, IN: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.), *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*, Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 61.

3.1 – Controle policial e regulamentações municipais

Os quiosques eram lugares comuns desde o final do século XIX. A sua exploração comercial em larga escala foi concedida pela administração do Município de São Paulo à Companhia Industrial de Quiosques a partir de 1891, com contrato válido por quinze anos. Até 1901, mais de 50 estabelecimentos do tipo foram instalados, mas, a partir daquele ano, seu número teria começado a diminuir.² Em livro de crônicas, publicado em 1954, Afonso Schmidt descreve as características daqueles lugares, localizados em pontos de grande circulação popular:

Em frente de cada estação havia um quiosque, às vezes dois. O que ficava defronte da estação do Norte era concorridíssimo. O mesmo acontecia com o da Luz, entre a estação da inglesa e o Jardim Público. (...) A verdade, porém, é que todos eles tinham a mesma cara. Não passavam de uma construção circular, de madeira, com balcão para fora, à altura do peito dos fregueses. O teto, coberto de tábuas alcatroadas, ou telhas de zinco, era funilado, com uma ventoinha a girar no alto. Alguns tinham toldo de lona, à risca, como as demais casas de negócio. Outros não. Comia-se e bebia-se ao sol, à chuva.³

Os quiosques, segundo Schmidt, eram freqüentados por antigos escravos, carregadores, vendedores ambulantes, cocheiros, além dos “vagabundos” e “secretas.” Lá seus freqüentadores almoçavam, jantavam ou bebiam “copos oitavados de uma cachaça braba.”⁴ Segundo Luiz Antonio Francisco de Souza, aqueles estabelecimentos passaram a

² SOUZA, Luiz Antonio Francisco de, *Polícia urbana e ordem disciplinar. A polícia civil e a ordem social na Primeira República*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1992, pp. 30-33.

³ SCHMIDT, Afonso, *São Paulo de meus amores*, São Paulo: Paz e Terra, 2003, pp. 93-94.

⁴ Idem, *Ibidem*.

ser vistos como incômodos para a elite paulistana.⁵ Dessa maneira, a Câmara Municipal de São Paulo estabelecia que, os que fossem considerados inconvenientes, poderiam ser retirados ou removidos para outros locais. Por meio dessa medida, o poder municipal tinha a finalidade de evitar os “ajuntamentos indesejáveis” – ou seja, agrupamento de desocupados, de prostitutas e de bêbados que destoavam da almejada civilidade paulistana. Em 1906 os quiosques quase não existiam mais, e o contrato com a Companhia Industrial de Quiosques não foi renovado, pois, a renda obtida pelo município por meio dessa concessão não compensava os inconvenientes advindos das freqüentes desordens que ocorriam naqueles lugares.

Mais numerosos e comuns do que os quiosques eram os armazéns de secos e molhados. Segundo Maria Luiza Ferreira de Oliveira, naqueles estabelecimentos havia uma “constante presença de bebidas” e “itens básicos da alimentação cotidiana.”⁶ Como demonstrou Flavio Saes, o comercio paulistano vinha crescendo desde o final do século XIX, acompanhando o crescimento populacional da cidade. Nas vésperas da Proclamação da República havia um grande número de lojas de varejo, entre as quais 593 armazéns de secos e molhados e 66 restaurantes e botequins – números que indicariam uma “certa agitação na vida comercial da Cidade.”⁷ Em um dos livros de registro de estabelecimentos comerciais diversos, referentes aos anos 1891 e 1892, constam 14 alvarás de

⁵SOUZA, Luiz A. F., op. cit., pp. 30-33.

⁶ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de, *Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1850-1900*, São Paulo: Alameda, 2005, p. 283.

⁷ SAES, Flavio, “São Paulo Republicana: vida econômica”, in PORTA, Paula (org), *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra. 2004, Vol. 3, p. 218.

funcionamento para armazéns de secos e molhados no Largo do Riachuelo e ruas adjacentes, no Bexiga.⁸

Procurando descrever a vida noturna da cidade, Sylvio Floreal publicou *Ronda da Meia-Noite*, em 1925. Na referida obra, descreve, com ironia e preconceito, outros tipos de estabelecimentos que existiam no Largo do Riachuelo, que seriam freqüentados por uma “clientela mais polida”: as tavernas, onde “De mistura com negralhões, mestiços, mulataços e fêmeas desbocadas e sujas, vêm-se choferes, carroceiros, carregadores, garçons e antigos guardas cívicos e secretas (...)”⁹ Nas “tascas” do Largo do Riachuelo, segundo Floreal, “agrupam-se outros terroristas do copo, que medem as suas forças com a polícia constantemente.”¹⁰

Retratando o cotidiano dos bairros operários paulistanos, Alcântara Machado, em *Brás, Bexiga e Barra Funda* – obra publicada em 1927 – não deixou de voltar sua atenção para um importante local de consumo e de lazer dos moradores do Bexiga, o armazém:

O armazém do Natale era célebre em todo o Bexiga por causa desse anúncio:

Aviso às Excelentíssimas Mães de família!

O Armazém Progresso de São Paulo de Natale Pienoto

Tem artigos de todas as qualidades

Dá-se um conto de reis a quem provar o contrário

N.B. – jogo de bocce com serviço de restaurantes nos fundos.¹¹

⁸ Alvarás – licença para ambulantes e estabelecimentos comerciais (1891-96). AMWL. Livro 467.

⁹ FLOREAL, Sylvio, *Rondas da meia noite. Vícios, misérias e esplendores na cidade de São Paulo*, São Paulo: Paz e Terra, 2003, pp. 68-69.

¹⁰ Idem.

¹¹ MACHADO, Alcântara, *Brás, Bexiga e Barra Funda. Notícias de São Paulo*, São Paulo: O Estado de S. Paulo/ Klick Editora, 1997, p. 64.

Machado descreve o ambiente como local de convívio de trabalhadores, onde o “pessoal do bocce gritava que nem no futebol”, sugerindo o grande entusiasmo de seus praticantes, que consumiam cervejas da Antártica ou pediam “duzentão de cachaça.” Segundo Roger Nelson Steiger, o referido jogo é de origem italiana, e foi trazido pelos imigrantes primeiro para a Argentina e depois para o Brasil – iniciando-se a prática do esporte no Estado de São Paulo e depois em outros Estados.¹² Nas ruas do Bexiga, existiam vários estabelecimentos semelhantes: donos de armazéns, de botequins e de outras casas de negócios solicitavam autorização junto à prefeitura para que pudessem instalar jogos de bolas, que precisavam de uma autorização específica, junto aos seus estabelecimentos. As solicitações eram quase todas feitas por italianos, os quais, segundo o jornal *Fanfulla*, dominavam o pequeno comércio do bairro, “sem exceção”, nos últimos anos do século XIX.¹³ Os pedidos eram deferidos após o interessado “pagar os direitos devidos ao Estado e à municipalidade, sujeitando-se às prescrições policiais.”¹⁴

Desde o período do Império as autoridades municipais e policiais formulavam regras para o funcionamento das tavernas e botequins, que eram fiscalizados com frequência. Segundo Marco Antonio Cabral dos Santos, desde a década de 1880 “o poder público passa a adotar severas medidas de intervenção contra as tavernas e os botequins da cidade, lugares vistos como potencialmente perigosos à ordem pública.”¹⁵ De acordo com o código de posturas de 1875, os botequins e tavernas não podiam permanecer abertos após

¹² STEIGER, Roger Nelson, *O emocionante espetacular esporte de Bocha*, Editora Sulina, 1987.

¹³ *Fanfulla*, 25/04/1899, p.2, apud HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930). Vol. II – Condições de Vida e de trabalho, relações com os empresários e com o Estado*, São Paulo: Alfa Omega. 1979, p. 27.

¹⁴ Alvarás. Anos 1905-1906. Polícia. AESP.Caixa 01622.

¹⁵ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos, *Paladinos da Ordem. Polícia e Sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*, Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2004, p. 81.

as 21 horas, salvo autorização da Intendência Municipal ou, posteriormente, da prefeitura.¹⁶ No entanto, essas medidas eram descumpridas com frequência. Em julho de 1889, nos últimos meses do Império, o subdelegado da Freguesia de Penha de França queixava-se, ao Chefe de Polícia, que todos os proprietários obedeciam a determinação do Código de Posturas, com exceção de Antônio da Costa:

que continuava até as dez e mais horas com as portas abertas, com ajuntamentos dentro da taverna, sendo por isso muitas vezes obrigado a fechar a porta.

Em uma das noites passadas, a que se refere o queixoso, eram nove horas e meia quando passava a patrulha, e vendo a porta do negócio de Costa ainda aberta, e grande algazarra dentro, disse-lhe que mandasse fechar a porta e despedisse aquela gente (seis ou oito, alguns embriagados já). Mas Costa em vez de obedecer como lhe cumpria insultou as duas praças da patrulha, e com os indivíduos que estavam dentro ameaçou-os. À vista disto a patrulha retirou-se e foi dar parte do ocorrido ao sub-delegado em exercício, Manuel Antonio Pereira Bastos, que imediatamente saiu, e chegando à casa de Costa encontrou ainda a porta do negócio aberta e dentro os mesmos indivíduos na mesma algazarra de copos na mão. À vista disso, repreendeu-o brandamente, como é modo dele, e disse-lhe que o multava se continuasse a insultar e ameaçar a autoridade e a força pública. Ainda assim Costa não obedeceu, sendo preciso vir a mulher do interior da casa, repreendê-lo, mandar sair os indivíduos que estavam dentro e fechar a porta.¹⁷

Segundo Maria Luiza Ferreira de Oliveira, o horário de funcionamento determinado pela municipalidade era descumprido com frequência: “Às nove horas (...) muitos encostavam duas portas, deixando uma aberta noite adentro. Aos fiscais, alegavam que a porta dava acesso à sua residência.”¹⁸ Costa havia apresentado queixa ao Chefe de Polícia da Província de São Paulo, provavelmente reclamando da arbitrariedade policial e alegando

¹⁶ Idem, p. 82.

¹⁷ Sub-delegacia de polícia da Freguesia de Penha de França. 20/07/1889. Polícia. AESP. Caixa 2700.

¹⁸ OLIVEIRA, Maria L. F., op. cit., p. 280.

que tinha autorização para funcionar além das 21 horas. Embora tivesse sido advertido em outras ocasiões, sendo “obrigado fechar a porta”, é possível que o dono da taverna desconhecesse as determinações do Código de Posturas, pois o Delegado de Penha de França as havia tornado públicas fixando editais – dos quais Costa pode não ter tomado conhecimento.

No século XIX os armazéns eram “espaços onde as esferas do público e do privado se misturavam. Eram locais de trabalho e de residência das famílias, ao mesmo tempo que espaços apropriados pelo público.”¹⁹ Provavelmente o estabelecimento comercial era situado junto à residência de seu proprietário, como sugere a intervenção da mulher, possivelmente esposa do proprietário, que saiu do “interior da casa” para “mandar sair os indivíduos que estavam dentro.” Assim, diante da tênue fronteira entre o público e o privado, a intervenção policial pode ter sido vista, por Costa e seus clientes, como uma intromissão externa num ambiente particular – causando grande insatisfação do taverneiro e de pessoas que poderiam ser tidas como convidadas pessoais. Assim, os insultos e ameaças à autoridade policial podem ser vistos como uma maneira de tentar garantir um espaço autônomo de convívio.²⁰

Nos anos iniciais da República, outras leis e decretos foram editados para regulamentar o funcionamento de cafés, botequins e outros estabelecimentos comerciais. Em Ato nº. 8, de 2 de abril de 1894, a Intendência Municipal determinava o fechamento, a partir das 22 horas, dos “cafés servidos por mulheres.” Para garantir o cumprimento dessa e

¹⁹ Idem, p. 279.

²⁰ Sobre indivíduos freqüentadores de cafés que atacavam e insultavam a polícia para manter um espaço autônomo de convívio ver: HAINE, W. Scott, *The World of the Paris Café. Sociability among the French Working Class, 1789-1914*, Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1996, p. 55.

de outras regulamentações, a municipalidade mantinha acordos com o Governo do Estado, requisitando o auxílio da força pública para as atividades de fiscalização.²¹ Embora pertencessem aos mesmos segmentos político-partidários – eram membros do Partido Republicano Paulista – em algumas ocasiões ocorriam atritos entre as referidas autoridades. É o que revela o seguinte documento, enviado, provavelmente, pela Intendência Municipal ao Chefe de Polícia, cargo indicado pelo Presidente do Estado de São Paulo:

Ainda mais uma vez, com bastante pesar e imenso medo, venho dizer a V. Exa.: Vou policiar a sua polícia!!!

Soube ontem que V. Exa. ordenaria para que se fechasse ao toque de silêncio, todos os hotéis, botequins e restaurantes, que são servidos por mulheres.

Essa ordem, digna somente de louvor, vem patentear mais ao público, que nesta Repartição há distinções, considerações e patrocínios e que também se procure tirar o direito de uns para se proteger os caprichos de outros.

A ordem dada por V. Exa. não foi e nem tem sido executada legalmente por seus auxiliares!²²

O alvo do decreto eram as mulheres que trabalhavam em cafés mas, de acordo com o documento acima, a polícia determinaria que hotéis e botequins também deveriam se sujeitar ao regulamento. Há ainda uma clara alusão à prostituição que ocorria naqueles lugares: para exemplificar o não cumprimento da referida ordem, o Intendente citou bordéis

²¹ SOUZA, Luiz A.F., op. cit., p. 36.

²² Sem data, 1894. Polícia. AESP. Caixa 2781.

Em 14 de novembro de 1894, a polícia negou o pedido de licença para funcionar café cantante na rua Santa Tereza, 11, feito por Ricci Visseti, emitindo o seguinte parecer: “O Suplicante requer licença para abrir um café cantante no mesmo prédio da rua Santa Thereza, em que já houve estabelecimento semelhante, que foi fechado por determinação da polícia, por ser ponto de reunião de desordeiros.

O suplicante informou-me pessoalmente que café cuja licença para abrir impetra, será servido por mulheres e tendo a polícia negado diversas licenças requeridas para o estabelecimento, parece-me que deve ser negado a licença impetrada pelo suplicante”. (grifado na fonte). Polícia 14/12/1894. AESP. Caixa 3089.

funcionando na Rua da Boa Vista, freqüentados por “mulheres despudoradas”, que estariam afetando as famílias, “que se vêem na contingência de receberem desacatos indecorosos, palavrões os mais obscenos e propostas repugnantes em plena rua.”²³ Como observou Marta Abreu Esteves, a execução do projeto político e ideológico republicano incluía a difusão de regras higiênicas e de “bons” costumes morais, entre os quais a estruturação de famílias organizadas dentro de padrões médicos, pois isso incutiria no trabalhador valores como assiduidade e responsabilidade²⁴ - valores esses que, para a polícia e para o Intendente Municipal, poderiam ser ameaçados pelas “mulheres despudoradas.”

Em maio de 1902, o Prefeito da Cidade de São Paulo, Antonio Prado – o primeiro a ocupar o cargo criado em novembro de 1898²⁵ – dirigiu uma carta ao Chefe de Polícia do Estado, José Cardoso de Almeida, questionando a determinação policial para que um botequim, localizado no mercado municipal da Rua 25 de Março, tivesse licença cassada por estar descumprindo o horário de funcionamento permitido:

São inadmissíveis as razões que aquela autoridade policial se baseou para fechar o referido botequim, contrariando assim um ato legal da Prefeitura que a bem da boa administração e do interesse público, neste e em outros casos semelhantes tem sempre procurado proceder de acordo com a polícia, mantendo com ela as melhores relações e compartilhando de suas responsabilidade quando a ação das duas autoridades se exerce cumulativamente.

Enfim, pois, que V. Excia., convencido da justiça de minha reclamação, dignar-se-á a dar instrução a vossos auxiliares no sentido de não motivarem reclamações como esta, que faço

²³ Sem data, 1894. Polícia. AESP. Caixa 2781.

²⁴ ESTEVES, Marta Abreu, *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp. 26-27.

²⁵ DONATO, Hernâni, “Os que governaram São Paulo: 1890 a 1954”, in PORTA, Paula (org), op. cit., p. 599.

a contra-gosto, mas ungido pela necessidade de manter o prestígio da autoridade municipal.²⁶

Antonio Prado alegava que, “devido a natureza especial do referido mercado”, o botequim não estava sujeito à Lei 450 de 20 de janeiro de 1900, que legislava sobre o fechamento das casas comerciais em geral. Por isso, a prefeitura autorizava o funcionamento do botequim durante a noite, após as 22 horas. Entretanto, para o Primeiro Delegado, havia sérios inconvenientes em permitir que o lugar funcionasse durante a noite, pois, seria “um lugar público e de acesso a qualquer hora do dia, ou da noite, tendo duas entradas, uma das quais completamente em aberto.” Ao exigir que o lugar fechasse suas portas após às 22 horas, o Primeiro Delegado tinha a intenção de “evitar esses pontos de ajuntamentos de vagabundos e gatunos durante a noite.”²⁷

Como observaram Afonso Schmidt e Sylvio Floreal, os quiosques e botequins eram freqüentados por trabalhadores como cocheiros, carregadores e carroceiros. Durante a espera de serviços, como o transporte de cargas e de pessoas, estacionavam suas carroças e tálburis em frente às diversas tavernas existentes na Rua da Estação, o que, segundo o Terceiro Delegado da Capital, estaria acarretando numa série de problemas para a manutenção da ordem pública:

Assumindo o exercício da 3ª Delegacia, tive imediatamente oportunidade de verificar que, entre os pontos da circunscrição que maior urgência exigiam a polícia, ocupava lugar saliente a rua da Estação. Efetivamente, pela proximidade das estações da Inglesa e Sorocabana, o grande número de botequins ali estabelecidos, é freqüentado dia e noite

²⁶Prefeitura do Município de São Paulo. 5/05/1902. Polícia. AESP. Caixa 3011.

²⁷Carta do Primeiro Delgado ao Chefe de Polícia. 22/04/1902. Polícia. AESP. Caixa 3011.

pelos carregadores, carroceiros e cocheiros, além da malta de desocupados e indivíduos de má nota que lá permanecem à espera dos diversos expedientes de que vivem.

Nessa constante aglomeração e dessa mistura resultam diariamente desordens, conflitos, agressões e não raros delitos graves, sendo que à noite, como é natural, o caso assumiu proporções muito maiores, pois além de tudo, funciona ali uma tasca adornada com o pomposo rótulo de café concerto, estabelecimento já célebre nos anais da Polícia de Santa Ifigênia.

Resolvido por cobro a uma tal situação, a bem da ordem pública na circunscrição a meu cargo, iniciei uma série de medidas postas em prática paulatinamente e com a maior prudência, e entre elas está a que se refere aos carros e tálburis. Fui informado pelo subdelegado do distrito e comandante do destacamento, e pessoalmente verifiquei, que um dos maiores inconvenientes da rua da Estação era o estacionamento permanente daqueles veículos nesse ponto, inconveniente que saltava aos olhos de quem quer que observasse os fatos que diariamente ali se passavam, reclamando a constante intervenção e, em muitos casos, dificultando a ação da Polícia. Como, porém, os cocheiros alegavam que durante o dia ali paravam a espera da chegada dos trens, e, como o último deste chega às 7 horas da noite, limitei-me a proibir que, a partir de oito horas da noite, não parassem carros e tálburis na referida rua da Estação, no trecho compreendido entre o Largo General Osório e a rua Brigadeiro Tobias, justamente a parte em que estão situadas as tavernas a que me referi. (...) devo dizer que a rua da Estação melhorou consideravelmente à noite, tornando-se muito mais fácil o respectivo policiamento.²⁸ (grifado na fonte)

A solução dada pelo Terceiro Delegado – proibir o estacionamento de veículos na Rua da Estação após às 20 horas – revela o desdobramento da ação policial para desafogar as áreas centrais da cidade²⁹, permitindo uma melhor circulação no local – o que facilitaria a ação da polícia no lugar. Entre a “malta de desocupados” poderiam estar incluídos outros trabalhadores que não tinham jornada de trabalho regular, como vendedores ambulantes – que permaneciam no local “à espera dos diversos expedientes de que vivem.” Entre um

²⁸ Terceira Delegacia da Capital. 29/08/1906. Polícia. Caixa 3089.

²⁹ ROLNIK, Raquel, *Cada um no seu lugar!*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: FAU/USP, 1981, p.115.

serviço e outro, carroceiros, cocheiros e carregadores poderiam participar de atividades de lazer, apreciando as apresentações musicais que eram promovidas nos cafés-concertos. A denominação desses tipos de estabelecimentos também era utilizada por casas mais refinadas, freqüentada pela elite paulistana na região central da cidade. No entanto, como sugere a observação do Terceiro Delegado, a referida designação também era utilizada por estabelecimentos mais populares, freqüentados por trabalhadores.

Segundo José Geraldo Vinci de Moraes, entre o final do século XIX e primeiros anos XX, cafés, cafés-concertos e confeitarias foram os espaços de diversão que mais se multiplicaram na cidade de São Paulo, “bem ao molde das preferências européias. No entanto, (...) esses cafés de estilo europeu iriam gerar no centro urbano em expansão um subproduto, ou seja, alguns cafés-cantantes freqüentados pela população mais humilde da cidade.”³⁰ Moraes, citando depoimento do músico Paraguassu, demonstra que todos os cafés-cantantes possuíam um pequeno conjunto, com um violão, um bandolim, uma flauta e uma sanfona, servindo como oportunidade de emprego para os músicos populares da cidade. De maneira semelhante aos outros locais de lazer de trabalhadores, os cafés-cantantes também eram vigiados pela polícia. Em 1905, também referente à Rua da Estação, a polícia fez a seguinte ocorrência:

De há muito se impõe a necessidade de uma providencia definitiva que ponha cobro as repetidas desordens em um botequim da rua da Estação, nº. 41, de propriedade de Manoel Feliciano Ferreira e que funcionava com o pomposo título de ‘Café’ Cantante’.

Há muito conhecido da polícia, esse botequim é freqüentado por desordeiros incorrigíveis e indivíduos de má nota que ali fazem o centro das suas façanhas, dando enorme trabalho às

³⁰MORAES, José Geraldo Vinci de, *Sonoridades Paulistanas. Final do século XIX ao início do século XX*, Rio de Janeiro: FUNARTE, 1995, p. 167.

autoridades da Circunscrição. Ainda ontem deu-se ali mais uma grave ocorrência, sendo preso em flagrante um indivíduo que desfechou um tiro de revólver contra um outro que o ferira, arremessando-lhe uma garrafa na cabeça e evadindo-se em seguida; por esta delegacia está correndo o respectivo inquérito. Em tais condições, solicita-se a V Exa., a bem da ordem pública para que seja cassada com urgência a licença do informado botequim.³¹

Embora pudessem ser classificados de maneira distinta pela legislação a respeito das casas comerciais, ou, ainda, apesar das diferenças entre os produtos que poderiam ser vendidos em cada tipo de estabelecimento e entre atividades permitidas em cada local, a polícia não fazia muita distinção entre cafés-concertos, cafés-cantantes e os botequins e tavernas que eram freqüentados pelos trabalhadores, de modo que, com freqüência, as referidas denominações se confundiam nos relatórios policiais. Assim, como observou Marco Antonio Cabral dos Santos:

Por serem ambientes onde se reuniam quase que exclusivamente trabalhadores pobres, onde o consumo do álcool se dava em excesso, onde a prática de jogos de azar – proibido por lei e combatido pela polícia – e da prostituição eram comuns, botequins e tavernas eram vistos como seleiro de perigos latentes, ameaças efetivas à paz e à tranqüilidade pública, locais onde a necessidade de controle era premente.³²

Alegando que naqueles locais ocorriam desordens constantemente, as observações da polícia revelam também que, como observou Sidney Chalhoub em relação a espaços semelhantes na cidade do Rio de Janeiro, para os trabalhadores que freqüentavam aqueles lugares o “ideal burguês de separação rígida entre trabalho e lazer não tinha significado

³¹ Terceira Delegacia de Polícia da Capital. 13/09/1905. Polícia. AESP. Caixa 3089

³² SANTOS, Marco A. C. , op. cit., p. 83.

algum: trabalho e diversão estão associados no cotidiano e não são regidos por horários fixos.”³³ Associando os espaços de lazer dos trabalhadores à ocorrência de “desordens” e à “vadiagem”, a polícia paulistana demonstrava sua sintonia com o projeto republicano de valorização do trabalho regular assalariado e morigerado.³⁴

3.2 – O consumo de bebidas alcoólicas

Jornais como *O Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo* noticiavam, com frequência, os incidentes que ocorriam nos armazéns e botequins, geralmente atribuídos ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, como no seguinte caso:

O carroceiro Vincenzo Cecci, em companhia de outros indivíduos, divertia-se ontem animadamente numa partida de jogo de bolas, no terreno situado ao lado de um botequim, à Rua Paim, e depois, em decorrência de mau tempo, interromperam a diversão reunindo-se todos no interior do botequim, onde permaneceram entretidos em demorada palestra até as 10 horas da noite.

Os convivas, nessa reunião, excederam-se e os mais exaltados provocaram uma altercação, o que deu lugar à intervenção de Vincenzo Cecci, que procurava retirar do meio do barulho o seu companheiro Raphael Cacciari. Este, dominado pelos efeitos do álcool, maltratou seu companheiro, repelindo-o armado de uma navalha, e ferindo-o nessa ocasião com extenso golpe na testa.

No recinto do botequim estabeleceu-se logo grande confusão e o ofensor, aproveitando-se dessa circunstância, logrou evadir-se. (...) ³⁵

³³ CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Campinas: Editora da Unicamp, 2001, 2ª Edição, p. 258.

³⁴ Idem, p. 257.

³⁵ “Notícias Diversas”, *O Estado de S. Paulo*, 26/02/1906, p.2.

O *Fanfulla*, tratando do mesmo incidente, mencionou que Vincenzo Cecci era italiano, carroceiro e morador da Rua Paim, a mesma do botequim, localizado próximo da sua casa³⁶ – o que ilustra a proximidade entre os locais de moradia e de lazer.³⁷ Embora o agressor tivesse conseguido fugir, o Chefe de Polícia do Estado recomendava que, “para deter e conter os ébrios, os loucos e os turbulentos, poderão os agentes policiais entrar nas tavernas, botequins, restaurantes e outras casas similares”³⁸ – o que demonstra que a presença constante naqueles estabelecimentos fazia parte da política de atuação cotidiana da polícia. Em 1908, comparando o número de prisões efetuadas nos anos 1905 e 1908, o Secretário da Justiça e da Segurança Pública, Washington Luiz, ressaltava a dimensão do problema da embriaguez:

As prisões por embriaguez continuam a avultar, embora já se tenha alcançado uma relativa diminuição no último quadriênio, diminuição equivalente a 12,71% dos casos verificados. Mas a proporção dos casos registrados em 1908 corresponde a mais da quarta parte sobre o computo geral das prisões, ou sejam 25, 83%.³⁹ (sic)

Diante das freqüentes notícias sobre conflitos por motivos de embriaguez e desordens subseqüentes – incidentes que avolumavam as estatísticas policiais – é preciso verificar os significados do lazer praticado em armazéns e botequins, lugares que não

³⁶ *Fanfulla*, 26/02/1906, p. 2.

³⁷ Cruzando esses pedidos com algumas informações coletadas na grande imprensa diária, notamos que alguns desses jogos eram estabelecidos em locais de moradia. Esse é o caso da Rua Major Diogo, 16, onde Leonardo Puglisi estabeleceria o divertimento em setembro de 1906 e onde, em fevereiro do mesmo ano, morava o italiano José Talarico, construtor de obras. *Correio Paulistano*, “Fatos Diversos”, 8/02/1906, p.3.

³⁸ *Instruções Policiais. Organizadas de acordo com o decreto n. 1349 de 23 de fevereiro de 1906 pelo Dr. Augusto Meirelles Reis, Chefe de Polícia do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1906, AESP, p. 17.

³⁹ *Relatório Apresentado ao Dr. M.J. de Albuquerque Lins, presidente do Estado, pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luiz P. de Sousa. Ano de 1908*. Typografia de Brasil Rothschild & Cia. 1908, AESP, p. 64.

necessariamente eram apartados do mundo do trabalho e da vida particular dos indivíduos – que pareciam não se importar em resolver questões pessoais em ambientes públicos. Dessa forma, é possível ir além dos rótulos de “turbulentos” ou “desordeiros”, atribuídos pela polícia e pela grande imprensa burguesa.

Em fevereiro de 1906, foi autuado Domingos Grosso, no Posto Policial do Sul da Sé, sob a acusação de ter agredido Rafael Romanelli, italiano, vendedor de doces, residente na Rua Marechal Deodoro, 40, que declarou o seguinte:

hoje, às dez horas da manhã ele declarante jogou uma partida de bolas com o seu patrício Domingos Grosso e que tendo ganho a partida Domingos prometeu pagar-lhe uma garrafa de vinho que havia perdido hoje à noite; que às oito horas mais ou menos ele declarante encontrou-se novamente com Domingos no jogo de bolas sito à rua da Assembléia número trinta e que ali depois de beberem uma garrafa de vinho que ele declarante havia ganho Domingos quis obriga-lo a beber mais e como ele declarante não quisesse Domingos arremessou-lhe a garrafa prosseguindo os ferimentos que apresenta. (...) ⁴⁰

A primeira testemunha do Inquérito, Ernesto Torres, vendedor de balas, confirmou que Grosso e Romanelli estavam bebendo vinho e conversando durante o incidente, afirmando:

que no dia quinze do corrente às oito horas da noite mais ou menos ele declarante estava na venda da rua da Assembléia número trinta juntamente com Domingos Grosso e Rafael Romanelli em completa palestra bebendo vinho; que por questões sem importância Domingos Grosso teve uma discussão com Rafael Romanelli e não chegando em um acordo Domingos Grosso lançou mão de uma garrafa e deu com esta uma pancada na

⁴⁰ Delegacia da 2ª Circunscrição Policial (Sul da Sé). 15/02/1906. Processos Policiais. AESP. Caixa 3257.

cabeça de Rafael Romanelli; que houve apitos e que Domingos Grosso temendo ser preso fugiu (...)⁴¹

Embora confirme o uso do álcool pelo agressor e pela vítima, Ernesto Torres atenua o efeito de uma possível embriaguez de ambos, afirmando que o motivo do conflito teria sido uma desavença gerada de “uma discussão”, embora por questões sem importância. Porém, outra testemunha, José Deziene, vendedor de doces, ressaltou que a agressão ocorreu sem motivo algum, como resultado do excesso do consumo de bebidas. Já Carmine Paglucca, morador da Rua da Assembléia, 30 – o dono do estabelecimento – atribuiu a agressão “ao estado de embriaguez em que se achavam” o agressor e a vítima. Entre a vítima e as testemunhas citadas – com exceção do dono da venda – um ponto em comum: todos eram vendedores de doces, ou de balas – provavelmente ambulantes – e moradores na Rua Marechal Deodoro, 40, no centro, onde poderiam encontrar maior facilidade para vender seus produtos devido ao maior número de pessoas circulando. As testemunhas, por sua vez, compartilhavam outra característica: todos eram naturais de Salerno, cidade italiana situada na região da Campania que, segundo Zuleika Alvin, foi uma das maiores regiões de saída de imigrantes, ficando atrás apenas do Vêneto.⁴² Portanto, a venda de Carmine Paglucca, e outras situadas no Bexiga, poderia servir como local de encontro de pessoas de mesma origem, onde poderiam manter, preservar ou refazer os antigos vínculos.

Nas notícias sobre conflitos nos locais de lazer, profissões como carroceiros, pedreiros, sapateiros e outras são mencionadas de modo a enfatizar a condição social dos envolvidos em incidentes procurando, dessa maneira, fornecer argumentos que

⁴¹ Idem.

⁴² ALVIM, Zuleika, *Brava Gente. Os italianos em São Paulo (1870-1920)*, São Paulo: Brasiliense, 1986, p.62.

enfatassem o desvio de conduta em relação ao modelo do trabalhador ordeiro. Como demonstra Ana Gomes Porto, as notícias sobre crimes veiculadas pelo *O Estado de S. Paulo* mostravam “uma imagem ‘às avessas’ do mundo do trabalho idealizado” e explicitavam a preocupação com os trabalhadores.”⁴³ É o que também sugere a seguinte notícia, publicada pelo *Correio Paulistano*:

Uma vingança - Os italianos Caetano Raphael, sapateiro, morador à Ladeira do Ouvidor, nº12, e Julio Finale, pedreiro, residente à rua Major Diogo, nº 90, na ocasião em que bebiam uma garrafa de vinho ontem, pela manhã, num armazém da rua Augusta, travaram-se de violenta altercação e em seguida passaram à luta corporal.

Às 5 da tarde, passando o ofendido pelo largo do Piques, encontrou com Julio Finale, e como este lhe dirigisse um olhar provocador, Caetano sacou repentinamente uma faca e desfechou-lhe um golpe certo, ferindo-lhe no pescoço.

Caetano Raphael conseguiu vingar-se da sova que apanhara pela manhã, mas em compensação foi preso em flagrante e recolhido ao xadrez da Polícia Central, à disposição do Sr. Dr. 3º Delegado, que tomou conhecimento do fato e instaurou inquérito à respeito.⁴⁴

Para Caetano Raphael, o “olhar provocador” dirigido por seu oponente num local público deveria lembrá-lo, na presença de outros indivíduos que por ali estivessem circulando – e que, porventura, já soubessem dos acontecimentos ocorridos pela manhã – da sova que havia levado. Possivelmente sentindo-se desafiado publicamente, Caetano Raphael revidou com violência.

Trabalhadores como o pedreiro Julio Finale poderiam ter jornadas de serviço não muito regulares, o que poderia lhes dar maior tempo livre. Isso fica evidente num manifesto

⁴³ PORTO, Ana Gomes, *Crime em Letra de Forma. Sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*, Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP, p. 112.

⁴⁴ “Fatos Diversos”, *Correio Paulistano*, 4/04/1906, p. 4.

da Liga de Resistência entre Pedreiros e Anexos, onde a agremiação ressaltava que, diferentemente de outros ofícios, “nós podemos contar com uma média de apenas 18 a 20 dias de trabalho ao mês, considerando os dias de chuva, os dias em que faltam materiais e outros inconvenientes do nosso ofício (...)”⁴⁵ Sujeitos às intempéries, à dinâmica de organização das obras, cujo andamento dependia da reposição regular de materiais para a execução dos serviços, e à oferta de emprego, em alguns momentos os pedreiros poderiam dispor de um maior tempo fora do trabalho, que poderia ser usado para desempenhar outras atividades ou, no caso de Julio Finale, frequentar armazéns e outros espaços de lazer pelas manhãs.

A presença de trabalhadores em armazéns, vendas e botequins era facilitada devido à proximidade desses estabelecimentos junto aos locais de trabalho e de moradia: para esses lugares poderiam ir para almoçar, para beber e para se divertir, como sugere a seguinte notícia:

Ontem, às 7 horas da noite, na venda de João de Fiori, à Avenida Celso Garcia, 445, no Tatuapé, alguns operários da sua olaria divertiam-se numa saleta junto ao negócio, dançando ao som de uma velha harmônica. (...)

De repente aparece ali, um tanto alcoolizado, Augusto de Carvalho, oleiro, residente na Olaria de Mateus Debucci, o qual se dirigindo a Denuncio que dançava com outro, na ocasião, atravessou o seu cacete entre ambos, impedindo-os assim de dançarem.

Denuncio protestou contra o procedimento insolente de Carvalho.

Houve então violenta troca de palavras, da qual passaram a vias de fato.

Nessa ocasião Augusto de Carvalho empunhando uma afiada navalha vibrou no seu contendor diversos golpes.

⁴⁵ “Lega di Resitenza tra muratori e affini”, *La Lotta Proletaria*, 15/07/1909, p. 3.

Intervindo na luta para apartá-los, Casemiro Waldomiro da Fonseca recebera também um golpe de navalha na mão esquerda. (...) ⁴⁶

O incidente também foi noticiado pelo *O Estado de S. Paulo*, que mencionava o nome de outros presentes durante o ocorrido: Alexandre de Vechani, Angelo Minelli e Miguel de Amendola.⁴⁷ Augusto de Carvalho, o agressor, e Casemiro Waldomiro da Fonseca aparentam ser os únicos que não eram de nacionalidade italiana – seriam, talvez, portugueses. Carvalho, que estava alcoolizado, impediu que Denuncio, provavelmente italiano, dançasse junto com outro companheiro, talvez por achar imoral ou por motivos de rivalidade étnica. O Tatuapé, na época, não era um bairro autônomo, mas pertencia ao Belenzinho, local para onde Jacob Penteado aponta uma intensa rivalidade entre italianos e portugueses na disputa pelo transporte de tijolos.⁴⁸ A notícia acima deixa a entender também que, ao passo que todos os envolvidos trabalhavam na olaria de João de Fiori, que também era dono da venda, Augusto de Carvalho era trabalhador em outro estabelecimento, deixando entrever uma possível rivalidade entre trabalhadores do mesmo ofício, mas de diferentes unidades de produção.

Embora corriqueiros, nem sempre os conflitos que ocorriam em vendas e botequins diziam respeito às brigas entre trabalhadores. Em 22 de setembro de 1907 foram autuados Cezar de Natale e sua esposa, Joana de Natale. Ambos foram acusados de agressão contra

⁴⁶ “Fatos Diversos”, *Correio Paulistano*, 9/09/1908, p. 4. Em outro incidente, ocorrido no bairro da Água Branca, “foi vítima (...) Affonso Pinto de Campos, ferido por um golpe de faca no rosto, quando procurou intervir num jogo de cartas entre diversos operários de um curtume de Água Branca, onde se deu o fato.” O jogo, portanto, revela-se como forma de entretenimento entre os trabalhadores do referido estabelecimento, que, no caso, praticavam o lazer em espaço de trabalho – havendo, portanto, pouca distância entre estas duas esferas. “Notícias Diversas”, *O Estado de S. Paulo*, 8/05/1907, p. 3.

⁴⁷ “Um baile que acaba em sangue”, “Notícias Diversas”. *O Estado de S. Paulo*, 9/09/1908, p. 4.

⁴⁸ PENTEADO, Jacob, *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*, São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003, (2ª Edição), p.130.

Salvador Spadaro, servente de pedreiro, residente na Rua São Domingos, 15, no Bexiga.

Salvador declarou a seguinte versão sobre o ocorrido:

hoje, às sete horas da noite mais ou menos, achando-se o declarante na casa de seu patrão, na rua São Domingos, número vinte e seis, Cezar de Natale, ali achavam-se várias pessoas, que se divertiam no jogo de cartas, que Cezar de Natale, proprietário do referido negócio, intimou ao declarante que servisse aos fregueses, ao que este lhe respondeu que era servente de pedreiro e não empregado do estabelecimento. Que Cezar de Natale disse a ele declarante: você está atrasado com a casa e portanto não é mais do que um escravo, tem de obedecer ao que se mandar; ele declarante não concordando com essas palavras pegou seu chapéu e quando ia se retirar foi obstado por Cezar de Natale que, pegando-lhe pelo peito puxou-o para dentro e ali tanto ele (...) com sua mulher o esbordoaram, dando-lhe pancadas com uma garrafa (...)⁴⁹

Levando-se em conta o passado então recente de escravidão, Salvador Spadaro, um trabalhador italiano, branco e livre, se ofendeu com a tentativa de seu patrão em compará-lo com trabalhadores negros e escravos. Mesmo “atrasado com a casa”, uma referência a um serviço que Salvador estaria executando para Cezar de Natale, isso não seria motivo suficiente para receber ordens patronais fora do âmbito de seu trabalho ou fazer atividades ao bel-prazer do patrão, como servir os fregueses – o que, mesmo se tratando de um trabalhador sem qualificação, um servente de pedreiro, feria o orgulho pessoal e profissional de Spadaro.

As testemunhas foram ouvidas na Quarta Delegacia de Polícia, no Brás. A primeira delas, Julião Nicastro, italiano natural de Rossano, carpinteiro, morador à Rua Asdrúbal do Nascimento, no Bexiga, afirmou Salvador era empregado de Cezar, com quem residia, e

⁴⁹ Segunda Delegacia de Polícia (Sul da Sé). 22/09/1907. Processos Policiais. AESP. Caixa 3258.

que a contenda teria se originado por “motivo de meia garrafa de vinho”, uma provável alusão à bebida que Salvador se recusara a servir aos fregueses do lugar. Segundo Julião, Salvador fora repreendido por Cezar e:

como este não gostasse de ser repreendido pegou o chapéu e saía para a rua. Cezar não deixando Salvador sair pegou pelo paletó e puxou para dentro da casa, chegando nessa ocasião Joana de Natale, mulher de Cezar, a qual disse é bem feito você mesmo é o culpado, quem manda dar confiança, respondendo então Salvador: Vá embora tu puta merda. Joana que nessa ocasião tinha em uma das mãos uma garrafa, deu com esta no rosto de Salvador, quebrando-a.⁵⁰

Dessa maneira, Julião Nicastro isenta Cezar da agressão, que foi atribuída à mulher do mesmo, que teria reagido a um insulto de Salvador. Essa testemunha deveria ter relações mais próximas com Cezar: pouco antes do incidente, acabara de retornar do Teatro Polyteama, para onde tinha levado um filho de Cezar “em sua companhia” – o que talvez significasse um grau maior de confiança de Cezar em Julião. Já Nicola Faverni, operário, morador da Rua Conselheiro Ramalho, 23, no Bexiga, acrescenta outros detalhes do incidente, declarando que:

achava-se (...) no corredor da casa numero vinte e seis da rua São Domingos, onde estavam dançando, isto às sete horas mais ou menos da noite, que dentro dessa referida casa que é um estabelecimento de secos e molhados houve uma briga que o depoente não viu, mas sabe que Salvador Spadaro que é empregado de Cezar de Natale, foi agredido por este e sua mulher Joana de tal; que viu quando o mesmo Salvador saiu de dentro do negócio e com

⁵⁰ Quarta Delegacia de Polícia (Brás). 22/09/1907. Processos Policiais. AESP. Caixa 3258.

ferimento no rosto e ensangüentado, que daí a momento Salvador voltara acompanhado de soldado (...)⁵¹

Portanto, ao consumo de bebida e ao jogo de cartas, somava-se outra atividade de lazer: o baile, realizado num armazém de secos e molhados. Mesmo sem ter visto a agressão, Nicola Faverni confirmou que Salvador Spadaro fora esbordoado e ferido pelo patrão e sua mulher. A terceira testemunha, C. Picardo, barbeiro, italiano natural de Nápoles, morador da Rua Conselheiro Ramalho, 34, confirmou a versão de Faverni, afirmando que:

domingo próximo passado estava (...) no corredor da casa número vinte e seis na rua de São Domingos, isto às sete horas mais ou menos da noite, apreciando um baile que nessa casa então se realizava, quando houve uma briga no interior da referida casa, que é um negócio, cuja briga o depoente não pôde ver de perto, mas que desta foi Salvador agredido por Cezar de Natale e mulher deste, Joana de tal(...)⁵²

Notamos, portanto, a solidariedade das testemunhas ouvidas com Salvador, mesmo sem ter sido testemunhas oculares do acontecido, verificando apenas os ferimentos de Salvador ou ouvindo comentários sobre o acontecido no calor da hora. Assim, complicava-se a vida do negociante de secos e molhados. Como observou Sidney Chalhoub, a posição dos donos de botequins e vendas era ambígua: “por um lado, sua condição de proprietário fundamenta um antagonismo básico entre ele e seus fregueses, mas, por outro lado, ele fazia parte do mundo dos populares, compartilhando a sua visão das coisas e assimilando

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

seu código de conduta.”⁵³ Assim, embora podendo ter rendimentos maiores sem assumir uma posição desigual perante seus fregueses, compartilhando, em alguma medida, gostos e hábitos em comum⁵⁴, isso não seria suficiente para que houvesse uma plena igualdade entre indivíduos de posições econômicas distintas, principalmente em situações de conflito, onde as solidariedades horizontais, como as articuladas em prol de Salvador Spadaro, poderiam ser mais fortes.

Apesar de a grande imprensa taxar os freqüentadores de botequins como potenciais desordeiros, nem sempre essa premissa deixava de ser contestada diretamente pelos que se envolviam em conflitos naqueles e em outros lugares de lazer. Em 15 de setembro de 1906 o *Correio Paulistano* noticiava a prisão do italiano Frederico Guido, que foi “recolhido ao xadrez do posto policial do Bexiga, à disposição do subdelegado do distrito(...) preso por ocasião em que promovia desordens num armazém daquele bairro, armado de um punhal e de revólver e em estado de embriaguez.”⁵⁵ Em outro jornal, informava-se que Guido seria “multado de acordo com as posturas municipais.”⁵⁶ Esta seria uma notícia corriqueira, semelhante a tantos outros conflitos ocorridos em armazéns e vendas no bairro. No entanto, um dia depois, Frederico Guido publicaria a seguinte nota no *Correio Paulistano*:

Protesto – Diversos jornais noticiaram hoje que eu fora preso no bairro do Bexiga quando, armado de revólver, promovia desordens.

Não posso deixar essas notícias sem o preciso e necessário protesto. Sou um operário conhecido e considerado por pessoas altamente colocadas na sociedade paulista.

⁵³ CHALHOUB, Sidney, op. cit., p. 265.

⁵⁴ HOGGART, Richard, *As Utilizações de Cultura. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*, Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 74.

⁵⁵ *Correio Paulistano*, 15/09/1906, p.4.

⁵⁶ “Notícias Diversas”, *O Estado de S Paulo*, 15/09/1906, p. 3.

Fui realmente preso na noite de 13 para 14 do corrente, quando fui agredido e procurei defender-me de meu agressor.

Andava armado porque fui avisado que seria atacado mais cedo ou mais tarde. Usei de um direito: o de me defender. Meu agressor fugiu quando a praça que me prendeu se aproximou.

O que mais me surpreendeu foi a notícia mentirosa do jornal Fanfulla, dizendo que o capitão Aristides de Medeiros me prendera e que [eu] resistira à prisão e que ele recorrera a uma praça para efetuá-la .

Fui posto em liberdade ontem, às 10 horas da manhã, depois de pagar a multa por infração do código de posturas: armas proibidas.

Nunca fui um desordeiro.

Sou um operário que resido no Brasil há vinte e tantos anos e não consta uma única prisão minha e nem tão pouco que fosse conhecido por desordeiro, a não ser agora por fantasia da reportagem.

Minha vida particular é pública e não tem nódoa.

Aí fica o protesto para todos os efeitos.

São Paulo, 15 de Setembro de 1906

Frederico Guido⁵⁷

Primeiramente, deve-se reparar no fato de Frederico Guido ter se utilizado de um veículo ligado à grande imprensa para se defender, diferenciando-se dos diversos casos de conflitos ocorridos em armazéns e vendas. No entanto, Guido confirma a posse de “armas proibidas”, que deveriam ser utilizadas para defender-se de um possível agressor – buscando justificar seu comportamento como uma ação decorrente da legítima defesa. Não se defende da acusação de embriaguez e não nega que freqüentava, no instante de sua prisão, o armazém do bairro, como havia sido afirmado antes pelo *Correio Paulistano*. Entretanto, o argumento central de seu protesto, que enfraquece os efeitos de sua possível

⁵⁷ “Seção Livre”, *Correio Paulistano*, 16/09/1906, p. 5.

embriaguez, está em sua auto-affirmação enquanto operário reconhecidamente ordeiro, inclusive “por pessoas altamente colocadas na sociedade paulista” – o que pode sugerir que seus patrões não tinham queixas contra ele. Dessa maneira, como sugere Isabel Aparecida Bilhão para o caso do operariado porto-alegrense, Guido ia ao encontro de uma identidade pautada pelo “orgulho de sua capacidade para o trabalho”, buscando se distanciar daqueles que “se encontram fora do mundo produtivo, indigentes e/ou delinqüentes ou que vivem de forma considerada desonrosa pela moral predominante no período.”⁵⁸

Outra estratégia importante para a sua defesa foi afirmar que já residia a muitos anos no país, procurando, dessa maneira, se livrar do rótulo de “estrangeiro”, que também era amplamente utilizado para desqualificar as lideranças do movimento operário durante a Primeira República.⁵⁹ Notamos, portanto, que freqüentar botequins e tomar um trago com os amigos não era necessariamente incompatível com uma auto-definição de trabalhador e ordeiro, ao contrário do que a grande imprensa freqüentemente procurava afirmar noticiando episódios de conflitos nos armazéns e botequins da cidade. Embora não tenhamos mais dados a respeito de Frederico Guido, verificamos que, ao se reconhecer enquanto trabalhador, possuía uma linguagem comum com os militantes sindicais: sua identificação com uma coletividade operária. Assim, pensando na política de propaganda de setores da imprensa operária e das organizações sindicais, Guido poderia ser visto pelas lideranças dos trabalhadores como um militante em potencial – principalmente em momentos de grandes mobilizações, como as greves.

⁵⁸ BILHÃO, Isabel Aparecida, *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*, Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 36.

⁵⁹ MARAM, Sheldon Leslie, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 146.

3.3 – Lazer nos locais de moradia

Segundo Nabil Bonduki, os cortiços e as casas de cômodos eram formas de moradia mais compatíveis com os rendimentos dos trabalhadores. Sua característica mais comum em São Paulo seria uma fileira de “cômodos dispostos ao longo de um longo corredor ou pátio, no qual se situava a área de lavagem e secagem de roupas e o banheiro de uso comum.”⁶⁰ Alfredo Cusano, em depoimento publicado em 1911, ressaltou a presença dessas moradias nos bairros paulistanos:

Os bairros populares paulistanos – O Brás, o Bexiga, o Cambuci – acomodavam todas as classes trabalhadoras, nas suas modestíssimas casinhas, onde se alojavam famílias menos miseráveis, ou nos cortiços, espécie de enormes armazéns, nos quais se reúnem, em uma promiscuidade que alimenta os mais desagradáveis vícios e facilita os contágios, centenas e milhares de famílias pobres, cuja parca remuneração para o trabalho cotidiano não lhes dá a possibilidade de escolher melhor habitação.⁶¹

A descrição de Alfredo Cusano reflete sua preocupação com a precariedade da moradia dos trabalhadores, entre os quais estavam milhares de compatriotas do depoente, que era de origem italiana. No entanto, suas observações vão diretamente ao encontro do discurso médico e higienista da época, que via os cortiços como ameaçadores à saúde pública. Por isso, eram fiscalizados com frequência.⁶² Assim, a década de 1880 assistiu a uma crescente preocupação das autoridades em relação à precariedade das moradias

⁶⁰ BONDUKI, Nabil Georges, *Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*, São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998, p. 53.

⁶¹ CUSANO, Alfredo, “Itália d’oltre maré”. Milão: Enrico Reggiane, 1911. Apud BRUNO, Ernani Silva. *Memória da Cidade de São Paulo: documentos de moradores e visitantes – 1553/1958*. SP: DPH da SMC, 1981, p. 168.

⁶² BONDUKI, Nabil, op. cit., p. 34.

populares, o que é explicado pelo aumento populacional da cidade e pelo crescimento das atividades urbanas ligadas ao complexo cafeeiro.⁶³ Na década de 1890 foi criada uma Diretoria de Higiene, com poderes de fiscalização sanitária sobre os cortiços. Em relatórios produzidos pelos fiscais daquela diretoria, notamos a existência de padrões para o funcionamento das habitações coletivas, como os prédios da Rua Santo Antônio, no Bexiga:

Observações. N° 83. O Cômodo C é habitado atualmente por 6 pessoas, quando a lotação só admite 2. N° 99. O cômodo C tem habitantes em número exagerado. N° 105. Nos fundos desse prédio existe uma cocheira fora do padrão municipal.

Observações. N° 77. Este precisa de limpeza e que seja retirada a cozinha que existe no quarto de dormir. N° 79. Este prédio precisa de caiação, pinturas e reparos nos soalhos e portas.⁶⁴

O prédio número 83 possuía 7 cômodos entre 23,4 e 39,44 metros quadrados, e o número 99, 4 cômodos, entre 46,2 e 75,6 metros quadrados. O registro acima indica uma proximidade entre meio de trabalho e local de moradia: a referida cocheira poderia servir para o abrigo dos animais utilizados pelos cocheiros e carroceiros que trabalhavam no bairro. O Sr. Antonio, em depoimento registrado, relembra algumas ruas do bairro onde haviam cocheiras, utilizadas por carroceiros calabreses, as ruas 13 de Maio, Rui Barbosa e Rua do Sol: “Ai tinha seus cortiços e sua baias, onde punham ração para os animais.”⁶⁵ No entanto, a presença de animais, somada à cozinha em quarto de dormir, à falta de limpeza e

⁶³ Idem, p. 17.

⁶⁴ Diretoria Geral do Serviço Sanitário. 4/10/1900. AMWL. Livro 1495.

⁶⁵ Depoimento do Sr. Antonio, in BOSI, Ecléa, *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*, São Paulo: Edusp, 1987, p. 169.

à superlotação representavam, na visão dos fiscais de higiene, uma mistura explosiva, causadora de males à saúde pública.⁶⁶

Segundo Nabil Bonduki, o código Sanitário de 1894 determinava o fechamento dos cortiços existentes, o que reflete uma grande influência das teorias higienistas. No entanto, essa determinação não era obedecida em sua integridade, já que os cortiços “eram essenciais para a reprodução da força de trabalho a baixos custos e, enquanto tal, não podiam ser reprimidos e demolidos na escala prevista pela lei e desejada pelos higienistas.”⁶⁷ Entretanto, afirma Bonduki, a legislação urbana nem por isso se tornou letra morta, pois a polícia sanitária atuou até meados da década de 20 e, mesmo sem impedir a proliferação de cortiços, coibiu as habitações clandestinas.

Além de habitações mais baratas para muitos trabalhadores da cidade, os cortiços também se constituíam como espaços de lazer para seus habitantes. Assim, fazia-se necessária a intensificação da vigilância da polícia para fazer valer as regulamentações que diziam respeito aos “divertimentos públicos.” Em abril de 1906, no início da noite, em um cortiço da Rua Bela Cintra, “diversas pessoas” se divertiam num “jogo de cartas”, quando:

O alfaiate sexagenário Nicola Riscini, que também estava presente, recusou-se a tomar parte no divertimento, ocupando, entretanto, um lugar ao lado de outros entretidos com o jogo.

Repentinamente originou-se uma dúvida a propósito da irregularidade no jogo e Nicola Riscini, intrometendo-se na questão, concorreu para que a reunião fosse perturbada para que o dono da casa Francisco Dangelo o agredisse a cabeçadas.

Nessa agressão, Nicola ficou ferido no rosto e na pálpebra inferior do lado esquerdo do rosto.

⁶⁶ BONDUKI, Nabil, op. cit., p. 34.

⁶⁷ Idem, pp. 39-40.

O ofensor não foi preso.

A requisição do sub-delegado do Bexiga o ofendido foi examinado na Central, sendo julgado leve o ferimento. (sic)⁶⁸

Notamos, então, o jogo como atividade que congregava moradores do cortiço que, nesse caso, observando nomes e sobrenomes dos envolvidos, aparentam ser italianos, havendo apenas uma referência à categoria profissional, o alfaiate sexagenário. Outras notícias sobre a atuação policial em cortiços demonstram o jogo de cartas como atividade de lazer italiana, como a que se segue:

O Sr. Subdelegado da Consolação, visitando o cortiço da R. Rui Barbosa, ontem à noite encontrou jogando jogos de cartas e multou os indivíduos José Cafone, José Graciano, Segismundo Graciano, Serafim Graciano, Antonio Letucci e Luiz Marino, todos italianos.⁶⁹

As incursões policiais contra jogos de cartas, e também contra o jogo do bicho, aparecem com certa frequência na grande imprensa diária. Segundo a Lei Municipal 177 de 3 de outubro de 1904, era estabelecida multa de 10\$000 para todos os que fossem encontrados “jogando nas ruas, praças e outros lugares públicos sujeitos à ordem municipal sem a competente licença.”⁷⁰ O caso citado acima sugere que, embora pudessem ser vistos como lugares privados por seus moradores – alguns aparentemente da mesma família, com o sobrenome Graciano – a polícia não os diferenciava dos locais públicos, que eram passíveis de fiscalização e obrigados a respeitarem as determinações municipais sobre os divertimentos públicos.

⁶⁸ “Notícias Diversas”, *O Estado de S. Paulo*, 9/04/1906, p. 2.

⁶⁹ “Pequenos Factos”, *Correio Paulistano*, 23/07/1906, p. 3.

⁷⁰ *Coleção de Leis e Resoluções Municipais da Cidade de São Paulo*. Lei 177 de 3 de outubro de 1904. AMWL.

Como demonstra Luiz Antônio Francisco de Souza, a polícia durante a Primeira República manteve diversas funções que eram exercidas durante o Império, como a manutenção da tranquilidade social e o controle dos costumes.⁷¹ Não obstante o processo de burocratização e de reorganização que a instituição policial atravessara durante o início da República, o que suscitou intensos debates sobre a atuação dos policiais, foi constante a tensão entre o direito estabelecido em lei e as ações da polícia no cotidiano. Segundo Souza, não havia a necessidade de legislar e definir a ação do policial, que tinha uma grande margem de autonomia para decidir sobre agir repressiva ou preventivamente no tocante às questões emergentes ou costumeiras – garantindo às autoridades policiais a “discrecionabilidade sobre qualquer ação ilícita, passível de cominação penal ou não.”⁷² Isso daria à polícia uma maior margem de intervenção nos espaços privados, cujos limites com os lugares públicos não eram rigidamente delimitados. Assim, a repressão contra as diversões populares poderia gerar protestos entre seus praticantes:

Nos últimos dias o gabinete de queixas e reclamações anexo à repartição de polícia, tomou conhecimento de acusações feitas contra o Sr. Aristides de Medeiros, sub-delegado do Bexiga.

Essa autoridade era acusada de ter multado um vendeiro e outras pessoas sob o pretexto de que na sua casa jogavam.

As testemunhas referidas pelos queixosos depuseram o contrário e, ainda, de acordo com as contradições dos que se diziam vítimas, a autoridade encarregada de apreciar as provas reunidas na investigação, concluiu que a autoridade do Bexiga agiu com regularidade, impedido um ajuntamento, depois da meia-noite, num armazém daquele bairro, quando se

⁷¹ SOUZA, Luiz. A. F., op. cit., p. 7.

⁷² Idem, p. 73 e p. 163.

divertiam com o *toco*, jogo italiano que por mais de uma vez tem trazido conseqüências funestas.⁷³

O vendeiro multado poder ter alegado que o jogo ocorria em sua própria casa, ao passo que o delegado Aristides de Medeiros, subdelegado do Bexiga, apontava um “ajuntamento”, após a meia noite, em um armazém do bairro, portanto, um local de circulação pública – passível de regulamentação pelas leis do município. Assim, é provável que o referido vendeiro mantivesse seu estabelecimento comercial junto à sua casa, e que estaria funcionando fora do horário permitido pelo município, além de permitir o jogo de cartas sem a licença necessária.

Os incidentes que ocorriam nas moradias dos envolvidos, alguns marcados pelo consumo de álcool, também deixam entrever que, em algumas ocasiões, os trabalhadores rompiam temporariamente sua rotina diária de trabalho para se divertirem com os camaradas de profissão. Em agosto de 1908 *O Estado de S. Paulo* publicava a seguinte notícia:

O sapateiro Eugenio Papa, deixando ontem de ir ao trabalho, na oficina de calçados Melillo, passou o dia juntamente com seu companheiro de trabalho, Júlio Cordella, à rua de S. Domingos, 68.

Os dois companheiros, que passaram tantas horas de camaradagem no decorrer do dia, dasavieram-se mais tarde, porque se excederam em liberações alcoólicas.

Estavam já fora de casa, na Rua Major Diogo, quando tiveram a desinteligência que deu lugar à luta corporal, travada entre os dois.

Ambos foram presos e recolhidos ao posto policial da Consolação.

Como os dois companheiros estivessem feridos, com ligeiros arranhões pelo rosto, a autoridade fê-los submeter a exame de corpo de delito.⁷⁴

⁷³ “Notícias Diversas”, *O Estado de S. Paulo*, 29/11/1906, p. 3.

A Fábrica de Calçados Melillo tinha suas instalações na Rua Augusta. Além de ressaltar o desvio de conduta, com a ausência dos sapateiros do local trabalho e a luta que se seguiu, a notícia demonstra também que o álcool poderia semear a discórdia entre companheiros de ofício – a “camaradagem” rompida devido à bebedeira. Casos como esse forneciam argumentos suficientes às lideranças sindicais e à imprensa operária em sua campanha contra o consumo do álcool entre os trabalhadores, hábito que, segundo Liane Bertucci, “será denunciado como um dos frutos da sociedade fabril, que não possibilita aos trabalhadores que nela atuam condições de vida satisfatórias.”⁷⁵ Entretanto, os conflitos que aconteciam durante o tempo livre dos trabalhadores nem sempre tinham origem no consumo excessivo de bebidas alcoólicas. É o que sugere outro incidente, também entre os sapateiros da Fábrica de Calçados Melillo:

Navalhadas - Na madrugada de hoje, às 2 horas e meia, na Rua Conselheiro Ramalho, o sapateiro Ferdinando Galizio conversava ao lado de outros companheiros, entre os quais José Cafifé, Domingos Adorno e Vicente Pelegrine referentes a assuntos da fábrica de calçados Melillo, onde trabalham.

Nessa ocasião, José Califé, na qualidade de contra-mestre daquela fábrica, teve o ensejo de declarar que seu patrão atribuía a Ferdinando uma carta anônima que recebera.

Essa circunstância bastou para irritar os ânimos, e José Califé agrediu Ferdinando a bengalada.

Domingos Adorno interveio mas nessa ocasião José Califé, armado de uma navalha, atirou-se contra Ferdinando, golpeado-lhe o pescoço.

O ferido foi depois submetido a exame de corpo de delito, não tendo gravidade o seu estado.⁷⁶

⁷⁴ “Notícias Diversas”, *O Estado de S. Paulo*, 18/08/1908, p. 2.

⁷⁵ BERTUCCI, Liane Maria, *Saúde: arma revolucionária. São Paulo, 1891-1925*, Campinas: área de publicações CMU/UNICAMP, 1997, p. 82.

⁷⁶ *O Estado de São Paulo*, 5/04/1908, p. 2.

O mais provável é que os trabalhadores, após uma longa jornada de trabalho, estivessem a conversar na residência de um dos envolvidos, já que, nos casos de conflitos em botequins ou armazéns, as notícias veiculadas pela grande imprensa não deixavam de caracterizar o tipo de lugar onde os incidentes ocorriam. Qual seria o conteúdo da tal carta anônima? Embora não tenhamos mais informações a respeito, é plausível supor que se tratasse de algo negativo em relação ao contramestre da fábrica, José Califé – denúncias de maus-tratos, de má conduta pessoal ou profissional ou de desrespeito contra os trabalhadores da fábrica, em consonância com as freqüentes queixas equivalentes, por meio da imprensa operária, em relação aos mestres e contramestres.⁷⁷ Isso explicaria a fúria de Califé contra Ferdinando, que supostamente seria o autor da carta, de acordo com informações prestadas pelo patrão. Portanto, os assuntos relativos ao trabalho também vinham à tona durante o tempo livre: o contramestre teria lançado mão de sua autoridade em relação ao trabalhador, agredindo-o por ter suposto que, por meio da carta anônima, tivesse desrespeitado as relações hierárquicas estabelecidas no processo de produção – possivelmente passando por cima do contramestre enquanto intermediário das relações entre o patrão e seus empregados.

3.4 – Bebidas alcoólicas, botequins e o movimento operário

Se, por um lado, autoridades policiais e municipais, com os auspícios da elite industrial paulistana, procuravam disseminar o hábito do trabalho disciplinado e regular,

⁷⁷ HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. II, op. cit., p. 43.

buscando dissociar o tempo de trabalho do tempo livre – ou, como diria Edward Thompson para o caso inglês, estabelecer “uma clara demarcação entre o ‘trabalho’ e a ‘vida’”⁷⁸ – boa parte do discurso dos militantes sindicais, por sua vez, fazia uma rígida distinção entre os princípios do sindicalismo e as múltiplas práticas de lazer dos trabalhadores da cidade – como aquelas ligadas ao consumo de bebidas alcoólicas.

Durante a Primeira República, as organizações sindicais promoviam frequentemente, suas “reuniões de propaganda”, com a finalidade de divulgar os propósitos do sindicalismo para, dessa maneira, convencer os trabalhadores a ingressarem em seu quadro de associados. Junto a esse trabalho de convencimento, os militantes faziam alertas quanto aos diversos males, presentes no cotidiano, que seriam responsáveis pela obstrução da tomada de consciência de classe: entre os piores, o consumo do álcool, hábito disseminado entre os trabalhadores. Assim, em março de 1908, no jornal *A Lucta Proletária*, órgão da Federação Operária do Estado de São Paulo, dizia-se “Abaixo o álcool! O alcoolismo é infelizmente uma das mais perniciosas drogas da classe operária, arrastando além de tudo em número incalculável de doenças, ente outras, a terrível tuberculose.”⁷⁹ No I Congresso Operário, realizado em 1906, foi deliberada “uma ativa propaganda contra o alcoolismo”, visto como um dos “vícios mais arraigados no seio das classes trabalhadoras; e que tem sido obstáculo para a organização das mesmas.”⁸⁰

⁷⁸ THOMPSON, Edward P., “Disciplina, tempo de trabalho e capitalismo industrial”, in THOMPSON, Edward P., *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, Tradução: Rosaura Eichemberg, p. 300.

⁷⁹ *A Lucta Proletária*, 21/03/1908.

⁸⁰ A resolução foi mantida no Segundo Congresso Operário Brasileiro, ressaltando-se o consumo do álcool, além de “concorrer para conservar o operariado na inconsciência e na inércia, é uma fonte de renda e de exploração para o industrial.” apud HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio, *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930). Vol. I – O Movimento Operário*, São Paulo: Alfa Omega, 1979, p. 55 e p. 199.

A campanha contra o alcoolismo está situada em um contexto internacional do movimento operário no início do século XX. Em Paris, embora as associações operárias realizassem suas reuniões em diversos cafés e em outros locais de venda de bebidas nos subúrbios da cidade, freqüentemente a imprensa operária atentava para o problema do consumo do álcool em excesso.⁸¹ No caso britânico, os socialistas também enxergavam o álcool como uma droga que levaria ao enfraquecimento da autoconsciência e da perda do senso de responsabilidade necessários à civilidade.⁸² Na Itália, o Partido Socialista Italiano e as organizações sindicais viam o alcoolismo como fator de desagregação moral e de desmobilização da classe trabalhadora, devendo, por isso, combatê-lo.⁸³

Como observou Liane Bertucci, ao combater o alcoolismo “jornais de diferentes matizes ideológicos acabarão, entretanto, por evidenciar que o uso de bebidas alcoólicas era prática social disseminada, inclusive entre aqueles diretamente ligados a associações operárias.”⁸⁴ É o que sugere um dos artigos do estatuto da União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo, que fazia a seguinte restrição: “Nenhum dos sócios alterados pelas bebidas poderá tomar parte na assembléia ou em qualquer outra reunião”⁸⁵, sugerindo que o problema da embriaguez fosse comum entre os membros da organização.

Embora as lideranças do movimento enxergassem o álcool como causa de diversos males aos trabalhadores, entre eles a desmobilização, o consumo de bebida também fazia

⁸¹ GRAVELEAU, Nathalie, *Les Cafes comme lieux de sociabilite politique a Paris et en Banlieue (1905-1913)*, Mémoire de maîtrise d’histoire sous la direction de J.L. Robert, Université de Paris I-Panthéon – Sorbone, Juin. 1991, p. 64.

⁸² JONES, G. Stephen, “Labor, Society and the drink question in Britain – 1918-1939”, *The Historical Journal*, 30, I, (1987), pp. 105-122 J-Stor, www.jstor.org

⁸³ DEGL’INNOCENTI, Maurizio, “Per una storia delle case del popolo in Italia, dalle origini alla prima guerra mondiale”, in DEGL’INNOCENTI, Maurizio, *Le case del popolo in Europa. Dalle origini alla Seconda Guerra Mondiale*, Firenze: Sansone Editore, 1984, p. 3.

⁸⁴ BERTUCCI, Liane, op. cit., p. 83.

⁸⁵ Estatuto da União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo. 27/02/1909. Sociedade Civil nº. 55. PCRICC. AESP.

parte do hábito daqueles que aderiam aos movimentos reivindicatórios – e que, portanto, possuíam algum grau de identificação com as bandeiras e com o discurso das organizações sindicais. Durante a greve de 1907, iniciada pelos trabalhadores em veículos e generalizada entre outras categorias⁸⁶ – exigindo, principalmente, a jornada de trabalho de 8 horas – o jornal *O Comércio de São Paulo* noticiava:

Menores grevistas – Cosme Guilherme, menor de 9 anos empregado na fábrica Mariângela, apesar da pouca idade alistou-se no número de grevistas.

Imitou-lhe o exemplo o menor Domingos Minguicinteni e em companhia daquele entregou-se à folga, pouco se importando com as más conseqüências que adviriam.

Não tendo em que se ocupar, começaram a freqüentar os botequins e farras, bebendo e fumando com vontade.

Uma vez embriagados, os dois travaram-se de razões, tendo Cosme agredido a Domingos, que recebeu um ferimento na cabeça. (...) ⁸⁷

Além do problema do alcoolismo entre trabalhadores menores, amplamente empregados em fábricas de tecidos como a Mariângela,⁸⁸ percebemos que o botequim também era freqüentado pelos grevistas – que faziam do consumo do álcool e do movimento reivindicatório uma mistura explosiva aos olhos da grande imprensa. Percebemos ainda uma distância entre o que era defendido pelas lideranças sindicais e a prática dos militantes. Ingressando no movimento em prol da melhoria das condições de trabalho, os menores poderiam enxergar o movimento coletivo como maneira de quebrar a rotina do trabalho fabril que, como observou Jacob Penteadó, era bastante rígida, e muitas

⁸⁶ TOLEDO, Edilene, *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário. Trabalhadores e Militantes em São Paulo na Primeira República*, São Paulo: Ed. Perseu Abramo, Coleção História do Povo Brasileiro, pp. 91-97.

⁸⁷ “Menores Grevistas”, *O Comércio de São Paulo*, 26/05/1907, p. 4.

⁸⁸ Sobre menores na indústria, ver: MOURA, Esmeralda B. B, *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*, Petrópolis, Vozes, 1982.

vezes cruel, para as crianças trabalhadoras.⁸⁹ Faziam isso articulando a adesão ao movimento social às práticas mais populares entre os trabalhadores – freqüentando os botequins, consumindo bebidas alcoólicas ao mesmo tempo em que aderiam às bandeiras das lutas sindicais.

Além de combater o alcoolismo, algumas lideranças do movimento operário viam com desconfiança os donos dos estabelecimentos onde eram servidas bebidas alcoólicas. Nos últimos anos do século XIX, o jornal anarquista *Il Risveglio* não deixou de notar, com espanto e indignação, a presença ostensiva dos quiosques na cidade, que se convertiam em locais de jogo de azar, e também a “inundação dos botequins em todas as ruas.”⁹⁰ Em 1909, em artigo publicado no jornal *La Lotta Proletária*, a Liga de Resistência dos Pedreiros alertava para exploração dos vendeiros, os quais, aceitando vender os produtos a crédito, cobravam mais caro.⁹¹ Além disso, como sugere Alcântara Machado, alguns desses comerciantes poderiam açambarcar gêneros alimentícios.⁹² Assim poderiam se tornar alvos de desconfiança popular em épocas de aumento do custo de alimentos.

Em novembro de 1906, nos últimos dias da greve dos chapeleiros da fábrica de Chapéus João Adolfo, no Bexiga, o jornal da categoria publicava o nome de diversos “crumiros”, que voltaram a trabalhar antes que fosse decretado o fim da greve. Segundo os grevistas, os fura-greves foram recrutados em um dos botequins próximos à fábrica:

O Botequim Gaiola

⁸⁹ PENTEADO, Jacob, op. cit., pp. 100-108.

⁹⁰ “La città dei prostiboli”, *Il Risveglio*, 27/03/1898, p. 4.

⁹¹ “Lega di Resitenza tra muratori e affini”, *La Lotta Proletaria*, 15/07/1909, p. 3.

⁹² MACHADO, Alcântara, op. cit., p. 67.

Pomos em guarda todos os chapeleiros para não se deixarem suggestionar pelos vendidos do sr. Nhonhô, estes são: Lourenço de Tal; a mulher Ângela Maria, proprietária de um sujo botequim sito a Ladeira do Piques nº15, e o sapateiro e mulher, genro e filha do tal Lourenço. Estes quatro chegaram, a torça de mistificações e palavras, a fazer voltar ao trabalho dois aprendizes enformadores. Não conseguiram o mesmo com o nosso companheiro Nicolau Ângelo; na segunda-feira, 11 do corrente, entrando de manhã no dito *alçapão*, começaram-lhe a encher a cabeça dizendo que a Associação dos Chapeleiros não tinha fundo, que não pagava os grevistas, que ele era credor de dois ou três grevistas, mas que não podia vender-lhes a estes mais nada 'fiado' por que os tais disseram-lhe que a Sociedade não tinha feito o pagamento. A mulher do Lourenço, atriz principal deste drama, disse ao Nicolau que Nhonhô trata muito bem aos grevistas que voltaram ao trabalho, tratando com muita delicadeza o famigerado Francisco Sarno por que já arranjou dois fulistas e que está procurando outros dois; enfim declarou que estavam já trabalhando na fábrica perto de 80 pessoas, e que se quisesse voltar, o fizesse já porque mais tarde não teria mais lugar, outrossim que todos tiveram aumento do ordenado.

A estes carrascos podemo-lhes bater nos narizes com o livro de pagamento feito aos grevistas: não se incomodem com estes *patifes* que também foram explorados pelo Nhonhô, quando o Lourenço trabalhava na fábrica feito pedreiro e serrador de lenha ganhando o miserável ordenado de Rs 3\$000.

Os chapeleiros de consciência devem boicotar este 'botequim espia', e não dar-lhe mais um vintém.⁹³

O Nhonhô em questão era o então proprietário da fábrica, Daniel Schritzmeyer, filho do fundador do estabelecimento, João Adolfo Schritzmeyer, que já havia falecido. A designação do patrão era uma forma de compará-lo aos antigos proprietários de escravos, uma maneira de ressaltar a exploração à qual os trabalhadores estariam submetidos – de maneira semelhante ao que ocorreu durante a greve da categoria em 1897. Percebemos aqui que Ângela Maria e seu marido Lourenço, donos do botequim, juntamente com sua filha e

⁹³ *O Chapeleiro*, 22/11/1906, p. 3.

genro, tinham um poder de persuasão sobre seus clientes, pois, teriam convencido alguns aprendizes a furar a greve. A pedido de Francisco Sarno – visto como o principal traidor do movimento, cuja foto foi estampada na primeira página de *O Chapeleiro* – Lourenço teria informado ao dono da fábrica que haveriam 30 operários que “romperiam todos os laços com a associação” e voltariam a trabalhar.⁹⁴ A estratégia de convencimento, fundada em supostas benevolências do patrão para quem voltasse ao trabalho, teria falhado com Nicolau Ângelo – possivelmente um camarada visto como mais consciente.

Outro subterfúgio dos donos do botequim foi o de tentar convencer os trabalhadores que a União dos Chapeleiros “não pagava os grevistas”, ou seja, que a agremiação não estaria oferecendo o subsídio de greve. Nesse caso, poderia estar ocorrendo algo temido pelas organizações sindicais: o enfraquecimento do movimento em decorrência do fim das verbas destinadas ao referido subsídio, fazendo com que muitos voltassem a trabalhar. Prevendo essa possibilidade em outros movimentos, supondo que os operários poderiam aderir às paralisações somente com a esperança de obtenção de ajuda financeira, os delegados do I Congresso Operário Brasileiro deliberaram a extinção do subsídio de greve, recomendando, porém, o “auxílio de companheiros vítimas dos movimentos.”⁹⁵ Apesar deste fato, a União dos Chapeleiros negou prontamente que não auxiliava os paredistas, sugerindo “bater nos narizes” da proprietária da venda e de seus aliados com o livro de pagamento feito aos grevistas”, decidindo ainda boicotar o “sujo botequim.”

Por outro lado, a queixa dos chapeleiros demonstra que, embora servisse como um “*alçapão*”, uma armadilha para angariar fura-greves, o referido botequim devia ser bem

⁹⁴ Idem, p. 1.

⁹⁵ HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio, *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. I, op. cit., p. 101.

frequêntado pela categoria durante a parede, onde compravam fiado. O fato de Lourenço ter sido empregado na fábrica de chapéus João Adolfo, onde também fora explorado – como admitia o jornal dos chapeleiros – pode ter feito com que compreendesse as dificuldades dos paredistas, aceitando vender produtos a crédito. No entanto, talvez por pressão do dono da fábrica ou por medo de não receber pelos produtos comprados fiado, a dona da venda e seu marido pressionavam os trabalhadores para que voltassem ao trabalho, de modo que recebessem seus salários regularmente e pudessem pagar-lhes em dia.

Como demonstram alguns estudos, freqüentar bares fazia parte do hábito dos trabalhadores em países europeus. Na Alemanha, segundo Richard J. Evans, os *pubs* eram locais onde os trabalhadores conversavam abertamente sobre política e outros temas cotidianos – conversas essas que resultaram em diversos relatórios produzidos pela polícia.⁹⁶ Para o caso Britânico, Eric Hobsbawm afirma que a “sociabilidade masculina era inseparável do álcool.” Trabalhadores iam aos *pubs* “com regularidade, geralmente a sós ou aos pares, após o trabalho ou após jantarem cedo, para um período mais curto ou mais longo de descanso do trabalho e da vida doméstica.”⁹⁷ No Vêneto, principal região de origem dos imigrantes italianos no Brasil, as tavernas eram locais onde trabalhadores escolhiam líderes para negociar com os patrões, sendo bastante visadas por propagandistas socialistas, e onde greves eram organizadas – exercendo, portanto, um evidente papel

⁹⁶ EVANS, Richard J, *Proletarian and Politics. Socialism, protest and the working class in Germany before the first world war*, New York: St. Martin's Press, 1990, p. 128.

⁹⁷ HOBSBAWM, Eric J., “A formação da cultura da classe operária britânica”, in HOBSBAWM, Eric J, *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre história operária*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 267.

político.⁹⁸ Da mesma maneira, nas cidades de Parma, Ferrara e Carrara as tavernas foram as primeiras sedes do movimento operário e socialista.⁹⁹

A ênfase das lideranças sindicais era mais contra o alcoolismo do que contra os botequins, vendas ou armazéns. Isso porque não era somente em busca de vinhos e cachaças que os trabalhadores freqüentavam aqueles lugares, mas também para consumir gêneros de primeira necessidade, como alimentos ou refeições. No entanto, de maneira diferente dos países europeus – onde existe uma vasta documentação policial a respeito – são poucas as informações sobre a presença de militantes políticos e sindicais naqueles lugares. Mas, como sugere Edilene Toledo, militantes de diferentes correntes políticas – socialistas, republicanos, anarquistas e outros – freqüentavam os cafés da cidade, demonstrando que não havia incompatibilidade entre luta política e presença de militantes em locais de consumo de bebidas.¹⁰⁰ Isabelle Felici, tratando do processo de deportação do anarquista e diretor do jornal *Gli Schiavi Bianchi*, Galileu Botti, em 1892, revela que aquele militante fora acusado de “freqüentar botequins e casas suspeitas, a qualquer hora do dia e da noite” – acusação que, embora feita para ajudar a incriminar Botti, sugere sua presença naqueles locais de lazer. Em outra ocasião, Galileu Botti foi preso em um café, sob a acusação de ser um dos distribuidores do jornal *L'Avvenire*, evento que demonstra a circulação de idéias nesses espaços.¹⁰¹ Afonso Schmidt, descrevendo o ambiente do Café

⁹⁸ MERLIN, Tiziano, “Il ruolo sociale e politico dell’osteria nel Veneto meridionale”, in *Movimento Operaio e socialista*, Ano VIII (Nuova Serie), n°1, Janeiro-Abril 1985, pp. 23-39.

⁹⁹ DEGL’INNOCENTI, Maurizio, “Per una storia delle case del popolo in Italia, dalle origini alla prima guerra mondiale”, op. cit., p. 2.

¹⁰⁰ TOLEDO, Edilene, op. cit., p. 31.

¹⁰¹ FELICI, Isabelle, *Les Italiens dans Mouvement Anarchiste au Brasil, 1890-1920*, These – Pour le doctorat, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III, 1992, p. 101.

Guarany, um dos mais freqüentados da cidade, ressalta a presença dos sindicalistas no estabelecimento:

Ali pelas duas horas, o salão já estava quase deserto. Caixeiros apagavam lâmpadas incandescentes. Na meia escuridão só permaneciam animadas as mesas do fundo. Eram rapazes da esquerda que vinham das reuniões sindicais. O Pimenta dos ‘Gráficos’, o João Freire dos ‘Garçons’, o Antonelli da ‘Construção Civil e Anexos’...¹⁰²

Um dos sindicalistas citados por Schmidt era João da Costa Pimenta, secretário geral da União dos Trabalhadores Gráficos em 1919.¹⁰³ João Freire talvez fosse um dos membros da sociedade Aliança, dos garçons e anexos, ou da A Internacional, representante dos trabalhadores em hotéis, bares e cafés. O lugar de encontro dos sindicalistas também esteve no centro das reivindicações sindicais: em 1920 foi concedido o descanso semanal aos cozinheiros, caixeiros auxiliares de cozinha do referido café, após “intensa propaganda” feita pela diretoria de A Internacional.¹⁰⁴ Entretanto, o Café Guarany, localizado na Rua XV de Novembro – na região central da cidade – certamente se diferenciava das tavernas e botequins que eram freqüentados pelo conjunto mais amplo dos trabalhadores paulistanos. Afonso Schmidt observou que o estabelecimento possuía “Mesas de mármore, cadeiras austríacas”, além dos “bancos laterais com espaldares de couro”, aparentando, portanto, com um lugar mais refinado. Lá se reuniam médicos, “políticos de certo prestígio”¹⁰⁵, advogados, estudantes, e também trabalhadores mais qualificados, como os tipógrafos.

¹⁰² SCHMIDT, Afonso, op. cit., p. 158.

¹⁰³ Estatuto da União dos Trabalhadores Gráficos. 2/09/1920. Sociedade Civil nº. 657. PCRICC. AESP.

¹⁰⁴ "Movimento Operário", *O Combate*, 01/11/1920, p. 3.

¹⁰⁵ SCHMIDT, Afonso, op. cit., pp. 158-159

Embora os militantes – como os adeptos do sindicalismo revolucionário e os anarquistas – vissem os trabalhadores que consumiam bebidas em excesso como exemplos que não deveriam ser seguidos, também os viam como vítimas da sociedade, podendo ser recuperados.¹⁰⁶ Em um artigo publicado no jornal *La nuova gente*, de cunho anarquista, o articulista dizia que, para ser um bom propagandista, seria necessário ir às tavernas para se formar um conceito real sobre o estado moral dos companheiros de trabalho: “E a ti, pobre vítima da pinga (álcool) o que posso te dizer para te tocar a mente e o coração?”, indagava o articulista.¹⁰⁷ Assim, os freqüentadores de tavernas e inveterados consumidores de bebidas alcoólicas não eram vistos com mero desprezo, mas sim como companheiros que precisavam ser conquistados para as fileiras da militância.

¹⁰⁶ BERTUCCI, Liane, op. cit, p. 85

¹⁰⁷ *La Nuova gente*, 5/11/1903, p. 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho, tratamos das organizações sindicais, dos clubes recreativos e dos espaços de lazer freqüentados pelos trabalhadores paulistanos, como os botequins e armazéns, que promoviam diversas atividades de entretenimento. Embora com características distintas, esses espaços tinham um ponto em comum: todos eram controlados pelo Estado ou pelas autoridades municipais. Isso por meio da repressão direta, como demonstra o caso das organizações sindicais, da vigilância constante aos botequins e “divertimentos públicos”, e por meio da exigência de uma série de requisitos para que pudessem se constituir em pessoas jurídicas: o depósito dos estatutos no cartório competente e a aprovação da polícia para que pudessem funcionar – exigências que eram feitas aos sindicatos e aos clubes recreativos.

Entretanto, organizações sindicais, clubes recreativos e os outros espaços de lazer possuíam peculiaridades, as quais, na maioria das ocasiões, os tornavam distintos entre si. Os sindicatos paulistanos, pelo menos de acordo com seus estatutos, estavam, sobretudo, preocupados em fortalecer a identidade em torno das categorias profissionais que representavam, buscando contornar as diferenças originárias de divisões étnicas, nacionais,

de cor, religiosas ou de gênero. Dessa forma, realizando um trabalho de convencimento junto à classe, procuravam consolidar a identidade de seus membros enquanto trabalhadores para, dessa maneira, lutar pela melhoria das condições de trabalho e pela possibilidade de intervirem no processo de produção.

Os clubes recreativos tinham seus objetivos voltados principalmente para o lazer: teatro, jogos e bailes eram algumas das atividades realizadas por aquelas associações. Assim, eram duramente criticados pelos militantes sindicais, que viam com desconfiança as associações freqüentadas por trabalhadores que não tivessem como objetivo principal a luta pela melhoria das condições de trabalho. Além disso, embora algumas delas também expressassem a identidade de classe, congregando operários e artistas da cidade, várias delas eram organizadas em torno de outros critérios de identidade, como os clubes negros e as associações italianas. No entanto, de maneira semelhante às organizações sindicais, alguns clubes recreativos buscavam oferecer auxílios e propiciar instrução aos seus membros, se constituindo, portanto, em lugares que iam além da promoção do lazer.

No que diz respeito aos botequins, tavernas e armazéns, trabalhadores iam àqueles lugares para fazer refeições ou adquirir produtos de primeira necessidade, mas buscavam também formas de entretenimento que eram bastante acessíveis, como os bailes e os jogos de bolas – atividades muitas vezes acompanhadas do consumo de bebidas alcoólicas. No entanto, freqüentavam esses lugares também a espera de trabalho, como era o caso dos carregadores e cocheiros que aguardavam clientes ao redor das estações de trem. Em algumas ocasiões, a presença nos botequins sugere um ritmo de trabalho descontínuo de algumas profissões, fazendo com que tempo de trabalho e tempo de lazer não fossem rigidamente demarcados. As práticas em torno daqueles espaços sugerem ainda que, apesar

de serem vistos, pela grande imprensa e pela polícia, como potenciais lugares de desordens, seus freqüentadores podiam contestar essa suposição se afirmando enquanto trabalhadores – como foi o caso de Frederico Guido que, como vimos, publicou uma nota no jornal *O Estado de S. Paulo* para refutar a acusação de desordeiro.

Quando optamos por estudar os botequins e outros espaços de lazer dos trabalhadores paulistanos estávamos, em grande medida, entusiasmados com a possibilidade percebê-los como lugares articulados aos espaços institucionais dos trabalhadores. Assim, procurávamos perceber possíveis ligações entre o que muitas vezes era extraordinário, como o caso das organizações sindicais, que em várias ocasiões tinham seu funcionamento interrompido, e as situações mais cotidianas dos trabalhadores. Notamos que, em comparação com países como França, Alemanha e Itália, os militantes sindicais não se entusiasmavam tanto com a idéia de se reunirem em bares. No entanto, demonstramos que isso era plausível nas atividades do movimento operário da cidade de São Paulo: menores e chapeleiros grevistas freqüentando botequins e sindicalistas se reunindo em cafés corroboram essa possibilidade. Ademais, levando em conta o nível de organização e o grau de detalhe com que a polícia de países europeus descrevia as atividades militantes em bares e cafés, o que gerou um grande volume de documentação a respeito, a comparação com o caso paulistano se torna mais difícil.

Entre associações recreativas e sindicatos, os trabalhadores paulistanos possuíam uma ampla gama de possibilidades para lutar em prol de seus interesses, seja os mais imediatamente ligados à melhoria das condições de trabalho, seja para a prática do lazer. Embora com objetivos distintos e diferentes concepções a respeito do uso do tempo livre, o que, em diversas ocasiões, foi motivo de conflitos entre elas, as diferentes associações

fundadas e freqüentadas pelos trabalhadores não eram mutuamente excludentes, apresentando certas práticas e relações que as aproximavam. Já os outros espaços de lazer, como as vendas e os botequins, não eram necessariamente lugares apartados do mundo do trabalho e das esferas institucionais dos trabalhadores, revelando traços distintos de sua identidade e as tênues fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de lazer.

ARQUIVOS E FONTES

Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

Polícia

Anos: 1887 (caixas: 2674, 2675); 1889 (caixa: 2700); 1893 (caixas: 2766, 2760); 1894 (caixas: 2774, 2775, 2777, 2778, 2784); 1897 (caixas: 2839, 2843, 2846, 2848, 2852-2862); 1901 (caixas: 2957, 2961, 2974); 1902 (caixas: 2987, 3002-3011); 1903 (caixas: 3031, 3034, 3035); 1906 (caixas: 3089-3119); 1907 (caixas: 3120-3141); 1908 (caixas: 3156, 3158, 3163) ; 1912 (caixas: 9497, 9499).

Processos Policiais

Anos: 1897 (caixas: 3227-3229); 1906 (caixas: 3256, 3257); 1907 (caixa: 3258); 1908 (caixa: 3259); 1911 (caixa 3161); 1912 (caixa 3162, 3262).

Relatórios

Relatório Apresentado ao Senhor Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos, M. D. Secretário de Justiça deste Estado, pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Junior, 1893.

Relatório Apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de S. Paulo pelo Chefe de Polícia, Theodoro Dias de Carvalho Junior em 31 de Janeiro de 1895. São Paulo: Tipografia Espíndola, Siqueira & Comp., 1895.

Relatório Apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de S. Paulo pelo Chefe de Polícia Bento Pereira Bueno em 31 de Janeiro de 1896. São Paulo: Tipografia Espíndola, Siqueira & Comp., 1896.

Relatório Apresentado ao Vice-Presidente do Estado pelo Secretário dos Negócios da Justiça de S. Paulo, José Getúlio Monteiro, em 31 de Dezembro de 1897. São Paulo: Espíndola, Siqueira & C., 1897.

Relatório Apresentado ao Secretário do Interior e Justiça pelo Chefe de Polícia de São Paulo, José Cardoso de Almeida. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1903.

Relatório Apresentado ao Secretário do Interior e da Justiça pelo Chefe de Polícia do Estado de S. Paulo, Antonio de Godoy, 1904.

Instruções Policiais. Organizadas de acordo com o decreto n. 1349 de 23 de fevereiro de 1906 pelo Dr. Augusto Meirelles Reis, Chefe de Polícia do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1906.

Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado, pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luiz P. de Sousa. Ano de 1906. São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild & Comp., 1907.

Relatório Apresentado ao Dr. M.J. de Albuquerque Lins, presidente do Estado, pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luiz P. de Sousa. Ano de 1908. Typografia de Brasil Rothschild & Cia., 1908.

Relatório Apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça pelo Chefe de Polícia do Estado de São Paulo Augusto Meirelles Reis. 1905. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1907.

Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital (PCRICC)

Estatutos de Sociedades Cíveis

Círculo Recreativo Vila Buarque, 1906.
Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro, 1907.
Círculo Recreativo Flor do Brás São Paulo, 1908.
União dos Canteiros em Pedra Granito do Estado de São Paulo, 1909.
Sociedade Beneficente Dois de Julho, 1909.
Éden Clube do Brás, 1910.
Federação dos Homens de Cor de São Paulo, 1914.
Clube Atlético Paulistano, 1916.
Associação Gráfica de Desportos, 1919.
Grêmio Recreativo Ituano, 1919.
Liga Operária da Construção Civil, 1919.
União dos Operários Metalúrgicos, 1919.
União dos Chapeleiros, 1920.
União dos Trabalhadores Gráficos, 1920.
Círculo Dramático e Recreativo Città di Roma, 1920.
Círculo Dramático e Recreativo Roma, 1921.
Centro Recreativo da Liberdade, 1922.

Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz (AMWL)

Coleções de Leis e Decretos da Cidade de São Paulo. Anos: 1894, 1895, 1904, 1909, 1914.

Documentos encadernados

Antigos livros pretos da câmara

Alvarás licença ambulantes e estabelecimentos comerciais. Livros: 467 (1891-98); 471(1897-98); 469(1897); 504(1898); 503(1898); 468(1896-97); 470 (1897).
Alvarás e Licenças Diversas (1900). Livro 1853.

Diretoria Geral do Serviço Sanitário (4/10/1900). Livro 1495.
Registro de impostos de ambulantes (1897 -1900). Livro 1856.

Documentação Avulsa

Prefeitura Municipal de São Paulo. Diretoria Geral Policia e Higiene, 1906, Caixa 695.
Prefeitura Municipal de São Paulo. Diretoria Geral Policia e Higiene, 1910, Caixa 716.

Arquivo Edgar Leuenroth (AEL)

Imprensa Operária

L'Avennire, 1895.
L'Azione Anarchica, 1897.
O Carpinteiro, 1905.
O Chapeleiro, 1904, 1906.
La Lotta Proletária, 1908, 1909.
A Lucta Proletária, 1903, 1906, 1908.
La Nuova Gente, 1903.
Il Risveglio, 1898.

Grande imprensa

Correio Paulistano, 1897, 1906- 908.
O Estado de S. Paulo, 1897, 1906-1908.
O Comércio de São Paulo, 1897.

Centro de Memória da Unicamp (CMU)

Almanach do Estado de São Paulo para 1890, por Jorge Seckler. Sétimo Ano. São Paulo:
Editores Proprietários Jorge Seckler & Comp.

Museu Paulista

Testamento de João Adolfo Schritzmeyer.

Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda (CAPH)

Fanfulla, 1906.

Arquivos Eletrônicos

Banco de Dados Clubes e Sociedades. CECULT/UNICAMP

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/Decisoel893/pdf03.pdf>

Lei 173 de 10 de Setembro de 1893.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm

Decreto 979 de 6 de Janeiro de 1903

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm

Lei 3.071 de 1º de Janeiro de 1916. *Código Civil*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Literatura, Crônicas e Memórias

- BOSI, Ecléa, *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*, São Paulo: Edusp, 1987.
- BRUNO, Ernani Silva, *Memória da Cidade de São Paulo: documentos de moradores e visitantes – 1553/1958*, SP: DPH da SMC, 1981.
- DIAS, Everaldo, *História das lutas sociais no Brasil*, São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- FLOREAL, Sylvio, *Rondas da meia noite. Vícios, misérias e esplendores na cidade de São Paulo*, São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- KOZERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*, São Paulo: Martins, Editora da USP, 1972.
Tradução: Afonso Arinos de Melo Franco.
- MACHADO, Alcântara, *Brás, Bexiga e Barra Funda. Notícias de São Paulo*, São Paulo: O Estado de S. Paulo/ Klick Editora, 1997.
- MORENO, Julio, *Memórias do Armadinho do Bixiga*, São Paulo: Editora Senac, 1996.
- PENTEADO, Jacob, *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*, 2ª Ed, São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003.
- SCHMIDT, Afonso, *São Paulo de meus amores*, São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Livros, Teses e Artigos

- ALVIM, Zuleica, *Brava Gente. Os italianos em São Paulo (1870-1920)*, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANDREWS, George Reid, *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*, São Paulo: Edusc, 1998.
- AMARAL, Pedro Ferraz do, *Celso Garcia*, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1973.
- BATALHA, Claudio H. M., “Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro”, in *CADERNOS AEL: sociedades operárias e mutualismo*, Campinas: UNICAMP/IFCH, vol. 6 n.10/11, 1999.

- BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.), *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*, Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BERTUCCI, Liane Maria, *Saúde: arma revolucionária, São Paulo, 1891-1925*, Campinas: área de publicações CMU/UNICAMP, 1997.
- BILHÃO, Isabel Aparecida, *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses 1986-1920*, Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- BIONDI, Luigi, *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*, Tese de Doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.
- BONDUKI, Nabil Georges, *Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*, São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de, *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo: Companhia da Letras, 1986, 3ª Edição.
- CAULFIELD, Sueann, *Em Defesa da Honra. Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*, Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.
- CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Campinas: Editora da Unicamp, 2001. 2ª Edição.
- CHALMERS, Vera, “Boca de cena. Um Estudo sobre o teatro libertário, 1895-1937”, in *CADERNOS AEL: Operários e anarquistas fazendo teatro*, IFCH/UNICAMP, nº1, 1992.
- COIMBRA, Maria Célia Crepschi, *Nossa Senhora da Achiropita no Bexiga: uma festa religiosa do catolicismo popular na cidade de São Paulo*, Tese de Mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1987.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, *A Vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*, São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- DEGL’INNOCENTI, Maurizio, “Per una storia delle case del popolo in Italia, dalle origini alla prima guerra mondiale”, in DEGL’INNOCENTI, Maurizio, *Le case del popolo in Europa. Dalle origini alla Seconda Guerra Mondiale*, Firenze: Sansone Editore, 1984.

- DERTONIO, Hilário, *O Bairro do Bom Retiro: história dos bairros de São Paulo*, São Paulo: Secretaria da Educação e Cultura, 1971.
- DE LUCA, Tânia R., *O Sonho do futuro assegurado. O Mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990 (Série República).
- DOMINGUES, Petrônio, *Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo pós-abolição*, São Paulo: Editora Senac, 2004.
- DONATO, Hernâni, “Os que governaram São Paulo: 1890 a 1954”, in PORTA, Paula (org), *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra, 2004, Vol. 3.
- ESTEVES, Marta Abreu, *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- EVANS, Richard J, *Proletarian and Politics. Socialism, protest and the working class in Germany before the first world war*. New York: St. Martin’s Press, 1990.
- FACCIO, Luiza, “Teatro Libertário”, in *CADERNOS AEL: Operários e anarquistas fazendo teatro*, IFCH/UNICAMP, n°1, 1992.
- FAUSTO, Boris *Crime e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FELICI, Isabelle, *Les Italiens dans Mouvement Anarchiste au Brasil, 1890-1920*, These – Pour le doctorat, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III, 1992.
- GOMES, Flávio, *Negros e Política. 1888-1937*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- GRAVELEAU, Nathalie, *Les Cafes comme lieux de sociabilite politique a Paris et en Banlieue (1905-1913)*, Mémoire de maîtrise d’histoire sous la direction de J.L. Robert, Université de Paris I- Panthéon – Sorbone, Juin, 1991.
- HAINE, W. Scott, *The World of the Paris Café. Sociability among the French Working Class, 1789-1914*, Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1996.
- HALL, Michel M., “Chapeleiros: notas e hipóteses”, mimeo
- _____, “Imigrantes na cidade de São Paulo”, in PORTA, Paula, *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

- _____. “O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954”, in PORTA, Paula (org), *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 3.
- HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930), Vol. I – O Movimento Operário*, São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- _____. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930). Vol. II – Condições de Vida e de trabalho, relações com os empresários e com o Estado*, São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- HARDMAN, Francisco Foot, “Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor”, in PRADO, Antonio Arnoni (Org), *Libertários no Brasil. Memórias, Lutas, Cultura*, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Nem pátria nem patrão. Memória operária, cultura e literatura no Brasil*, 3ª Ed. revista e ampliada, São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- HOBBSAWM, Eric J, *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre história operária*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOGGART, Richard, *As Utilizações de Cultura. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*, Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- IGNATIEFF, Michael. “Instituições Totais e Classes Trabalhadores: Um Balanço Crítico”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Março/Agosto, 1987, vol. 7, n.º 14.
- JONES, G. Stephen, “Labor, Society and the drink question in Britain – 1918-1939”, *The Historical Journal*, 30, I, (1987), www.jstor.org
- _____. *Workers at play: a social and economic history of leisure, 1918-1939*, London: Routledge and Kegan Paul, 1986.
- KIRK, Nevilli, “Cultura: costume, comercialização e classe”, in BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.), *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*, Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- LARA, Silvia Hunold, “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil”, *Projeto História*, 16, Fevereiro de 1998.
- LEAL, Claudia F.B., *Pensiero e Dinamite. Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*, Tese de Doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2006.

- LIMA, Mariângela Alves de, VARGAS, Maria Thereza, “Teatro Operário em São Paulo”, in PRADO, Antonio Arnoni (Org), *Libertários no Brasil. Memórias, Lutas, Cultura*, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Editora Universitária: Unitrabalho, 2001.
- LOPREATO, Christina. S.R., *O Espírito da Revolta (A Greve Geral Anarquista de 1917)*, Tese de Doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997.
- MARAM, Sheldon Leslie, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARINS, Paulo César, “Habitação e Vizinhança limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, in SEVCENKO, Nicolau (Org), *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.
- MARQUES, Antônio José, *Os trabalhadores em pedreiras de Ribeirão Pires. A organização sindical dos canteiros e as lutas operárias no começo do século XX*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH, 1996.
- MERLIN, Tiziano, “Il ruolo sociale e poitico dell’osteria nel Veneto meridionale”, in *Movimento Operaio e socialista*, Ano VIII (Nuova Serie), nº1, Janeiro-Abril 1985.
- MORAES, José Geraldo Vinci de, *Sonoridades Paulistanas. Final do século XIX ao início do século XX*, Rio de Janeiro: FUNARTE, 1995.
- MOURA, Esmeralda B. B, *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*, Petrópolis, Vozes, 1982.
- MUNHOZ, Sidnei, *A Cidade ao Avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*, Tese de Doutorado em História Econômica, São Paulo: FFLCH/ USP, 1997.
- NETO, José Miguel Arias, “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”, in FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org), *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da república à Revolução de 30*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Vol. 1, 2ª ed.
- NOMELINI, Paula C. Bin, *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*, Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2007.

- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de, *Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1850-1900*, São Paulo: Alameda, 2005.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, “E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)”, in CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e Outras F(r) estas. Ensaios de História Social da Cultura*, Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2002.
- PORTA, Paula (org), *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 3.
- PORTO, Ana Gomes, *Crime em Letra de Forma. Sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*, Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003.
- POUTIGNAT, Philippe, STRIFF-FENART, Jocelyne, *Teorias da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. Tradução: Élcio Fernandes
- PRADO, Antonio Arnoni (Org), *Libertários no Brasil. Memórias, Lutas, Cultura*, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RODRIGUES, Edgar, *Alvorada Operária. Os Congressos Operários no Brasil*, Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre LTDA, 1979.
- ROEDIGER, David R., *Towards the abolition of whiteness. Essays on Race, Politics, and Working Class History*, London – New York: Verso, 1994.
- ROLNICK, Raquel. *Cada Um no seu Lugar!*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: FAU/USP, 1981.
- _____. “Territórios Negros nas cidades brasileiras. Etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro”, *Estudos Afro-Asiáticos*, 17, 1989.
- SAES, Flavio, “São Paulo Republicana: vida econômica”, in PORTA, Paula (org), *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra, 2004. Vol. 3.
- SANTOS, Carlos José Ferreira, *Nem Tudo era Italiano. São Paulo e Pobreza (1890-1915)*, São Paulo: Annablume, 1998.
- SANTOS, Marco Antonio Cabral dos, *Paladinos da Ordem. Polícia e Sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*, Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

- SEVCENKO, Nicolau (Org), *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.
- SCHMIDT, Benito Bisso, *De mármore e de flores. A primeira greve geral do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SEWELL, William H., “Artisans, Factory Workers and the formation of the French Working Class, 1789-1848”, in *Working- Class Formation. Nineteenth-Century Patterns in Western Europe and United States. Edited by Ira Katsnelson and Aristide R. Zolberg*, Princeton University Press, 1986.
- SILVA, Fernando Teixeira da, *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.
- SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da, “Contribuição a uma ‘história dos de baixo’ do sindicalismo”, in *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXI, n.1, julho, 1995.
- SIMÃO, Azis, *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.
- SIQUEIRA, Uassyr. *Clubes e Sociedades dos Trabalhadores do Bom Retiro. Organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)*, Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2002.
- _____. “Entre Maxixes, peladas e palavras de ordem: associações dos trabalhadores paulistanos durante a Primeira Republica”, *Revista Esboços. Dossiê Trabalho, cultura e poder*, Revista do programa de pós-graduação em história da UFSC, n.º14, 2005.
- SOUZA, Luiz Antonio Francisco de, *Polícia urbana e ordem disciplinar. A polícia civil e a ordem social na Primeira República*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.
- STEIGER, Roger Nelson, *O emocionante espetacular esporte de Bocha*, Sulina: 1987.
- THOMPSON, Edward P., “Disciplina, tempo de trabalho e capitalismo industrial”, in THOMPSON, Edward P., *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, Tradução: Rosaura Eichemberg.
- TIEDE, Livia Maria, *Imprensa Negra: Espaços de Sociabilidade em São Paulo no início do século XX*, Monografia de Conclusão de Graduação, IFCH/UNICAMP, 2002.

-
- _____. *Sob suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX*, Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP. 2005.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário. Trabalhadores e Militantes em São Paulo na Primeira República*, São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004, Coleção História do Povo Brasileiro
-
- _____. *Travessias Revolucionárias. Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália. (1890-1945)*, .Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- TOMASSINI, Luigi, *Associazionismo operaio a Firenze fra '800 e '900. La società di mutuo soccorso di Rifredi (1883-1922)*, Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1984.
- TRINDADE, Liana Salvia, “O negro em São Paulo no período pós-abolicionista”, in PORTA, Paula (org.), *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- VARGAS, Maria Thereza (coord). *Teatro operário na cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Informação e Documentação Artísticas, Centro de Pesquisa de Arte Brasileira, 1980, in <http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/teatro.pdf>
- VITORINO, Artur J. R., *Processo de Trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro (1858-1912)*, São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez, “Da Escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível”, in SEVCENKO, Nicolau (Org), *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol. 3.